

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO**

Aiman Jorge Henrique Franco

**A NOÇÃO DE VIA PRUSSIANA E DE VIA COLONIAL E SEU
IMPACTO NA COMPREENSÃO HISTÓRICA DE CARLOS NELSON
COUTINHO E JOSÉ CHASIN SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL
BRASILEIRA**

Santa Maria, RS
2018

Aiman Jorge Henrique Franco

**A NOÇÃO DE VIA PRUSSIANA E DE VIA COLONIAL E SEU
IMPACTO NA COMPREENSÃO HISTÓRICA DE CARLOS NELSON
COUTINHO E JOSÉ CHASIN SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL
BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Santa Maria, RS
2018

Franco, Aiman Jorge Henrique

A noção de Via Prussiana e de Via Colonial e seu impacto na compreensão histórica de Carlos Nelson Coutinho e José Chasin sobre a Formação Social Brasileira / Aiman Jorge Henrique Franco.- 2018.

151 p.; 30 cm

Orientador: Diorge Alceno Konrad
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2018

1. Via Prussiana 2. Via Colonial 3. Pensamento Social Brasileiro 4. Brasil I. Konrad, Diorge Alceno II. Título.

Aiman Jorge Henrique Franco

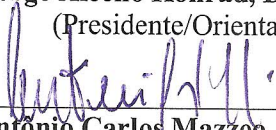
**A NOÇÃO DE VIA PRUSSIANA E DE VIA COLONIAL E SEU
IMPACTO NA COMPREENSÃO HISTÓRICA DE CARLOS NELSON
COUTINHO E JOSÉ CHASIN SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL
BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovado em 16 de março de 2018:



Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Antônio Carlos Mazzeo, Dr. (USP)



Carlos Eduardo Rebuá Oliveira, Dr. (UFPB)

Santa Maria, RS
2018

DEDICATÓRIA

À Nelson Werneck Sodré, “soldado de Caxias”, intelectual e historiador marxista, em cujos passos tento, modestamente, inspirar-me.

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho só foi possível pelo auxílio, compreensão e dedicação de várias pessoas. Não tenho como agradecer a todos, porém há algumas que não posso deixar de citar.

À minha família, por tudo que me ofereceram nesta vida. Sei que a distância nos impede de compartilharmos tantos momentos quanto queríamos. Porém saibam que vocês estão sempre em meu coração, e que seu carinho foi fundamental para que eu chegasse até aqui.

Aos amigos, maior tesouro que alguém pode ter na vida. Creio que tive sorte neste campo – apesar da simpatia não ser uma qualidade de minha pessoa, sempre conheci e pude contar com pessoas maravilhosas ao meu lado, com quem pude compartilhar alegrias, vitórias, choros e decepções. Em especial ao professor Carlos Eduardo Rebuá, “irmão” de longa data, com quem também pude contar – para minha imensa felicidade – nas bancas de qualificação e defesa deste trabalho.

Aos professores do PPGH/UFSM, que aceitaram o ingresso de um estudante que está um pouco “fora do padrão” vigente nas pós-graduações de hoje. De fato, o desafio de conciliar pesquisa acadêmica e emprego foi talvez o principal obstáculo que tive que superar durante estes anos. Agradeço, assim, àqueles que me abriram a oportunidade de realizar este trabalho. Em especial, agradeço ao professor Diorge Konrad, meu orientador, que sempre primou pela honestidade na relação acadêmica além de destacar-se por seu engajamento na docência.

Ao Exército Brasileiro, instituição que me forneceu a oportunidade de enfrentar o desafio da docência e que me abriu às portas a estar aqui em primeiro lugar. Aos colegas de farda, que me estimularam a engajar-me na pesquisa, bem como ofereceram seu apoio nos estudos ao garantir-me condições para frequentar as aulas do Programa. Em especial, ao amigo Décio Oliveira, que me apresentou à Universidade Federal de Santa Maria e ao PPGH.

Agradecimentos sempre implicam em algumas injustiças. Por isso, peço desculpas àqueles que não pude mencionar nestas linhas, mas que também contribuíram com sua parte na montagem desta história, seja por sua contribuição neste trabalho ou por estarem em minha vida. A todos vocês, muito obrigado.

Por fim, agradeço especialmente a Juliana, companheira inesperada, sem cuja companhia não posso hoje mais imaginar a vida. Agradeço-te pela paciência e compreensão

frente ao mal humor esporádico e às horas dedicadas a este trabalho; às revisões intempestivas do texto, que me ajudaram diversas vezes a sair dos labirintos da escrita; e ao amor e carinho que marcam nossa relação. Tenho certeza que este é apenas o primeiro de muitos agradecimentos direcionados a ti.

“A relação com Marx é a verdadeira pedra de toque de todo intelectual que leva a sério o esclarecimento da sua própria concepção de mundo e do desenvolvimento social, particularmente a situação atual, a sua inserção nela e seu posicionamento frente a ela.”

(György Lukács)

RESUMO

A NOÇÃO DE VIA PRUSSIANA E DE VIA COLONIAL E SEU IMPACTO NA COMPREENSÃO HISTÓRICA DE CARLOS NELSON COUTINHO E JOSÉ CHASIN SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

AUTOR: Aiman Jorge Henrique Franco

ORIENTADOR: Diorge Alceno Konrad

O estudo aqui proposto, integrado aos trabalhos em desenvolvimento na linha de pesquisa "Cultura, Migrações e Trabalho" do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM), Rio Grande do Sul, Brasil, pretende entender criticamente o emprego do conceito de *via prussiana* no estudo do desenvolvimento da Formação Social Brasileira, a partir da síntese da gênese da incorporação do conceito e suas ressonâncias em dois autores selecionados do pensamento social brasileiro: Carlos Nelson Coutinho e José Chasin. A pesquisa aborda os textos produzidos por estes autores como, de um lado, reflexo da realidade social dos mesmos e, de outro, como concepção de mundo unitária e coerente destinada a intervir sobre essa mesma realidade. Neste sentido, foi realizado um recorte conceitual, a partir da categoria de *via prussiana*, que busca apreender as determinações destes autores na compreensão do processo histórico da Formação Social Brasileira, bem como em que medida esta incorporação conceitual é validada pela elaboração original da categoria. A determinação quanto ao uso desta chave heurística, enquanto aplicação de um modelo universal, ou enquanto forma de apreensão das determinações emanadas na análise da realidade, permitindo, desta forma, atingir o objetivo central desta pesquisa: o de determinar em que medida esta compreensão pode ser enriquecida pela incorporação deste conceito.

Palavras-chave: Via Prussiana; Via Colonial; Pensamento Social Brasileiro; Brasil.

ABSTRACT

THE NOTION OF PRUSSIAN PATH AND OF COLONIAL PATH AND ITS IMPACT IN THE HISTORICAL UNDERSTANDING OF CARLOS NELSON COUTINHO AND JOSÉ CHASIN ABOUT THE BRAZILIAN SOCIAL FORMATION

AUTHOR: Aiman Jorge Henrique Franco

ADVISOR: Diorge Alceno Konrad

The present study, integrated to researches in development at the research area "Culture, Migrations and Labour" of the Master's Graduate Program in History at the Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM), Rio Grande do Sul, Brazil, intends to critically understand the use of the concept of Prussian path in the study of the development of the Brazilian Social Formation, starting from the synthesis of the genesis of the incorporation of the concept and its resonances in two selected authors of Brazilian social thought: Carlos Nelson Coutinho and José Chasin. The research approaches the text produced by these authors as, on the one hand, a reflection of their social reality and, on the other, as a unitary and coherent conception of the world destined to intervene on this same reality. In this sense, we make a conceptual cut from the category of Prussian path that seeks to apprehend the determinations of these authors in the understanding of the historical process of Brazilian Social Formation, as well as to what extent this conceptual incorporation is validated by the original elaboration of the category. The determination as to the use of this heuristic key, as an application of a universal model, or as a form of apprehension of the determinations emanating from the analysis of reality, allowing to reach the central objective of this research: to determine to what extent this understanding can be enriched by the incorporation of this concept.

Keywords: Prussian Path; Colonial Path; Brazilian Social Thought; Brazil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CME	Capitalismo Monopolista de Estado
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCI	Partido Comunista Italiano
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. A CATEGORIA DE <i>VIA PRUSSIANA</i> ENQUANTO CAMINHO NÃO-CLÁSSICO PARA O CAPITALISMO	19
2.1. VLADIMIR LENIN.....	19
2.2. KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS.....	28
2.3. GYÖRGY LUKÁCS.....	37
3. A “TRANSFORMAÇÃO PELO ALTO” ENQUANTO TRAÇO DISTINTIVO DA HISTÓRIA BRASILEIRA: <i>VIA PRUSSIANA</i>, REVOLUÇÃO PASSIVA E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA EM CARLOS NELSON COUTINHO	48
3.1. BREVES APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS A PROPÓSITO DE UM “MARXISTA CONVICTO E CONFESSO”.....	48
3.2. A APROPRIAÇÃO DA CATEGORIA DE “VIA PRUSSIANA” E SUA ARTICULAÇÃO COM AS IDEIAS DE “REVOLUÇÃO PASSIVA” E “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA”.....	54
3.3. O LUGAR DA “VIA PRUSSIANA” NA TEORIA DO BRASIL DE CARLOS NELSON COUTINHO.....	63
3.4. MONOPOLIZAÇÃO PRECOCE E HIPERTROFIA DO ESTADO: CONDICIONANTES ESTRUTURAIS DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA.....	72
3.5. A REVERSÃO DO “PRUSSIANISMO” ENQUANTO PROJETO POLÍTICO.....	79
4. UMA APREENSÃO HISTORICIZANTE? JOSÉ CHASIN E A <i>VIA COLONIAL</i> DE OBJETIVAÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL	85
4.1 UM FILÓSOFO “MARXIANO”.....	85
4.2 DA HIPÓTESE PRUSSIANA À AFIRMAÇÃO DA PARTICULARIDADE COLONIAL.....	90
4.3 A BURGUESIA E A VIA COLONIAL: “CAUDATÁRIA E ANTIDEMOCRÁTICA”.....	102
4.4 DA CRÍTICA AO “POLITICISMO” AO ENCERRAMENTO DA VIA COLONIAL.....	107

5. POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS OU ERROS TEÓRICOS? AS DIFERENTES COMPREENSÕES DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL.....	114
5.1 VIA PRUSSIANA X VIA COLONIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	114
5.2 O PROBLEMA DO CARÁTER DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA.....	117
5.2.1 A “teoria consagrada”: superando incompreensões e preconceitos.....	119
5.2.2 A hipótese capitalista: em luta contra o esquematismo.....	128
5.2.3 A hipótese escravista: um modo de produção singular?.....	132
5.3 CARLOS NELSON COUTINHO E JOSÉ CHASIN: UM ELENCO DE DIVERGÊNCIAS A PARTIR DAS LEITURAS REALIZADAS.....	136
6. CONCLUSÕES PRELIMINARES.....	139
6.1 A HIPÓTESE POSTA À PROVA.....	139
6.2 QUESTÕES EM ABERTO.....	140
REFERÊNCIAS.....	143

1 INTRODUÇÃO

A partir de finais dos anos 1970 – em um quadro em que as lutas pela democracia se generalizavam e se evidenciava a crise do ciclo autocrático burguês, inaugurado pelo Golpe de abril de 1964 – registra-se, nas ciências sociais brasileiras, um expressivo movimento de renovação, que envolveu praticamente todas as disciplinas. Sumariamente, parece possível afirmar que a entrada dos anos 1980 apresentou uma indiscutível renovação do “pensamento social brasileiro”. Mesmo áreas não diretamente vinculadas à pesquisa histórica – como a Educação e o Serviço Social – passaram a valer-se, explicitamente ou não, de autores então pouco trabalhados fora dos círculos intelectuais marxistas presentes no País, notadamente de Antônio Gramsci.

Também no campo da História pode-se perceber este movimento. Nesse sentido, se até a segunda metade dos anos 1970 o acúmulo da historiografia crítica brasileira, nos seus maiores representantes (Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré), já incorporara concepções teórico-metodológicas provindas do arsenal marxista e weberiano, no final dos anos 1970, toda uma geração de novos pesquisadores (como, por exemplo, Carlos Nelson Coutinho e Luís Werneck Vianna) começou a assimilar novas matrizes analíticas, mesmo que conectadas àquelas já exploradas anteriormente.

Essencialmente, porém, é o segundo motivo que deve ser salientado: o reconhecimento, na segunda metade dos anos 1970, das *novas realidades histórico-políticas do Brasil*, que punham em cena uma sociedade civil extremamente complexa, com os “novos movimentos sociais” emergindo e enfrentando-se com um Estado de caráter ditatorial. É o próprio movimento da Formação Social Brasileira, na transição dos anos 1970 aos 1980, durante o processo que já punha em xeque, inclusive, através de manifestações de massa, a Ditadura (NETTO, 1993 e 2014; MOREIRA ALVES, 1987; PCB, 1984) – que põe a exigência e a possibilidade de uma ampla renovação dos estudos histórico-sociológicos. Não é casual, assim, que, neste período, surjissem várias reinterpretações da História e das dimensões sociológicas da Formação Social Brasileira – recorde-se, a título de exemplo, *A revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes (1975), o estudo de Werneck Viana sobre o processo sindical (*Liberalismo e sindicato no Brasil*, 1976), o ensaio de Jacob Gorender sobre *O escravismo colonial* (1978), e o estudo de Octávio Ianni sobre a natureza do desenvolvimento econômico-social mais recente (*A ditadura do grande capital*, 1981).

Quando se detém sobre a produção historiográfica deste período, é majoritária a compreensão que a História recente da Formação Social Brasileira só se torna plenamente

inteligível se for conectada, através de um complicado sistema de mediações, ao desenvolvimento da sociedade brasileira no pós-1930 – mais precisamente, ao *desenvolvimento capitalista* que o País experimenta após a chamada *Revolução de 1930*. Mas o estudo desse desenvolvimento é, necessariamente, muito mais que um tratamento de natureza *econômica*: implica uma síntese da *Formação Histórica da sociedade brasileira*.

Certas categorias analíticas que subjazem a esta produção merecem melhor tratamento crítico – ainda que, tenham sido e sejam intensivamente exploradas. Há, pois, um *problema teórico* que apresenta possibilidades de maiores esclarecimentos: as categorias que fundam esta pesquisa histórica. Entre tais matrizes, salienta-se a utilização, com emprego heurístico, do conceito de *via prussiana*. Se, implicitamente, outros estudiosos, já consagrados, também, se valiam da *ideia* de *via prussiana*, o fato é que, nos anos 1980, o conceito passou a ser amplamente utilizado na História e na Sociologia, frequentemente com matizes diversos (KONDER, 1980; NOGUEIRA, 1984; RIBEIRO, 1988; MAZZEO, 1989).

É, assim, que se chega à formulação da proposta de trabalho que originou a dissertação aqui presente – a partir do enfrentamento, ainda que, de modo exploratório, do emprego da categoria de *via prussiana* como modelo aproximativo sob a qual teria se desenvolvido a moderna Formação Social Brasileira. Este enfrentamento permitirá contribuir para o esclarecimento da forma como a constituição da relação Estado/sociedade civil no Brasil foi e vem sendo tomada, sendo um elemento fundamental para a compreensão do processo histórico do modo de produção capitalista no País, bem como suas implicações para o debate político contemporâneo. Não é casual, assim, que este questionamento tenha especial relevância para aqueles pensadores que buscam, a partir de uma nova compreensão do processo histórico, instrumentalizar sua intervenção na sociedade.

Justifica-se, ainda, a escolha pela linha de “Cultura, Migrações e Trabalho”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Entende-se que o debate aqui abordado – ainda que, num primeiro momento, possa ser subscrito ao campo da Teoria da História – está fortemente vinculado ao *mundo do trabalho*. Esta vinculação deve-se não apenas por se poder relacionar sua origem com o debate das organizações da classe operária – note-se, quanto a isto, que é identificada a origem do debate de *via prussiana* no interior do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas, também, porque a compreensão dos processos de transformação histórica de nossa Formação Social, não pode estar ausente dos debates de História do Trabalho – aqui entendidos como sendo um campo de conhecimento muito mais amplo que a simples história das lutas empreendidas pela classe operária e suas organizações.

A partir das determinações acima, a pesquisa foi encaminhada para a seleção de alguns autores que pudessem ser efetivamente representativos das elaborações calçadas sobre o conceito de *via prussiana*. Tal procedimento impõe-se, tanto pelo escopo necessariamente limitado no tempo e espaço concernente a um trabalho de dissertação de mestrado, como – principalmente – pela impossibilidade prática de se realizar um exame crítico de *toda* a literatura baseada no conceito em tela.

Pôs-se, então, o problema do critério de seleção dos autores para o estudo. Ao se enfrentar este problema, defrontou-se com uma reiteração que parece sugestiva: sempre que se remete ao debate em torno da *via prussiana*, enquanto chave interpretativa do processo do modo de produção capitalista no Brasil, aparece como referência obrigatória a produção realizada pelo grupo de intelectuais, vinculados ao PCB, que se propunham a uma “renovação” da perspectiva marxista no Brasil, em fins dos anos 1970. Este grupo – do qual são referências Carlos Nelson Coutinho, Luís Werneck Vianna, Marco Aurélio Nogueira e outros – respondia, em sua obra, ao influxo recebido de leituras que fugiam àquilo que se identificava como sendo a “ortodoxia” marxista-leninista, em especial, a partir das leituras que realizam de György Lukács, Gramsci e de autores da escola marxista italiana.

Nesse sentido, parece que uma escolha imprescindível era a opção pelo trabalho com a obra de Carlos Nelson Coutinho. O marxista baiano é, reconhecidamente, um dos teóricos de maior incidência no pensamento social contemporâneo brasileiro. Isto pode ser constatado tanto ao se apontar a ressonância e a extensão de sua obra – cuja incidência extrapola o campo das ciências sociais –, como, também, pelas polêmicas por ela despertadas. Carlos Nelson Coutinho aparece, também, como aquele que mais aprofundou uma *imagem do Brasil* que reflete os delineamentos teórico-críticos, os quais mobilizaram aquele grupo localizado na órbita intelectual do PCB – e a ideia de *via prussiana* aparece como tendo um papel importante para esta compreensão.

Como contraponto a Coutinho, buscar-se trabalhar com um autor que se utilizou deste mesmo conceito para a formulação de uma compreensão diferenciada frente à elaboração daquele grupo identificado com os ventos da onda “eurocomunista”. Neste sentido, a opção foi pelo estudo da obra de José Chasin. Esta escolha atende a dois critérios que parecem válidos para a pesquisa aqui proposta: primeiramente, Chasin alcançou, também, uma elaboração intelectual suficientemente madura, mais acabada, que favorece os propósitos da síntese a ser apresentada aqui, ao transparecer em que medida a categoria de *via prussiana* foi por ele incorporada e refuncionalizada. Em segundo lugar, Chasin – ainda que, reivindicando explicitamente a categoria de *via prussiana* – emprega-a não de modo direto, mas sim como

inspiração para a formulação de uma nova categoria conceitual, surgida a partir das determinações específicas da realidade nacional: a categoria de *via colonial*. A motivação que o leva a estabelecer essa diferenciação, bem como sua implicação efetiva na abordagem empreendida por este autor, também, será aqui abordada.

Finalmente, cabe destacar, ainda, um último traço que torna a aproximação e o cotejamento das obras de Carlos Nelson Coutinho e José Chasin, uma proposta intelectualmente instigadora: o fato de ambos reivindicarem uma mesma inspiração teórico-conceitual para a incorporação da categoria de *via prussiana*, a leitura de Lukács. Em que medida o emprego desta categoria corresponde, assim, aos delineamentos apresentados no pensamento lukacsiano, também foi analisada, no momento crítico-reflexivo que, acredita-se, constituirá a conclusão deste trabalho.

O presente trabalho tem por escopo, portanto, contribuir para a problematização, de forma reflexiva, da compreensão do processo histórico do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. Defende-se que este é um debate que ainda merece um esforço e atenção maiores, por dois motivos que parecem centrais. Em primeiro lugar, porque este é um *debate em aberto* – continua existindo uma polêmica entre aqueles que se propuseram a interpelar o desenvolvimento de nossa Formação Social quanto ao caráter sócio-econômico desta, suas origens, e a condição de seu “trânsito para a modernidade”. Em segundo lugar, porque entende-se que a compreensão dos processos históricos de transformação da nossa sociedade é um elemento inescapável para aqueles que buscam compreender o tempo presente – em especial àqueles que não se contentam com a realidade nacional e buscam os instrumentos necessários para *transformá-la*.

Se as premissas são válidas, acredita-se que o exercício a ser proposto, pode sim oferecer uma pequena contribuição para alcançar respostas a estes problemas. Não se tem a pretensão de oferecer uma *revolução conceitual*, pois isso não só ultrapassa o escopo de uma dissertação de mestrado, mas, também, excede em muito as condições intelectuais e de trabalho deste autor. É possível, porém que, ao revisitar o debate em torno das *vias de desenvolvimento capitalista* e de sua incidência no Brasil, se esteja oferecendo alguns instrumentos que possibilitem avançar no alcance daqueles objetivos maiores mencionados.

Julga-se válida, também, aqui, afirmar uma posição de princípio enquanto pesquisador: a preocupação quanto à *função social* do conhecimento produzido. Isso não parece desprezível. Afinal, vivem-se tempos em que a ciência histórica sofre duros ataques. No campo teórico, sofre com o império das micropreocupações, que pouco contribuem para o conhecimento da realidade social, e com os ataques às bases ontológicas de sua elaboração –

do que os debates a respeito da *ideia de verdade* e da *existência do real* parecem exemplos claros. Além disso, no campo da *cotidianeidade*, sofre com as impositões de uma conjuntura regressiva, sobre a qual não pode, aqui, se podem tecer sínteses mais detidas, mas sobre a qual os fenômenos estudados parecem incidir reiteradamente.

A dissertação está organizada em quatro capítulos principais. No primeiro destes, buscar-se-á identificar a formulação original da categoria de “via prussiana”, de modo a problematizar sua empregabilidade frente à realidade brasileira por parte dos autores que dela fizeram uso. Para tanto, utilizar-se-á, aqui, da crítica imanente dos textos e do estabelecimento das preocupações originais que levaram a formulação desta categoria por Vladimir Lenin. Abordar-se-á, também, os elementos inspiradores desta formulação, a partir da ideia de “miséria alemã”, presente em textos de Karl Marx e Friedrich Engels. Num segundo momento, buscar-se-á analisar o emprego da categoria por parte de Lukács, em sua abordagem clássica do desenvolvimento histórico alemão no primeiro capítulo de *El asalto a la razón* (1968), tendo em vista ser esta a formulação tomada por referência dos autores estudados para o emprego da ideia de *via prussiana* em seus escritos.

No segundo capítulo, o objetivo será, a partir de uma síntese da obra de Carlos Nelson Coutinho, em suas referências à ideia de *via prussiana*, identificar neste autor as respostas para as questões como: qual a origem desta incorporação na obra do autor? Em que medida tal incorporação contribuiu para a conformação de uma abordagem diferenciada do nosso processo histórico pelo marxista baiano? Far-se-sá, também, um exame crítico da aproximação realizada pelo autor entre “via prussiana” e os conceitos de “revolução passiva”, de Gramsci, e o de “modernização conservadora”, de Barrington Moore Jr. Tal operação partirá da análise do próprio texto coutiniano, buscando recuperar suas determinações e implicações para seu pensamento.

Tal como no capítulo anterior, o terceiro capítulo dedicar-se-á a compreender a apreensão do conceito de *via prussiana* por José Chasin, bem como compreender o que o leva a elaborar uma categoria nova: a categoria de *via colonial*. Buscar-se-á, assim, demonstrar a fundamentação para esta nova categoria, bem como sua conexão com aquelas formulações seminais apresentadas no primeiro capítulo. Tal como foi feito com Coutinho, também, aqui, aponta-se-á as conexões existentes entre a formulação da ideia de *via colonial* e a compreensão que Chasin possui do processo de histórico de desenvolvimento capitalista no Brasil – apreensão diferente, como ver-se-á, daquela que possui Coutinho.

No quarto capítulo, buscar-se-á traçar uma síntese crítica do emprego da categoria de *via prussiana* por parte dos autores estudados, retomando os fundamentos das diferenças na

compreensão do conceito por parte dos mesmos. Para tal, formular-se-á, inicialmente, um quadro comparativo entre as categorias de *via prussiana* e *via colonial*, apontando para as diferenças advindas das respectivas respostas. Em um segundo momento, será trazido o debate da compreensão da origem de nossa Formação Social, de modo a localizar as posições defendidas pelos autores estudados – bem como para por a prova a hipótese desta dissertação quanto a ser esta compreensão diferenciada a origem da divergência entre as formulações de Coutinho e Chasin. Finalmente, elenca-se-á questões com as quais se tem tавado contato durante o debate em torno da *via prussiana* e que opõe os autores analisados.

Finalmente, se quer reiterar que, as observações a serem feitas aqui, não se propõem a ser respostas definitivas aos problemas postos, mas apenas uma contribuição para os mesmos. Assim, não é demasiado afirmar que os acertos e indicações positivas aqui presentes devem ser creditados aos autores originais, o quais, sob difíceis condições, em muito contribuíram para o avanço da pesquisa social e da compreensão da realidade. Quanto a esta pesquisa, espera-se que este sirva como motivador de outras pesquisas no tema, visando aprofundar esta compreensão – tal como espera, também, fazer o autor que aqui se apresenta.

2 A CATEGORIA DE *VIA PRUSSIANA* ENQUANTO CAMINHO NÃO-CLÁSSICO PARA O CAPITALISMO

O objetivo deste capítulo é o de identificar a formulação original da categoria de “via prussiana”, de modo a problematizar seu emprego frente à realidade brasileira por parte dos autores selecionados – Carlos Nelson Coutinho e José Chasin –, e que dela fizeram uso. Deste modo, buscare-se-á – a partir da crítica imanente dos textos –, explicitar as preocupações originais que levaram a formulação desta categoria. Para isso, serão utilizados os trabalhos basicamente de Lenin, Marx, Engels e Lukács, apresentados como formuladores do conceito.

Sabe-se dos riscos metodológicos de se estabelecer um capítulo “teórico” prévio ao debate das obras que serão objeto da crítica aqui apresentada. Entretanto, em que pese o exercício pesado das citações, se pensa ser válido este exercício, de modo a decifrar as conexões causais e conceituais que os autores, que serão tematizados a seguir, estabeleceram na construção de sua compreensão de diferentes processos históricos. Além disso, conforme será pontuado mais adiante, este exercício permitirá estabelecer clivagens entre estes pensadores em nível de rigor conceitual, bem como desfazer algumas confusões surgidas a respeito do tema quando de sua retomada.

Embasados, assim, destes elementos crítico-textuais, poder-se-á empreender o estudo dos escritores aqui estudados, pontuando as conexões destes com as obras de referência e empreendendo seu exame imanente.

2.1 VLADIMIR LENIN

Em toda a literatura que buscou trabalhar com a conceituação de via prussiana, é referência obrigatória, reiterada em diversos autores, a localização de Lenin enquanto aquele autor que primeiro elaborou esta categoria. Coutinho (1974), ao enunciar o conceito em seu “O significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira”¹, já afirmava que “o caminho do povo brasileiro para o progresso social – um caminho lento e irregular – ocorreu sempre no

¹ “O significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira” é parte de uma obra coletiva, *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira* (v. COUTINHO, 1974), publicada em inícios dos anos 1970. Nesta obra contribuíram diversos autores, os quais, posteriormente, estariam entre aqueles que se apropriaram da categoria de “via prussiana” enquanto chave explicativa para a compreensão do processo histórico brasileiro. Além disso, o livro repercutiu o impacto das ideias de György Lukács junto àqueles intelectuais que orbitavam na esfera do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em um esforço de crítica cultural e literária a partir de categorias lukacsianas. Seu relativo esquecimento deve-se, em verdade, às impostações conjunturais da época de sua publicação, o que fez com que a obra tivesse pouca circulação.

quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lenin chamou de “via prussiana” para o capitalismo” (Idem, p. 3). Pode-se encontrar a mesma afirmação, também, em Chasin (1978)², quando afirma que “via prussiana, ou caminho prussiano para o capitalismo, como a denominou Lenin, aponta para um processo particular de constituição do modo de produção capitalista” (Idem, p. 621). Konder (1980)³ afirma, em capítulo homônimo, que “quando era necessário, produzia-se entre nós uma “modernização conservadora”. Esse caminho foi chamado por Lenin de “caminho prussiano” (ou “via prussiana”, como se prefere dizer agora);” (Idem, p. 18). Ribeiro (1988), também falará em dois caminhos apontados por Lenin – a “via prussiana” e a “via americana”⁴.

Esta referência está presente não apenas em interlocutores nacionais. Lukács (1968), também, estabelece a conexão com a formulação de Lenin, ao afirmar – após indicar as vicissitudes da falida revolução democrática alemã – que “[...] Lenin señala este camino como típico desde el punto de vista internacional, como un camino desfavorable para el nacimiento de la sociedad burguesa; como el “camino prusiano”, así lo llama él” (Idem, p. 41). Voltar-se-á, em seguida, à colocação lukacsiana, porém, momentaneamente, restringir-se-á a estabelecer esta conexão seminal entre as ideias de “via prussiana” e sua formulação por Lenin.

A partir desta visão, busca-se, na obra de Lenin, o momento no qual ele teria enunciado o conceito de “via prussiana”. É nesta busca que será retomada a obra *El programa agrario de la socialdemocracia en la primera Revolución Rusa 1905-1907*⁵. Como é enunciado em seu próprio título, este é um texto cuja problemática está voltada para o trato

² Conforme ver-se-á mais adiante, Chasin é um autor de origem diferente daquele grupo mencionado anteriormente, que partia da crítica literária. A obra aqui referenciada, *O integralismo de Plínio Salgado: formas de regressividade no capitalismo hiper-tardio* (1978), constituiu-se na tese de doutoramento do autor. Seu destaque deve-se à tentativa de uma abordagem original do fenômeno integralista a partir das categorias lukacsianas, pondo em causa a abordagem clássica que identificava no integralismo uma manifestação do nazifascismo na conjuntura nacional.

³ *A democracia e os comunistas no Brasil* (1980) é uma obra de referência no debate sobre a relação entre o debate da questão democrática – então muito em voga – e a estratégia dos comunistas no Brasil –, em especial, aqueles cuja referência político-partidária era o PCB. A obra foi, no passar dos anos, alvo de críticas, dada sua abordagem por vezes superficial dos problemas abordados. Porém, estas críticas deixam de notar que esta é uma obra de divulgação – e não uma expressão acabada do denso pensamento de Leandro Konder.

⁴ Ivan de Otero Ribeiro (1936-1987) é um autor pouco conhecido na Universidade atualmente. Sua publicística esteve essencialmente ligada ao debate da *questão agrária*. Também influenciado pelo debate dos “renovadores” pecebistas, teve, no entanto, sua trajetória intelectual interrompida por um acidente aéreo, que lhe levou a uma morte prematura, em 1987. Sobre Ivan Ribeiro, vide o artigo “Ivan Ribeiro, via prussiana e reforma agrária”, presente na coletânea *Agraristas políticos brasileiros* (SANTOS, 2007).

⁵ Cabe lembrar aqui a na conjuntura na qual esta obra foi produzida. Diferente de seus estudos anteriores da sociedade russa, tem-se aqui um texto que é resultado direto da conjuntura de refluxo do movimento revolucionário russo, após a Revolução de 1905, posteriormente conhecida como o “ensaio geral” dos acontecimentos de 1917. Assim, a discussão de Lenin é também influenciada por suas experiências no correr da luta revolucionária nos anos imediatamente anteriores. Para um debate mais aprofundado sobre a relação entre as mudanças da conjuntura russa e o desenvolvimento do pensamento de Lenin a propósito da “questão camponesa”, v. PADILHA, 2009.

dos problemas agrários. Se for claro que na concepção embasada na categoria de totalidade⁶, que caracteriza a perspectiva de Lenin, não é possível estabelecer uma “setorialização” da sociedade – de modo que os desenvolvimentos no campo não podem ser descolados de sua visão geral da sociedade russa, ou seja, da sua tentativa de *apreensão da dinâmica econômico-social desta Formação Histórica e da determinação de seu movimento* –, não parece que esta origem do debate seja um dado desprezível.

A preocupação lenineana com os debates da *questão agrária* não era em nada inédita. Cabe lembrar, aqui, que a primeira produção teórica de vulto do autor, seu *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, tem como um dos pontos centrais de polêmica, exatamente o debate do impacto da inserção capitalista em uma estrutura fundiária atravessada por fortíssimas sobrevivências do Antigo Regime – investigação esta, vale lembrar, realizada em um quadro no qual a produção teórica derivada de filiação marxista da questão agrária ainda era de pouca monta⁷. Nessa perspectiva, Lenin opera uma crítica indireta ao “modelo clássico” de revolução burguesa, ao constatar que, já então, a Rússia dava claros sinais de estar em um processo de desenvolvimento capitalista *sem que para tal tivesse ocorrido qualquer ruptura revolucionária em sua estrutura socioeconômica* – e, especificamente, uma transformação significativa da sua estrutura agrária. Para tanto, Lenin (1982) centra sua pesquisa nas relações de trabalho que se articulam na economia do latifúndio e aponta, não só a destruição da comunidade camponesa original, em um processo de transformação das relações agrárias em direção ao capitalismo, como, também, estabelece os fundamentos para a compreensão de uma *forma particular* de transição do feudalismo para o capitalismo.

Não é sem propósito que a remissão àquele texto de Lenin: de fato, há uma conexão intrínseca entre sua pesquisa histórica desenvolvida nesta obra e os delineamentos apontados enquanto possibilidades de desenvolvimento em *O programa agrário*. Parece reiterativa desta conexão a seguinte passagem, elaborada por Lenin, em 1907, como prefácio da obra de 1898, no qual ver-se-á enunciada exatamente aquelas formas de desenvolvimento que o autor elabora em *O programa agrário*. Veja-se, a seguir, as duas passagens:

Na atual base econômica da revolução russa, duas vias fundamentais são objetivamente possíveis para o seu desenvolvimento e desfecho: - ou a antiga

⁶ Lukács (2007) assim definiu, em sua concepção madura, a categoria de totalidade: “Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto. Isso conduz, portanto, a duas consequências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser sem seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: “formas do ser, determinações da existência”” (Ibid., p. 226)

⁷ Sobre este ponto, v. HEGEDÜS, 1984.

propriedade fundiária privada, ligada por milhares de laços à servidão, se conserva e se transforma lentamente em estabelecimento puramente capitalista, do tipo *junker*. Nesse caso, a base da passagem definitiva do sistema de pagamento em trabalho para o capitalismo é a transformação interna da propriedade fundiária baseada na servidão; toda a estrutura agrária do Estado se torna capitalista, conservando por muito tempo traços feudais; ou o antigo latifúndio é destruído pela revolução, que liquida com todos os vestígios da servidão, especialmente o regime da grande propriedade fundiária. Nesse caso, a base da passagem definitiva do sistema de pagamento em trabalho para o capitalismo é o livre desenvolvimento da pequena propriedade camponesa, que recebe grande impulso com a expropriação dos latifúndios em benefício dos camponeses; toda a estrutura agrária se torna capitalista, pois a decomposição do campesinato se processa tanto mais rapidamente quanto mais plena é a destruição dos vestígios da servidão. (LENIN, 1982, p. 10)

Agora, a passagem muitas vezes referenciada de *O programa agrário*:

[...] las formas de este desarrollo pueden ser dos. Los restos del feudalismo pueden desaparecer tanto mediante la transformación de las haciendas de los terratenientes como mediante la destrucción de los latifundios de los terratenientes, es decir, por medio de la reforma y por medio de la revolución. El desarrollo burgués puede verificarse teniendo al frente las grandes haciendas de los terratenientes, que paulatinamente se tornen cada vez más burguesas, que paulatinamente sustituyan los métodos feudales de explotación por los métodos burgueses, y puede verificarse también teniendo al frente las pequeñas haciendas campesinas, que por vía revolucionaria extirpen del organismo social la “excrecencia” de los latifundios feudales y se desarrollen después libremente sin ellos por el camino de la agricultura capitalista de los granjeros.

Estos dos caminos del desarrollo burgués objetivamente posible, nosotros los denominaríamos camino de tipo prusiano y camino de tipo norteamericano. (LENIN, s/d, p. 26)⁸

É exatamente esta última passagem que será tomada como a referência para a ideia de dois caminhos de desenvolvimento capitalista e burguês. Desde já, assinala-se três elementos constitutivos da formulação de Lenin que serão úteis quando de seu enfrentamento com aqueles autores que buscaram se utilizar do conceito para interpretar a sociedade brasileira: em primeiro lugar, Lenin estabelece os dois caminhos *a partir do estudo do desenvolvimento russo*; se é certo que isto não impede, a priori, a adaptação desta teoria para a pesquisa de outras formações sociais, deve chamar a atenção sua preocupação em historicizar sua elaboração.

⁸ “As formas desse desenvolvimento podem ser duas. Os restos do feudalismo podem desaparecer através da transformação das propriedades dos latifundiários e da destruição dos latifúndios dos *terratenientes*, isto é, através da reforma e da revolução. O desenvolvimento burguês pode ser verificado tendo à frente as grandes fazendas dos *terratenientes*, que gradualmente se tornam cada vez mais burguesas, substituindo gradualmente os métodos feudais de exploração por métodos burgueses, e também podem ser verificados tendo à frente as pequenas fazendas camponesas, que pela via revolucionária extirpem do organismo social a “excrecência” dos latifúndios feudais e depois se desenvolva livremente sem eles pelo do caminho da agricultura capitalista dos agricultores. Esses dois caminhos do desenvolvimento burguês objetivamente possível, os chamaríamos de um caminho de tipo prussiano e de um caminho de tipo norte-americano.” [tradução livre]

Em segundo lugar – aqui, se tem um importante indicativo para a crítica posterior –, Lenin formula estas possibilidades enquanto *vias de desenvolvimento capitalista no campo*. Tanto na passagem clássica de *O programa agrário*, como na retomada empreendida no “Prefácio” a *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, a contextualização das vias se dá com referência ao *papel do latifúndio e do campesinato na implantação do modo de produção capitalista*. Ainda que, referindo-se a estas duas alternativas, enquanto uma de “reforma” em contraposição a outra “revolucionária”, estes dois termos dizem respeito exatamente às implicações da resolução do problema agrário. Não está presente, aqui, aquela disjuntiva que será tomada como expressão do pensamento de Lenin, segundo a qual a “via clássica” versus “via prussiana” representaria um método geral de resolução dos conflitos em uma formação social: uma marcada pela solução revolucionária e a outra pela solução de conciliação “pelo alto”. Mesmo a assimilação das vias, nesta formulação, às ideias de “revolução por baixo” e de “revolução pelo alto”, deve ser tomada com cuidado. Retornar-se-á a esta polêmica posteriormente, quando será verificado o trato dado aos conceitos formulados por Lenin em Carlos Nelson Coutinho e José Chasin.

Por último, ressalta-se mais um importante elemento do texto lenineano: a oposição entre “via prussiana”, ou *junker*⁹, e “via americana”, ou via *farmer*¹⁰. Parece que esta oposição, também, não é, de modo algum, desprezível. Observe-se que Lenin não opõe à via prussiana a uma “via clássica”, “francesa”, “inglesa” ou “ocidental”. Isto é absolutamente fundamental, pois esta contradição escapou à elaboração de muitos daqueles que se utilizaram da categoria de *via prussiana*. Ainda sem serem analisadas a fundo as implicações desta imprecisão, esta manifestação, por exemplo, é perceptível em Coutinho, no seguimento da passagem anteriormente citada:

[..] Lenin chamou de “via prussiana” para o capitalismo. Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da “via francesa” ou da “via russa”, a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo “pelo alto” que exclui inteiramente a participação popular (1974, p. 3)

⁹ Os *junkers* eram membros da nobreza constituída pelos grandes proprietários de terra prussianos; isso levou a identificação entre esta expressão alemã e a ideia de aristocracia fundiária.

¹⁰ Literalmente, os *farmers* são “fazendeiros”. Tudo indica, porém, que o uso da expressão inglesa por Lenin não é isenta de propósito – seu objetivo é fazer referência aos fazendeiros livres norte-americanos, cuja exploração e expansão do uso da terra não esteve submetida aos constrangimentos do modo anterior de produção. Sobre esta distinção, v. SANTOS, 2007.

Ora, acredita-se que nas passagens anteriormente mencionadas, já foi estabelecido que isto *não* é o que Lenin chamou de “via prussiana” para o capitalismo. Retornar-seá a este ponto mais adiante. Mas cabe aqui perguntar – afinal, onde haveria em Lenin a abertura para esta compreensão diferenciada, quanto ao significado do “caminho prussiano” para o capitalismo? Seguindo as indicações de Santos (2007), acredita-se que a resposta a esta pergunta está conectada a outra obra de Lenin, em geral referenciada conjuntamente a “O programa agrário”, porém com uma implicação diretamente política: reporta-se, aqui, a *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*¹¹, de 1905.

Porque se faz essa referência a “Duas táticas”? É que nesta obra a conexão da resolução do problema agrário aparece *intrinsecamente ligada* às perspectivas da Revolução na Rússia czarista. Lenin, aqui, trava uma *dupla polêmica*: de um lado, dá combate às ilusões *narodniks*¹², que acreditavam ser possível um salto no desenvolvimento socioeconômico russo diretamente ao estágio socialista, a partir de um desenvolvimento original da comunidade agrária russa, o *mir*. Se a seu tempo esta ideia parecia despropositada para Lenin, cabe lembrar que Marx chegou a flertar com esta possibilidade em suas correspondências com os marxistas russos (FERNANDES, 1982; MICHELLI Jr, 2002); mas desde *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, Lenin já descartara tal hipótese, baseado em sua constatação empírica do já ingresso das relações capitalistas no campo russo. No entanto, Lenin, também polemizou com aqueles autores que – entendendo a necessidade do desenvolvimento capitalista como uma etapa histórica inescapável da formação socioeconômica russa – acreditavam caber ao proletariado e a seu partido apenas um papel passivo, em apoio à classe que deveria liderar a *revolução burguesa*: a burguesia¹³. Assim,

¹¹ Caberia, ainda, a realização de um estudo mais detido a respeito do impacto desta obra sobre o pensamento e a estratégia posteriores do movimento comunista. Elaborada durante o turbilhão revolucionário de 1905, Lenin lançava, aqui, enquanto perspectiva estratégica, a luta por uma *ditadura democrática dos proletariado e do campesinato* – forma política esta capaz de executar a revolução democrática-burguesa em uma formação social na qual a burguesia era incapaz de assumir a vanguarda neste processo. As mudanças na conjuntura russa, posteriormente, levarão Lenin a abandonar esta perspectiva em prol da *ditadura do proletariado*, materializada através da palavra de ordem *Todo poder aos soviets*, em 1917, e que punha o socialismo na ordem do dia. A formulação anterior de Lenin, porém, servirá de base para elaboração da estratégia política em todos aqueles países que se encontravam fora do “capitalismo desenvolvido” – aquilo que depois será criticada como o *etapismo*. Não se pode, agora, entrar neste debate. Cabe notar, ainda, que a ideia também foi recuperada – com um significado diferenciado – por Lukács quando da elaboração das *Teses de Blum*, em 1928 (sobre isso, v. NETTO, 1983)

¹² *Narodniks*: designação dada aos populistas russos. Para um breve histórico do movimento populista russo, v. PADILHA, 2009.

¹³ É importante reiterar, aqui, a perspectiva estratégica do debate de Lenin. Para o autor, não se trata de se discutir alternativas para um trânsito *imediatamente* ao socialismo, mas sim de uma alternativa histórica de *desenvolvimento capitalista*. Lenin não via na Rússia, *daquele momento*, a existência de condições objetivas que possibilitassem o trânsito para o socialismo – estas existiriam apenas nos países mais avançados, nos quais o capitalismo já produzira um alto nível de desenvolvimento das forças produtivas, tal como antevisto por Marx:

Lenin falará de duas possibilidades de desenvolvimento da revolução burguesa – uma revolucionária, mais favorável ao proletariado e à luta socialista; e uma “reformista”, pautada em compromissos pelo alto entre a burguesia e o latifúndio. Veja-se a formulação de Lenin:

a revolução burguesa é vantajosa no mais alto grau para o proletariado. [...] Quando mais completa e decidida, quanto mais consequente for a revolução burguesa, tanto mais garantida estará a luta do proletariado contra a burguesia pelo socialismo. [...] Para a burguesia é mais vantajoso que as transformações necessárias num sentido democrático-burguês se produzam mais lentamente, mais gradualmente, mais prudentemente, menos decididamente, pela via de reformas e não pela via da revolução [...]

Em contrapartida, é mais vantajoso para a classe operária que as transformações necessárias no sentido democrático-burguês se produzam precisamente não pela via das reformas, mas por via revolucionária [...] a via do mínimo de concessões e cautelas em relação à monarquia e às suas correspondentes instituições [...] (LENIN, 1982b, p. 406-407)

Em que pese esta extensa citação, neste momento, pode-se estabelecer aquele nexo mencionado entre *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática* e *O programa agrário da social-democracia, na primeira Revolução Russa de 1905-1907* – nexo este que parece crucial para entender-se os usos que foram posteriormente dados à categoria de “via prussiana”. Lenin, aqui, abre a porta para uma *correlação entre os dois processos* – aquele que envolve a via de resolução dos problemas agrários (*farmer versus junker*) -, com a via de resolução de *todos* os problemas postos pelo desenvolvimento do capitalismo, ou seja, pelo problema da revolução democrático-burguesa. Não é casual que, um pouco mais adiante, na leitura de *O programa agrário*, encontra-se a consequência política, também, anunciada anteriormente em *Duas táticas*. Veja-se o que Lenin afirma quanto às consequências dos programas em luta:

En aras de desarrollo de las fuerzas productivas (este criterio supremo del progreso social) debemos apoyar no la evolución burguesa de tipo terrateniente, sino la evolución burguesa de tipo campesino. La primera implica el mantenimiento al máximo del avasallamiento y de la servidumbre (transformada al modo burgués), el desarrollo menos rápido de las fuerzas productivas y un desarrollo retardado del capitalismo, implica calamidades y sufrimientos, explotación y opresión incomparablemente mayores de las grandes masas de campesinos y, por consiguiente, del proletariado. La segunda entraña el más rápido desarrollo de las

“Os marxistas russos estão absolutamente convencidos do caráter burguês da revolução russa. Que significa isso? Isto significa que as transformações democráticas no regime político e as transformações econômico-sociais, que se converteram numa necessidade para a Rússia, não só não implicam por si o minar do capitalismo, o minar da dominação da burguesia, mas, pelo contrário, desbravarão pela primeira vez realmente o terreno para um desenvolvimento vasto e rápido, europeu e não asiático, do capitalismo e, pela primeira vez, tornarão possível a dominação da burguesia enquanto classe”. (LENIN, 1982b, p. 405). Note-se, finalmente, que esta perspectiva de Lenin sofrerá alterações sob o impacto da guerra – e as mudanças de conjuntura implicadas por esta –. o que abrirá caminho para colocar o socialismo na *ordem do dia*, em 1917.

fuerzas productivas y las mejores condiciones de existencia de la masa campesina (las mejores en cuanto esto es posible en general bajo la producción mercantil (id., n/d, p. 31)¹⁴

Em suas conclusões, Lenin coloca mais uma vez a disjuntiva entre solução *junker* e solução *norte-americana* para o problema camponês na Rússia. Reafirma-se, aqui, que, nas passagens anteriores se pode estabelecer o vínculo político existente, para Lenin, entre a solução do problema agrário e as condições do desenvolvimento capitalista no País – diferenciando, assim, o que efetivamente é identificado por Lenin como o “caminho prussiano”. Perceba-se que esta relação não passou despercebida por analistas que realizaram a leitura conjunta dos ensaios lenineanos. Nessa perspectiva, pode-se intuir esta conexão teórico-política na leitura de alguns autores como Alberto Passos Guimarães, quando se relaciona sua compreensão teórica do processo de transformações no campo brasileiro, presente em *Quatro séculos de latifúndio*, e sua intervenção política em “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro” (SANTOS, 2007).

Essa relação é feita, ainda, de modo expresso, por Hill (1987)¹⁵, quando aponta a importância de sua compreensão do problema camponês para a sua teoria global da Revolução, na Rússia Czarista. Não apenas esta correta compreensão teórica permitiu a Lenin realizar uma escolha clara entre as possibilidades efetivamente postas de desenvolvimento do capitalismo no campo, como, em especial, permitiu-lhe formatar o programa político dos socialdemocratas russos em direção ao atendimento das demandas camponesas. Hill afirma que:

Lenin favoured the ‘American path’, as allowing freer and speedier capitalist development and eliminating those feudal elements from Russian society to which he felt Stolypin wished to cling. And as he pointed out, the majority of peasant deputies in the first and second State Dumas voted for agrarian policies which coincided with the ‘American path’, rather than for ‘Russian socialism’. (Idem, p. 75-76)¹⁶

¹⁴ “Para desenvolver as forças produtivas (este critério supremo do progresso social), deve-se apoiar não a evolução burguesa do tipo senhorio, mas a evolução burguesa do tipo camponesa. O primeiro implica a manutenção até o máximo de subjugação e servidão (transformada ao modo burguês), o desenvolvimento menos rápido das forças produtivas e o desenvolvimento tardio do capitalismo, implica calamidades e sofrimentos, exploração e opressão incomparavelmente maiores das grandes massas de camponeses e, consequentemente, do proletariado. O segundo implica o desenvolvimento mais rápido das forças produtivas e as melhores condições de existência das massas camponesas (o melhor na medida em que isso seja possível em geral sob produção comercial)”. [tradução livre]

¹⁵ Publicado originalmente em 1947, o pequeno estudo de Hill sobre Lenin (*Lenin and the Russian Revolution*) é uma obra de divulgação. Sua abordagem, porém, tem a marca da pena de um historiador renomado, cujos trabalhos terão grande repercussão sobre aquilo que se costuma mencionar como a “historiografia marxista britânica”. Compreendidas, assim, suas limitações, acredita-se que a obra conserva vitalidade.

¹⁶ “Lenin preferia o ‘caminho americano’, como permitindo um desenvolvimento capitalista mais livre e rápido e eliminando aqueles elementos feudais da sociedade russa aos quais ele sentia que Stolypin queria agarrar-se. E,

Se for errado classificar Lenin como um pensador “pragmático”, que colocaria a teoria a serviço da prática, são inegáveis as relações existentes em seu pensamento entre as duas instâncias. Assim como, nessa sequência, conectar as formulações lenineanas às suas consequências prático-políticas, parece um procedimento inescapável para aqueles que visam apreender a dinâmica de seu pensamento. Por isto, mais do que alcançar uma “correta” compreensão do problema agrário posto na Rússia pré-revolucionária, Lenin tem neste ponto a chave sob a qual se referenda para obter o apoio dos camponeses, numa aliança de classes que será crucial para a vitória de Outubro de 1917.

Finalmente, cabe pensar sobre outra passagem de Lenin, na qual o marxista russo abre a possibilidade de um desenvolvimento distinto destes “tipos” estabelecidos pelas vias “prussiana” e “farmer” – problematizando, assim, a ideia de duas vias fundamentais. Após a exposição sobre as possibilidades de desenvolvimento, Lenin faz a seguinte afirmação:

são possíveis, evidentemente, combinações infinitamente diversas dos elementos de ambos os tipos de evolução capitalista, e só os pedantes incorrigíveis poderiam resolver os problemas complexos e originais que aqui surgem recorrendo exclusivamente a citações de alguma referência de Marx a outra época histórica. (1982, p. 11).

Esta passagem é de suma importância, pois estabelece a possibilidade de combinação de elementos entre as duas vias propostas por Lenin, portanto, uma abertura teórica que permita aproveitar as determinações do esquema, sem transformá-lo em um molde obrigatório, no qual deveriam ser encaixadas as diversas conjunturas; assim como Lenin recusa a falsa “ortodoxia” marxista, que se limita ao exercício de citações, resguardando, enquanto elemento universal da obra de Marx, o seu *método*¹⁷. E é exatamente a conexão do pensamento de Lenin com Marx que vai ser explorado agora.

como ele assinalou, a maioria dos deputados camponeses na primeira e na segunda Duma estatal votaram por políticas agrárias que coincidiam com o ‘caminho americano’, ao invés do ‘socialismo russo’.” [tradução livre]

¹⁷ Muito já se discutiu a respeito da autocritica de Lukács frente à *História e Consciência de Classe*. Basta lembrar que o autor resistiu bastante à republicação deste ensaio, só tendo concordado com esta em 1967, após a adição de um longo prefácio. Entre as passagens que, para Lukács, conservaram a sua validade, encontra-se, fundamentalmente, aquela a respeito do método. Neste sentido, julga-se válido recuperar esta passagem, que reproduzidos a seguir, de modo a estabelecer em que consistiria o chamado *marxismo ortodoxo*: “Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método*. Ela implica a convicção científica de que, com o método dialético, foi encontrado o método de investigação correto, que este método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido de seus fundadores, mas que todas as tentativas para superá-lo ou “aperfeiçoá-lo” conduziram somente à banalização, a fazer dele um ecletismo – e tinham necessariamente de conduzir a isso”. (LUKÁCS, 2003, p. 64)

2.2 KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS

Para formular a ideia de duas vias, como demonstrado anteriormente, Lenin apoiara-se, em seu estudo, sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo russo. Mas qual houvera sido a base teórica de Lenin para *este* estudo? Conforme ele próprio estabelece em seu capítulo primeiro, esta base é a leitura de *O Capital*.

Muitos são aqueles que basearam suas formulações quanto às possibilidades de desenvolvimento histórico do capitalismo a partir das indicações de Marx, constantes no Livro III de *O Capital*. Cabe lembrar que este livro é um dos que mais interesse e polêmicas gerou entre aqueles que trabalharam com a obra de Marx, pois é nele que o autor se propunha a apreciação do processo global da produção capitalista – desenvolvendo, por exemplo, o problema da queda tendencial da taxa de lucro¹⁸. Além disso, sua própria formatação foi alvo de discussões, já que este volume da obra não foi publicado durante a vida de Marx, mas sim após sua morte, em uma edição aos cuidados de Engels¹⁹. Neste trabalho, não será possível realizar um estudo extenso desta obra, uma vez que isto escapa ao escopo desta dissertação. O fato, entretanto, é que, neste livro, Marx realiza apontamentos quanto às condições do trânsito do feudalismo ao capitalismo – e onde se enuncia a passagem que, posteriormente, servirá de inspiração à noção de duas vias:

Il passaggio dal modo di produzione feudale si compie in due maniere. Il produttore diventa commerciante e capitalista, si oppone all'economia agricola naturale ed al lavoro manuale stretto in corporazioni della industria medioevale urbana. Questo è il cammino effettivamente rivoluzionario. Oppure il commerciante si impadronisce direttamente della produzione. Questo ultimo procedimento, sebbene storicamente rappresenti una fase di transizione – si prenda l'esempio del clothier inglese del XVIII secolo che pone sotto il suo controllo i tessitori, i quali tuttavia sono indipendenti, vende ad essi la lana e compera da essi il panno – non porta in sé e per sé alla rivoluzione dell'antico modo di produzione, che esso invece conserva e salvaguarda come sua condizione. [...] Questo procedimento ostacola dappertutto il modo capitalistico di produzione vero e proprio e scompare con il suo sviluppo.

¹⁸ Sobre a polêmica em torno deste problema, v. MANDEL, 1990.

¹⁹ Para além da autoridade de companheiro intelectual e camarada de lutas de Marx, a autoridade de Engels nesta organização deriva do fato de ele ter se baseado em um plano editorial formulado pelo próprio Marx. Maximilien Rubel, porém, foi um daqueles que se aprofundou na crítica à organização engelsiana de “O Capital”, vendo nela a origem de compreensões equivocadas da obra marxiana. Assim, quando da reedição da obra, como parte integrante das *Oeuvres* de Marx, na prestigiada coleção “La Pléiade”, Rubel reorganizou os capítulos de “O Capital” em uma ordem que, a seu ver, restaurava a coerência original da obra de Marx. Foi a partir desta reorganização, por exemplo, que se editou, no Brasil, um “resumo literal” de *O Capital*, aos cuidados de Luiz de Carvalho Bicalho (BICALHO, 1990). Recentemente, o professor Michael Heinrich – biógrafo de Marx e colaborador no projeto de edição da MEGA-2 (Marx-Engels-Gesamtausgabe) – também tem defendido a necessidade de um novo olhar crítico sobre os livros de *O Capital* editados por Engels, pondo em causa a coerência destes com a evolução tardia do pensamento de Marx. As repercussões destas reorganizações, entretanto, estão longe de serem isentas de polêmicas, atendo-se, aqui, à organização original de Engels, ainda a mais fiel às intenções originais do autor.

Senza rivoluzionare il modo di produzione, esso peggiora unicamente la situazione dei produttori diretti, li trasforma in semplici salariati e proletari in condizioni peggiori di quelli che sono direttamente sottomesi al capitale e si appropria il loro pluslavoro sulla base dell'antico modo di produzione. (1973, p. 400-401)²⁰

Ao recorrer-se a uma longa citação, isto se deve a preocupação em estabelecer o que, efetivamente, fora formulado por Marx nesta passagem do capítulo vigésimo do Livro III, “Considerações históricas sobre o capital comercial”²¹. Parece que nesse trecho há detalhes importantes que não devem ser desprezados, dado que a citação mais corriqueira indica uma formulação mais “genérica”, possível de abrir-se a interpretações não necessariamente fiéis a letra de Marx. Veja-se, assim, como esta citação aparece, por exemplo, em Ribeiro (1988), quando este expõe sua compreensão do modelo de transição ao capitalismo no Brasil:

a) o produtor torna-se comerciante e capitalista, é esse o caminho verdadeiramente revolucionário; e b) o comerciante estabelece o controle direto sobre a produção: mesmo sendo historicamente um elemento progressista, esse caminho não pode, por si só, contribuir para a superação do antigo modo de produção, e, mais que isso, tende a conservá-lo como uma pré-condição. (MARX *apud* RIBEIRO, 1988, p. 58)

Como se pode observar, a citação de Marx é muito mais específica na localização do fenômeno. No entanto, se reconhece que existe aí uma abertura analítica, que admite formas diferenciadas de interpretação do fenômeno do trânsito das formações sociais. O que importa neste momento, porém, é perceber a conexão realizada por Lenin em seus estudos sobre a realidade russa com as colocações de Marx, em seu debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo. Verifica-se, porém, que Marx não formula a ideia de via ou caminho “prussiano”, tampouco conecta os dois caminhos históricos de transição ao capitalismo, com exemplos de grandes processos históricos. Com relação a essa questão, Lenin partiu da base teórica oferecida por Marx para analisar um processo histórico específico, e, a partir de algumas determinações gerais, formular a hipótese do desenvolvimento de dois caminhos.

²⁰ “A transição do modo de produção feudal se realiza de duas maneiras. O produtor torna-se comerciante e capitalista, se opõe à economia agrícola natural e ao trabalho manual estreito em corporações da indústria medieval urbana. Este é o caminho efetivamente revolucionário. Ou o comerciante se apropria diretamente da produção. Este último procedimento, embora historicamente represente uma fase de transição – tome-se o exemplo do comerciante de tecidos inglês do século XVIII que põe sob seu controle os tecelões, os quais todavia são independentes, vende a eles a lã e compra deles o pano – não em si e por si à revolução do antigo modo de produção, que em vez disso conserva e salvaguarda como sua condição. [...] Este procedimento prejudica em todo parte o modo capitalista de produção verdadeiro e próprio e desaparece com o seu desenvolvimento. Sem revolucionar o modo de produção, isso piora unicamente a situação dos produtores diretos, transformando-os em simples assalariados e proletários em condições piores que aqueles que são diretamente submetidos ao capital e se apropriam de seus excedentes sobre a base do antigo modo de produção. [tradução livre]

²¹ Título usado nas traduções ao português. “Cenni storici sul capitale commerciale”, na edição aqui utilizada, da Riuniti (MARX, 1973).

Este procedimento, também foi utilizado por outros pesquisadores e leitores da obra de Marx. É a partir desta conexão com o debate histórico que quer-se, recuperar, também, outra contribuição posta como inspiradora da ideia de “via prussiana”, aquela posta por Kohachiro Takahashi.

Takahashi não é um autor que mereceu a devida atenção no Brasil. De fato, não se encontra, para a atual pesquisa, nenhuma tradução de suas obras ao português. Seu único artigo traduzido é aquele que se encontra em uma coletânea de artigos a respeito da transição do feudalismo para o capitalismo (1977) – na verdade uma intervenção no famoso debate a respeito do tema promovido, por inspiração de Maurice Dobb e Paul Sweezy, nas páginas de *Science and Society*, posteriormente retomado e enriquecido por outros marxistas e republicado com uma intervenção crítica de Rodney Hilton²². Entretanto, este artigo, ao trabalhar com as indicações de Marx, no livro III, e tentar conectá-las ao processo histórico de transição ao capitalismo, fora do modelo “clássico” de transição europeia ocidental, serviu de ponte para sua interligação com a ideia de “via prussiana”, conforme será visto a seguir.

Tomando parte na polêmica que antecede sua intervenção, entre Dobb e Sweezy, Takahashi toma posição, ao afirmar a prevalência da forma de existência social da força de trabalho enquanto problema fundamental para a transformação de instituições econômicas e sociais. Assim, ao afirmar a centralidade da servidão enquanto forma de existência característica da força de trabalho no período feudal (1977, p. 69), descarta as elaborações de Sweezy, que tentava transferir tal apreciação para a esfera da produção, enquanto uma diferença entre produção para uso e produção de mercadorias. Se esta observação presta-se apenas a localizar Takahashi, parece que sua posição deve ser valorizada enquanto ponto de polêmica para um debate que, posteriormente, será, também, conectado ao debate da via de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a saber, a caracterização da Formação Social que antecede a forma capitalista no País.

No seguimento de sua argumentação, Takahashi localizará, no interior do próprio sistema feudal, as contradições que darão origem ao modo de produção capitalista, não colocando este como obra de fatores externos – posição que parece plenamente coerente com a exposição de Marx. Dessa forma, aponta a importância, para uma síntese efetiva do processo de formatação do modo de produção capitalista, a necessidade de se localizar a consolidação do capital industrial, ou seja, o processo histórico de sua emergência. É aqui que o

²² Este debate, interessantíssimo, não poderá ser retomado aqui, senão em rápidas referências. De qualquer modo, muitos são os historiadores que, por este debate, foram influenciados, sendo o conhecimento deste um referencial importante para aqueles que se aventuram na ciência histórica hoje.

autor fará a ligação com a clássica passagem do Livro III de *O Capital*, na qual Marx fala nas “duas vias de transição do modo feudal de produção” – que, aponta ele, é um capítulo “histórico”, apontando “o processo pelo qual, no curso do desenvolvimento da produção capitalista, esse capital mercantil subordinou-se ao capital industrial” (Ibid., p. 88). Relaciona, então – e sempre polemizando com as abordagens, ora de Sweezy, ora de Dobb – este processo com a Formação Histórica da sociedade burguesa na Europa Ocidental, em especial com os modelos “clássicos” de Inglaterra, França e, em algum momento, menciona a Revolução Americana.

Interessa, agora, a parte conclusiva do artigo, no qual Takahashi estabelece uma correlação entre as duas vias expostas em Marx e os processos históricos que teve oportunidade de analisar. Na Inglaterra e na França, o marxista japonês assinala que:

a propriedade feudal do solo e a servidão ou desintegraram-se no processo do desenvolvimento econômico ou foram abolidas estrutural e categoricamente na revolução burguesa. [...] Essas revoluções na Europa ocidental, graças à independência e ascensão dos pequenos produtores de mercadorias e à sua diferenciação, libertaram em seu interpor as forças – por assim dizer econômicas – que trabalharam no sentido do desenvolvimento da produção capitalista. (Ibid., p. 94)

Este, portanto seria, para Takahashi, o triunfo da primeira via exposta por Marx, o caminho “verdadeiramente revolucionário”. Contrapondo-se a esta, o autor relaciona aquelas experiências que havia estudado – em especial a de sua terra natal, o Japão – que, a seu ver, demonstram o percurso histórico resultante da segunda via de desenvolvimento capitalista apontada por Marx. Note-se que Marx não poderia ter efetivado esta avaliação – até mesmo, porque estes processos ainda não haviam se delineado plenamente quando da publicação de *O Capital*. Seus apontamentos e a janela analítica quanto à existência de diversas vias é que possibilita a Takahashi estabelecer esta correlação. Assim, afirma o autor:

[...] na Prússia e no Japão essa “emancipação” foi levada a cabo no sentido oposto. A organização da propriedade feudal territorial permaneceu intacta e as classes dos camponeses livres e independentes e dos burgueses de classe média continuaram pouco desenvolvidas [...] Tendo em vista que o capitalismo teve que ser edificado sobre esse tipo de solo, numa base de fusão mais do que numa base de conflito com o absolutismo, a formação do capitalismo ocorreu de maneira oposta à da Europa ocidental, predominantemente como um processo de transformação do capital mercantil do sistema *putting-out* em capital industrial. (Ibid., p. 94-95)

O trecho refere-se sobre a base de uma formação histórico-social no qual estava ausente o componente essencial da revolução burguesa. Acrescentou ainda:

[...] na Prússia e no Japão ocorreu o contrário. As revoluções burguesas clássicas na Europa ocidental tinham por objetivo a libertação dos produtos do sistema de “restrições” [...] a fim de que se tornassem produtores livres e independentes de mercadorias; no processo econômico, era inevitável que eles se dissociassem, e essa diferenciação (em capital e trabalho assalariado) forma o mercado interno para o capital industrial. É desnecessário dizer que o substrato social necessário para a concretização da revolução burguesa desse tipo era a desintegração estrutural da propriedade feudal do solo, peculiar à Europa ocidental. Do contrário, na Prússia e no Japão desde o princípio estava estipulado que o capitalismo se ergueria sob o controle e o patrocínio do estado absolutista feudal. (Ibid., p. 94)

É a partir desta diferenciação que Takahashi elabora uma interessante indicação de seu texto: apontar as consequências – que pode-se chamar de “superestruturais”²³ – do trânsito ao capitalismo dar-se por meio da segunda via em relação à primeira. Deste modo, em relação direta com a Formação Histórica dos casos prussiano e japonês, dirá Takahashi:

As condições socioeconômicas para o estabelecimento da democracia moderna não estavam presentes; ao contrário, o capitalismo teve de abrir caminho num sistema oligárquico – a estrutura social “orgânica” – destinado a suprimir o liberalismo burguês. (Ibid., p. 95).

Existe, portanto, *um estreito relacionamento entre a questão agrária e o capital industrial que determina as estruturas características do capitalismo nos vários países*. Pode-se então reestabelecer a interrelação entre este raciocínio e a linha exposta por Lenin, quando este debatia quanto às consequências da resolução da questão agrária para o campo russo. É por isso que diversos autores estabeleceram este nexos entre a leitura de Takahashi e as formulações de Lenin, como, por exemplo, Ribeiro (1988), quando afirma que “os dois caminhos de evolução agrária burguesa apontados por Lenin – a “via prussiana” e a “via americana” – estão de certo modo relacionados com as duas vias gerais especificadas por Takahashi” (Id., p. 58). A “via prussiana”, portanto, assinalaria aquela alternativa marcada pela continuação do desenvolvimento burguês sob a égide da grande propriedade feudal, reproduzindo na prática a segunda via apontada por Marx. Já a “via americana” implicaria o desenvolvimento sob a égide da pequena exploração camponesa pelo caminho revolucionário, tal como na primeira via presente em *O Capital*.

Isso posto, duas perguntas ficam ainda como questionamentos que deve-se abordar em relação a Marx. Em primeiro lugar, em que medida pode-se considerar o processo de

²³ Aqui, usa-se a expressão “superestrutural” entre aspas, pois tem-se consciência das polêmicas envolvendo o uso do termo e os debates que a suposta separação entre “base” e “superestrutura” suscitou. Aqui, não há disposição e espaço necessário para realizar uma exposição mais apurada da visão desta dissertação quanto a este debate, sendo utilizada esta expressão apenas de modo ilustrativo.

transição ao capitalismo ocorrido na Inglaterra e na França, como representativos de uma via clássica deste desenvolvimento? E, em segundo lugar, se esta conexão não fora realizada explicitamente por Marx, por que a Prússia e seu processo de Formação Histórica passaram a ser identificado como o processo alternativo, “não-clássico”, de desenvolvimento do capitalismo?

Para responder ao primeiro destes questionamentos, é necessário retomar a leitura empreendida por Marx e Engels, em 1848, no *Manifesto do Partido Comunista* (1956b). Esta é uma elaboração, por assim dizer, pioneira, dos autores do problema histórico das lutas sociais. Esta caracterização é necessária para apontar que, se não se acredita ser possível estabelecer uma clivagem definitiva entre um pensamento juvenil e um pensamento maduro na obra de Marx, também, não parece ser cabível afirmar que sua obra não sofreu *nenhuma evolução*²⁴. Igualmente, localizar este texto historicamente permite também, contextualizar certas sínteses empreendidas pelos pensadores alemães. Era 1848, em meio a um auge do movimento revolucionário na Europa; aquele que, posteriormente, será compreendido como o canto de cisne da burguesia enquanto agente revolucionário. Pois bem, para o *Manifesto* se tem como base de estudo os processos de formação do capitalismo na Inglaterra e a “grande” revolução democrático-burguesa, a Francesa de 1789. Tratam-se, assim, de formações sociais nas quais, a cada momento, as mudanças efetivadas pela burguesia foi acompanhada de um *processo político correspondente*.

Mazzeo, seguindo este raciocínio, afirmou que nestes processos, “a conquista do poder político é resultante de um confronto direto com a nobreza feudal” (1989, p. 107). É por isso, que este “modelo” de processo parecia oferecer, neste momento, uma projeção universal do ascenso da burguesia e, no seu seguimento, o ascenso do proletariado, o verdadeiro sujeito histórico-universal da emancipação humana. Note-se a projeção efetuada pelos autores para o futuro da Alemanha, claramente, ainda marcada pela perspectiva a irrupção de uma revolução democrático-burguesa nestes moldes:

Na Alemanha, o Partido Comunista luta de acordo com a burguesia, todas as vezes que esta age revolucionariamente: contra a monarquia absoluta, a propriedade rural feudal e a pequena burguesia. [...] É para a Alemanha, sobretudo, que se volta a atenção dos comunistas, porque a Alemanha se encontra nas vésperas de uma revolução burguesa, e porque realizará essa revolução nas condições mais avançadas

²⁴ Muita tinta já foi gasta no debate sobre a existência de um “jovem Marx” e um “Marx maduro”. Althusser, em especial, foi um dos protagonistas deste debate, ao afirmar a existência de um corte epistemológico na obra de Marx. Parece, porém, que esta é uma posição equivocada. O que ocorre, sim, é o *amadurecimento* do pensamento de Marx – o que implica em rupturas, mas não em um corte epistemológico. Neste sentido, v. GARAUDY, 1967.

da civilização europeia e com um proletariado infinitamente mais desenvolvido que o da Inglaterra no século XVII e o da França no século XVIII e, por conseguinte, a revolução burguesa alemã só poderá ser o prelúdio imediato de uma revolução proletária. (MARX; ENGELS, 1956, p. 53)

É este confronto direto que abre espaço para a conformação do avanço capitalista, a partir do ascenso revolucionário da burguesia, que viria a ser conceituada como a “via clássica”. Reforça-se que, neste momento, Marx e Engels ainda viam nas revoluções burguesas ocorridas na Inglaterra e França um protótipo de processo histórico passível de projetar-se para além destas formações sociais. Veja-se, por exemplo, a seguinte passagem de *A burguesia e a contra-revolução* (1956), escrito em dezembro de 1848:

Em 1648, a burguesia, aliada à nova nobreza, lutou contra a monarquia, contra a nobreza feudal e contra a Igreja dominante. [...] Em ambas as revoluções, a burguesia era a classe que realmente encabeçava o movimento. *O proletariado e as camadas da população urbana que não pertenciam à burguesia* ainda não tinham quaisquer interesses separados dos da burguesia, ou ainda não constituíam classes ou setores de classe com desenvolvimento independente. [...] As revoluções de 1648 e 1789 não foram revoluções *inglesa e francesa*; foram revoluções de tipo *européu*. Não representavam o triunfo de uma *determinada* classe da sociedade sobre o *velho regime político*; *proclamavam um regime político para a nova sociedade europeia*. Nelas triunfara a burguesia; mas a *vitória da burguesia* significava então o *triunfo de um novo regime social* [...] Essas revoluções expressavam muito mais as necessidades do mundo de então do que as necessidades daquelas partes do mundo em que se haviam desenrolado, isto é, a Inglaterra e a França. (MARX, 1956, p. 56-57)

Ora, nesta abordagem, não parece que se estabeleça uma ligação direta com aqueles processos demarcados no Livro III de *O Capital*, mas sim uma perspectiva do processo histórico geral e suas formas sócio-políticas de transição. Nesse sentido, a ideia de uma “via clássica” e uma “via não-clássica” parece estar ausente neste momento, sendo sua possibilidade posta pela evolução *posterior* do capitalismo. É por isso que será visto, crescentemente, a colocação do processo histórico alemão enquanto contraponto àquele processo modelar. Pode-se, assim, fazer uma aproximação da resposta ao segundo questionamento posto anteriormente – o do porque a Prússia passar a ser identificada como caso exemplar da “via não-clássica”.

Para realizar-se esta apreciação, há que se retomar, aqui, as passagens de Marx e Engels que fazem referência ao *atraso* alemão, naquilo que seria entronizado teoricamente como constitutivo da categoria, afirmada pelos autores e, posteriormente, retomada por Lukács – de “miséria alemã”. Na verdade, desde *Introdução à crítica da filosofia do direito*

de Hegel (2010), de 1843²⁵, Marx já enunciara a reiteração do atraso enquanto “especificidade” da Formação Histórica Alemã. Veja-se:

A história alemã, é verdade, orgulha-se de um desenvolvimento que nenhuma nação no firmamento histórico realizou antes dela ou chegará um dia a imitar. Tomamos parte nas restaurações das nações modernas, sem termos tomado parte nas suas revoluções. Fomos restaurados primeiramente porque outras nações ousaram fazer uma revolução e, em segundo lugar, porque outras nações sofreram contrarrevoluções; no primeiro caso, porque nossos senhores tiveram medo e, no segundo, porque nada temeram. Tendo nossos pastores à frente, encontramos-nos na sociedade da liberdade apenas no *dia de seu sepultamento*. (2010, p. 146)

Já em *A burguesia e a contra-revolução*, Marx, se por um lado, reafirma a perspectiva revolucionária, emanada do *Manifesto*, por outro, irá denunciar o caráter diferente da burguesia alemã frente à burguesia revolucionária francesa – enunciando, assim, a transformação de seu papel histórico enquanto classe dirigente das transformações capitalistas:

A burguesia alemã desenvolvera-se com tanta languidez, tão covardemente e com tal lentidão, que, no momento em que se opôs, ameaçadora, ao feudalismo e ao absolutismo, foi de encontro à ameaçadora oposição do proletariado e de todas as camadas da população urbana, cujos interesses e ideias eram afins aos do proletariado. E viu-se hostilizada, não só pela classe que lhe estava *atrás*, mas também por toda a Europa que estava à sua *frente*. A burguesia prussiana não era, como a burguesia francesa de 1789, a classe que representava *toda* a sociedade moderna em face dos representantes da velha sociedade: a monarquia e a nobreza. [...] inclinada desde o primeiro instante a trair o povo e a firmar compromisso com os representantes coroados da velha sociedade, pois ela mesma já pertencia à velha sociedade [...] (1956, p. 57-58)

Também, em Engels²⁶, pode-se verificar o enunciado reiterado da ideia do “atraso”, bem como sua associação com os desenvolvimentos históricos da Alemanha do século XIX, processo este no qual, ao revés de culminar num processo revolucionário que solucionasse o problema da unidade nacional e liquidasse os vestígios do Antigo Regime, assistiu sim à consolidação de um Império, sob hegemonia prussiana, sem que o desenvolvimento capitalista tivesse representado a derrubada da velha ordem.

Esta perspectiva, claramente, pode ser vista ilustrada no “Prefácio”, escrito por Engels, em 1874, de *A guerra camponesa na Alemanha*. Vale, assim, reproduzir o fragmento –

²⁵ Apesar de redigida em fins de 1843, a *Introdução* só será publicada nos *Anais Franco-alemães* em 1844.

²⁶ Vale notar que Friedrich Engels terá a oportunidade de acompanhar por um maior período a evolução dos acontecimentos na Alemanha –, isso tanto por sobreviver a Marx por mais doze anos, como, também, pela tendência a que fosse o “segundo violino” o responsável pelo trato dos assuntos especificamente alemães, enquanto Marx dedicava-se mais às intervenções no âmbito da Internacional.

ainda que extenso, mas que permitirá estabelecer os nexos conceituais com a formulação que se lhe segue:

[...] regime político da Alemanha, as sublevações contra esse regime e as teorias políticas e religiosas da época não eram a causa, mas o resultado do grau de desenvolvimento em que então se encontravam na Alemanha a agricultura, a indústria, as vias de comunicação terrestres, fluviais e marítimas, o comércio e a circulação do dinheiro. [...] A desgraça da burguesia alemã consiste em que, de acordo com o costume alemão favorito, chegou demasiado tarde. Seu florescimento coincidiu com o período em que a burguesia de outros países da Europa ocidental está politicamente em declínio. (1961, p. 194-196)

Será feita uma pausa para analisar três elementos importantes desse trecho. Primeiramente, Engels reafirma o método materialista – por ele creditado à Marx, com referência a *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* ([1851/1852], 1956) –, transparente na vinculação estabelecida, no trecho inicial, entre o desenvolvimento das forças produtivas e seus desdobramentos no campo ideo-político. Em segundo lugar, note-se como a ideia de *atraso* está ligada à projeção que, anteriormente, foi designada clássica da revolução burguesa, expressão do *progresso* de uma formação econômico-social. Finalmente, transparece a ideia de que a burguesia, após 1848, havia deixado de ser uma força objetivamente revolucionária. O medo da revolução proletária a empurrará, conseqüentemente, para a conciliação com as forças reacionárias da sociedade. Engels afirma assim que:

[...] foram precisamente as vitórias do exército prussiano que abalaram todos os fundamentos do edifício estatal prussiano; a dominação dos junkers tornou-se cada vez mais insuportável até para o próprio governo. Mas, ao mesmo tempo, o vertiginoso desenvolvimento da indústria relegou para um segundo plano a luta entre os junkers e a burguesia, ressaltando a luta entre a burguesia e os operários, de sorte que as bases sociais do velho Estado sofreram também uma transformação radical em sua estrutura interna. [...] a velha monarquia teve de transformar-se por completo em *monarquia bonapartista* [...]

Desse modo a Prússia cumpriu o singular destino de terminar em fins deste século, e sob a agradável forma do bonapartismo, sua revolução burguesa iniciada em 1808/1813 e que, em 1848, deu um passo à frente. E se tudo for bem, se o mundo permanecer quieto e tranquilo e nós chegarmos à velhice, talvez vejamos em 1900 o governo prussiano pôr termo realmente a todas as instituições feudais e a Prússia alcançar, enfim, a situação em que se encontrava a França de 1792.

A supressão do feudalismo, expressa de um modo positivo, significa o estabelecimento do regime burguês. À medida que desaparecem os privilégios da nobreza, a legislação se vai tornando mais burguesa. E aqui chegamos à medula das relações entre a burguesia e o governo. Já vimos que o governo tem obrigatoriamente que introduzir essas reformas lentas e mesquinhas. Mas cada uma dessas míseras concessões é apresentada aos olhos da burguesia como um sacrifício feito por ela, como uma concessão arrancada à coroa com um grande esforço e em troca da qual os burgueses, por sua vez, devem fazer concessões ao governo. (Ibid., p. 200-201)

Lukács resumiu esse processo, afirmando que “a natureza real da Alemanha é, pois, a do compromisso surgido com a forma bismarckiana do Estado alemão, graças à necessidade do desenvolvimento econômico” (ABENDROTH; HOLZ; KOFLER, 1969, p. 49). Em suma, parece possível, portanto, afirmar que é a partir da correlação entre as ideias de *miséria alemã* e a de *via prussiana* que se constituirá a imagem desta última, a partir das obras de Marx e Engels, sem que estes *tivessem feito uso desta última categoria*. Deste modo, é buscado o significado da categoria de *via prussiana* em um autor que, explicitamente, operou esta aproximação conceitual: György Lukács.

2.3 GYÖRGY LUKÁCS

Quando se fala da obra de Lukács, quase sempre se tem em mente seu trabalho filosófico e estético. O marxista húngaro, entretanto, realizou contribuições para a compreensão e a crítica de diversas dimensões da realidade social, sendo suas obras uma referência obrigatória para todos aqueles que se propõem a pensar as problemáticas que atingem nossa existência enquanto seres sociais. Não é casual, assim, que alguns pensadores tenham mesmo visto em Lukács o maior filósofo do século XX.

Tal como foi visto anteriormente com Lenin, também, muitos pensadores apontaram Lukács como inspiração para trabalhar a partir da categoria de “via prussiana”. Veja-se o que diz, neste sentido, Coutinho, referenciado anteriormente:

Esse conceito “ampliado” de via prussiana aparece em György Lukács. “Não é por acaso que Lênin indica essa via [seguida pela Alemanha] como um caso típico de alcance internacional, como uma via desfavorável para o surgimento da moderna sociedade burguesa; ele a chama de *via prussiana*. Essa observação de Lênin não deve ser limitada à questão agrária em sentido estrito, mas aplicada a todo o desenvolvimento do capitalismo e à superestrutura política que ele assumiu na moderna sociedade burguesa da Alemanha”. [...] Em muitas de suas análises concretas da sociedade e da cultura da Alemanha e da Hungria, Lukács aplicou de modo fecundo seu conceito “ampliado” de via prussiana [...]. (2011, p. 46).

Também, Chasin, aponta para esta inspiração lukacsiana, ao afirmar que:

Marx, Engels e Lenin tiveram possibilidade de acompanhar, por quase um século, o caso alemão no seu evoluir marcado pelo caminho prussiano. Mas, apenas Lukács, pode assistir, já instrumentado na mesma perspectiva conceitual daqueles, o inteiro desdobramento do processo alemão já no período das guerras imperialistas. E é inegável que tenha sido o filósofo húngaro, desde os anos vinte, o investigador que mais continuada, profunda e sistematicamente tenha se ocupado, neste século, da

particularidade do caminho prussiano, especialmente de suas determinações no terreno do pensamento e da literatura. (1978, p. 625)

Deve-se, assim, contextualizar o local da abordagem lukacsiana do problema da “via prussiana”. Sua contribuição mais acabada aparece em *El assalto a la razón (A destruição da razão)* – obra de Lukács, datada de 1954²⁷, que se propõe a realizar uma abordagem crítica do desenvolvimento histórico da filosofia alemã. O problema que move Lukács é de ordem ideológica: o autor busca compreender como foi possível a ascensão do fascismo naquele País, realizando, assim, um excuro crítico que levou até a ascensão do moderno irracionalismo. Para realizar a pesquisa, porém, Lukács, coerente com a perspectiva da totalidade da qual participa, estuda as condições sociais a partir da qual este desenvolvimento do pensamento filosófico foi possível. Netto resume a linha que leva até a formulação lukacsiana de 1954:

Desde a ascensão de Hitler, um dos problemas centrais de Lukács era compreender como o nazifascismo pôde galvanizar precisamente a Alemanha, com as suas ricas tradições culturais. Em 1933/1934, escreveu páginas e páginas sobre a questão; em 1943, reaproximou-se dela, tematizando o *prussianismo*; *A destruição da Razão* é a sua conclusiva resposta – uma ciclópica tentativa de “assinalar o caminho seguido pela Alemanha, no terreno da filosofia, até chegar a Hitler. (1983, p. 67)

Lukács, nesta abordagem, acaba recuperando a chave lenineana do “caminho prussiano”, como forma de apreender a peculiaridade constituída e plasmada no desenvolvimento da Formação Econômico-Social Alemã.

E há um crédito especial na abordagem lukacsiana, isto se não foi o único pensador a utilizar-se das categorias elaboradas por Lenin, na discussão do problema das vias de desenvolvimento do capitalismo. É dever, neste ponto, realizar uma *clivagem analítica*: Lukács foi o único que se propôs a trabalhar com a categoria de Lenin a partir da própria *formação social que lhe dera origem*. Dito de outra forma, não se quer descartar outras formulações, mas pretende-se, sim, pontuar que *há diferenças* entre o desenvolvimento

²⁷ *A destruição da razão* é talvez uma das obras mais mal-tratadas do século XX. Resultado de uma longa pesquisa de Lukács, foi publicada em 1954, na Alemanha Democrática – no auge, portanto, da chamada Guerra Fria, e quando a jovem República completava meros cinco anos de existência. Sofreu, além disso, um “triplo” combate – por parte da filosofia burguesa, que atacou a obra enquanto uma crítica esquemática e panfletária; por parte da esquerda dita “crítica”, que quis ver nesta obra uma expressão do “stalinismo” de Lukács; e mesmo por parte do “marxismo oficial” da época, para quem a contraposição lukacsiana entre racionalismo e irracionalismo não se enquadrava na linha oficial zhdanovista da História da Filosofia, a qual a entendia como uma luta entre o materialismo *versus* o idealismo. Isso fez com que a obra não recebesse o reconhecimento necessário – entendido aqui como fundamental para a crítica marxista contemporânea. Neste sentido, v. NETTO, 1983.

proposto por Lukács e as aproximações de outras categorias de análise às ideias originais de Lenin. E o próprio Lukács o afirma, quando pontua, logo no início de sua exposição, que:

No en vano Lenin señala este camino como típico desde el punto de vista internacional, como un camino desfavorable para el nacimiento de la sociedad burguesa; como el “camino prusiano”, así lo llama él. Y este pronunciamiento de Lenin no debe entenderse referido solamente a la cuestión agraria en sentido estricto, sino que se extiende a todo el desarrollo del capitalismo y a la superestructura política que presenta en la moderna sociedad burguesa de Alemania. (LUKÁCS, 1968, p. 41)²⁸

Entretanto, não será adiantado o raciocínio. Para isso, precisa-se remontar à discussão anterior de Lukács, em torno do conceito de *prussianismo*: este conceito já fora empregado por Lukács, em ensaio publicado em 1943, na revista *Internationale Literatur*: “Über Preußentum”²⁹. Neste texto, Lukács se dedica – em meio aos combates da Segunda Guerra Mundial – a um notável estudo, que realiza uma distinção clara entre o “velho espírito prussiano” e a barbárie nazista. Observa-se, aqui, o contraponto entre as ideias de Lukács e os *slogans* então presentes na ideologia oficial soviética, pelas mãos de Andrei Alexandrovitch Zhdanov, bem como, também, na propaganda (amplificada no calor da guerra), que identificavam a cultura alemã, em geral, como uma cultura reacionária, sendo Hegel “um representante da reação feudal contra a Revolução Francesa” (KONDER, 1980b, p; 71). Isto não implicou, entretanto, qualquer concessão ou visão positiva quanto a este “espírito prussiano”.

Em que consistiria, portanto, este “prussianismo”? Derivação histórica do processo de desenvolvimento alemão, o prussianismo se caracterizaria pela ausência da crítica da opinião pública e pelos desmandos e ilegalidades cometidos pela burocracia estatal, em nome dos “interesses superiores” do Estado. Mais do que isso, essa mobilização da opinião pública seria entendida como sendo uma desvantagem, provocando tempestades político-sociais alheias aos interesses da sociedade como um todo. Lukács localiza este fenômeno como um produto histórico da ausência do exercício democrático, afirmando que:

para grande prejuízo da literatura e da imprensa alemã, faltou nelas um *tertium datur* entre o completo acatamento da situação social e do Estado, de um lado, e a rebeldia anarquista, individualista, cada vez mais tênue, do outro. Isso também é uma

²⁸ “Não em vão Lenin aponta esse caminho como típico do ponto de vista internacional, como um caminho desfavorável para o nascimento da sociedade burguesa; como o “caminho prussiano”, então ele o chama. E este pronunciamiento de Lênin não deve ser entendido como se referindo apenas à questão agrária em sentido estrito, mas se estende a todo o desenvolvimento do capitalismo e à superestrutura política que apresenta a moderna sociedade burguesa da Alemanha”. [tradução livre]

²⁹ “Sobre o prussianismo”, na tradução literal de Konder (1980b).

consequência do fato de que o povo alemão praticamente nunca conheceu a efetiva liberdade da vida pública democrática. (LUKÁCS *apud* KONDER, 1980b, p. 165)

Como se pode constatar, Lukács localiza o prussianismo no processo histórico da Formação Social Alemã, como um traço ideo-cultural reiterado a partir dos problemas do desenvolvimento desta formação social. Isto indica que Lukács está retomando aquela mesma ideia que já comparecera nos escritos de Marx e Engels – a ideia da “miséria alemã”. Não parece casual, portanto, que Lukács remeta-se novamente à Engels quando realizou a seguinte afirmação:

Engels comparou uma vez a evolução francesa e a alemã desde princípios da liquidação do feudalismo até a constituição da unidade nacional da democracia burguesa. E chega à conclusão de que em cada época e para cada problema histórico os franceses encontraram uma solução progressista e os alemães uma solução reacionária (LUKÁCS *apud* CHASIN, 1978, p. 623).

É claro que não se trata para Lukács de um problema nacional ou do “caráter” alemão – antes, a “miséria alemã” tem origens sócio-históricas determinadas e passíveis de interpretação. Ora, se Marx, Engels e Lenin já ofereciam indicações que permitiam problematizar o desenvolvimento alemão, é Lukács quem verá este chegar ao seu trágico final – o Terceiro Reich. Isto lhe deu a oportunidade de empreender, assim, uma pesquisa profunda das consequências do caminho prussiano, em especial seu impacto no plano *ideológico* – no terreno da literatura e da filosofia alemã.

Não cabe, no escopo deste trabalho, percorrer todo o percurso intelectual de *El asalto a la razón* (1968) e a brilhante crítica lukacsiana aos expoentes do irracionalismo alemão. Buscar-se-á, no entanto, recuperar os pontos que considera-se essenciais para compreender a formulação lukacsiana do “caminho prussiano”. Formulação esta que está intrinsecamente conectada à linha argumentativa desenvolvida no primeiro capítulo da obra, “Acerca de algunas características del desarrollo histórico de Alemania”, na qual Lukács procede a uma *contextualização histórica* das determinações deste caminho.

Para o pensador húngaro, a “miséria alemã” só pode ser compreendida à luz de seu desenvolvimento histórico. Nesse sentido, trata-se do mesmo fenômeno que ensejará o “prussianismo” abordado anteriormente. É, assim, que Lukács, já na abertura deste capítulo, remeterá à formulação clássica de Engels, em *A guerra camponesa na Alemanha*, já citada, ao afirmar que “El destino, la tragedia del pueblo alemán, hablando en términos generales,

consiste en haber llegado demasiado tarde en el proceso de desarrollo de la moderna burguesía”³⁰ (LUKÁCS, 1968, p. 29).

Não se trata apenas de uma citação ritual. Lukács se propõe, neste capítulo, a operar a necessária concreção histórica desta proposição inicial, afinal, os processos históricos são complexos e contraditórios, não sendo possível, assim, uma abordagem manualística e esquemática, atrelada a uma compreensão estanque do processo histórico, como se este fosse uma sequência de estágios evolutivos bem definidos e universais. Se esta proposição é válida, já se tem uma demarcação fundamental entre Lukács e uma parte importante da produção marxista do século XX, permeada pelo engessamento daquilo que ficou conhecido como o “marxismo-leninismo” oficial ou o “marxismo soviético”, na acepção de Marcuse (1969).

Seguindo na leitura de Lukács, verifica-se um trecho que se julga importante para a posterior correlação que alguns autores estabeleceram entre o conceito de “via prussiana” e a abordagem desenvolvida por Barrington Moore³¹ em sua pesquisa dos processos de “modernização conservadora” (1983). Conforme as palavras do autor,

Basta con echar un rápido vistazo a las revoluciones democrático-burguesas para darse cuenta de que si, por una parte, el pueblo inglés y el francés le llevaron una gran delantera al pueblo alemán por haber ventilado sus revoluciones democrático-burguesas ya en el siglo XVII, el primero, y a fines del XVIII el segundo, por otra parte fue precisamente el retraso de su desarrollo capitalista lo que permitió al pueblo ruso encauzar su revolución democrático-burguesa por los derroteros de la revolución proletaria, sustrayéndose con ellos a los sufrimientos y a los conflictos que todavía hoy tiene que afrontar el pueblo alemán. Hay que tener en cuenta, por tanto, donde quiera que el problema se plantee, la interdependencia concreta de las tendencias histórico-sociales; pero, echa esta salvedad, se llega a la conclusión de que, en lo tocante a la historia actual – contemporánea – de Alemania, el factor decisivo reside, efectivamente, en el retraso del desarrollo del capitalismo, con todas sus consecuencias sociales, políticas e ideológicas. (LUKÁCS, 1968, p. 29)³²

Partindo, assim, do mesmo substrato metodológico de Marx e Engels, Lukács se dedica no seguimento de sua exposição a emprestar concretude histórica àquelas

³⁰ “O destino, a tragédia do povo alemão, falando em termos gerais, consiste em chegar muito tarde no processo de desenvolvimento da burguesia moderna”. [tradução livre]

³¹ Barrington Moore Jr. (1913-2005), sociólogo estadunidense. Tornou-se mundialmente conhecido por sua obra *Origens sociais da ditadura e da democracia*, cuja publicação original é de 1966, e sobre a qual serão tecidas maiores comentários no item 3.2 do próximo capítulo.

³² “Basta dar uma rápida olhada nas revoluções democráticas burguesas para perceber que, por um lado, os ingleses e franceses trouxeram uma grande vantagem ao povo alemão por ter ventilado suas revoluções democráticas burguesas já no século XVII. Por outro lado, foi precisamente o atraso de seu desenvolvimento capitalista que permitiu ao povo russo canalizar sua revolução democrática burguesa ao longo dos caminhos da revolução proletária, subtraindo-lhes os sofrimentos e os conflitos que ainda precisa enfrentar o povo alemão hoje. É necessário levar em conta, portanto, sempre que o problema surgir, a interdependência concreta das tendências sócio-históricas; mas, feita esta ressalva, conclui-se que, em relação à história atual – contemporânea – da Alemanha, o fator decisivo reside, de fato, no atraso do desenvolvimento do capitalismo, com todas as suas consequências sociais, políticas e ideológicas” [tradução livre]

determinações observadas por seus predecessores, e por eles identificadas como as circunstâncias e conseqüências do “atraso”. Dito de outro modo, Lukács esmiúça, em seu procedimento, o que constituiria historicamente a “miséria alemã”.

Há, entretanto, no pensamento lukacsiano uma importante inflexão – a extrapolação das conseqüências do “atraso” para o campo ideo-cultural. Lembra-se, mais uma vez, o objetivo da exposição de Lukács: não se trata de elaborar uma “História” da Alemanha, mas sim de apreender, na totalidade das determinações de uma formação histórica específica, suas interações com o desenvolvimento da filosofia. Pode-se perceber esta operação quando o autor afirma que “Alemania no tomó parte en el gran auge económico y cultural de los siglos XVI y XVII [...] Las razones de esto son, sobretudo, orden material. Pero éstas determinan también, a su vez, algunas de las características ideológicas de la trayectoria de Alemania” (Ibid., p. 32).

Cabe destacar, também, uma determinação importante do pensamento deste autor que, em conformidade com o pensamento de Marx e Engels, reafirma ter tido a burguesia um papel revolucionário no processo histórico da humanidade, papel este que viria a ser abandonado apenas após a ascensão da ordem do capital e do aparecimento do proletariado, enquanto classe revolucionária portadora de um projeto social diferenciado, da qual o marco é o desenrolar dos movimentos revolucionários de 1848³³. Ainda que, possa parecer marginal, esta é uma concepção que parece importante recuperar, já que a hipótese de Lukács é, exatamente, a de hipotecar às debilidades da burguesia alemã para o desenvolvimento retardatário e antidemocrático assumido pelo capitalismo nesta sociedade.

Através de sua abordagem do problema da unidade nacional – problema este central para a conformação da ordem burguesa na Europa e que, no caso alemão, já transparecera durante as “guerras camponesas” analisadas por Engels –, Lukács estabelece uma ligação entre sua explanação e aquela realizada por Lenin:

Pese a la profunda escisión que se advierte en la dirección espiritual y política del pueblo alemán y al extenso desconcierto ideológico que se percibe en cuanto a las metas y a los métodos de la lucha por la unidad nacional, vemos que, al llegar este período, la unidad nacional se erige – por primera vez desde la guerra de los campesinos – en objetivo de las aspiraciones de un gran movimiento de masas, que abarca a importantes y extensos sectores de la nación alemana. Con lo cual – para

³³ Cabe notar, aqui, que Lukács também complexificou a compreensão do fim do papel revolucionário da burguesia ao analisar os problemas postos por esta transformação no campo ideológico, com a abertura, pós-1848, do período da chamada “decadência ideológica”. Este tema, porém, não poderia ser discutido, aqui, sem fazer concessões indesejáveis à simplificação ou forçar a um desvio extenso que não considera-se necessário ao entendimento da presente exposição. O leitor interessado poderá se remeter ao importante ensaio de LUKÁCS, *Marx e o problema da decadência ideológica* (2010).

decirlo con las palabras que Lenin lo formuló claramente, por vez primera – el problema de la unidad nacional pasaba a ser el problema central de la revolución burguesa, en Alemania.

Si nos fijamos en la historia de Alemania durante el siglo XIX, nos convenceremos a cada paso de la verdad y la justeza de las palabras de Lenin. La lucha por la unidad nacional preside, en efecto, todo el desarrollo político e ideológico de Alemania, en el siglo XIX. Y la forma especial en que este problema encontró, al cabo, su solución imprimió su sello particular a todo el espíritu alemán, desde la segunda mitad del siglo pasado hasta nuestros días. (Ibid., p. 36)³⁴

A visão de Lukács – em que pese sua remissão à Lenin – não se atém aos problemas agrários, mas sim está enriquecendo aquela síntese, a partir de um estudo com alto nível de detalhamento e refinamento. É, deste modo, que o autor apontará para o conjunto dos problemas anteriormente citados como sendo o elemento explicativo para o desenvolvimento histórico alemão, como se pode constatar a seguir:

Este conjunto de circunstancias desfavorables, obra de la dispersión nacional en que Alemania se encontraba al ponerse a la orden del día la revolución democrático-burguesa, se manifiesta, en cuanto al factor subjetivo de la revolución, en el hecho de que tanto la burguesía como la pequeña burguesía, las masas plebeyas y el proletariado, entren sin la preparación necesaria en la palestra de la revolución. La fragmentación del país en una trama de pequeños Estados resultó extraordinariamente nociva para la educación revolucionaria-democrática de las capas bajas del pueblo, para el desarrollo de las tradiciones revolucionario-democráticas entre las masas plebeyas. Toda su experiencia política se reducía a la suministrada por las pequeñas e mezquinas luchas locales dentro de los estrechos marcos de los diminutos Estados. Los intereses generales de la nación flotaban por encima de estas luchas en el plano de lo abstracto, y ello les permitía trocarse fácilmente e simples frases. Y esta actitud fraseológica de los ideólogos burgueses que llevaban la batuta, cuya manifestación más palpable y elocuente eran los debates de la Dieta Nacional de Francfort, podía derivarse con harta facilidad – consciente o inconscientemente – por los derrotados reaccionarios. (Ibid., p. 40)³⁵

³⁴ “Apesar da divisão profunda vista na direção espiritual e política do povo alemão e da confusão ideológica generalizada que é percebida em termos dos objetivos e métodos da luta pela unidade nacional, vemos que, ao chegar esse período, a unidade nacional se ergue - pela primeira vez desde a guerra dos camponeses – em objetivo das aspirações de um grande movimento de massa, que abrange importantes e extensos setores da nação alemã. Com isso – para dizer-lo com as palavras que Lenin formulou claramente pela primeira vez - o problema da unidade nacional tornou-se o problema central da revolução burguesa na Alemanha. Se olharmos a história da Alemanha durante o século XIX, estaremos convencidos em cada passo da verdade e a correção das palavras de Lênin. A luta pela unidade nacional preside, de fato, todo o desenvolvimento político e ideológico da Alemanha, no século XIX. E a maneira especial como este problema encontrou, afinal, sua solução, imprimiu seu selo particular em todo o espírito alemão, desde a segunda metade do século passado até o presente.” [tradução livre]

³⁵ “Este conjunto de circunstâncias desfavoráveis, obra da dispersão nacional em que a Alemanha se encontrava ao pôr-se na ordem do dia a revolução democrática burguesa, se manifesta, no que diz respeito ao fator subjetivo da revolução, no fato de que tanto a burguesia como a a pequena burguesia, as massas plebéias e o proletariado, entram sem a preparação necessária na arena da revolução. A fragmentação do país em uma rede de pequenos estados resultou extraordinariamente prejudicial para a educação democrático-revolucionária das camadas mais baixas do povo, para o desenvolvimento das tradições revolucionárias democráticas entre as massas plebéias. Toda a sua experiência política foi reduzida à proporcionada pelas pequenas e mesquinhas lutas locais dentro dos quadros estreitos dos pequenos Estados. Os interesses gerais da nação flutuavam acima dessas lutas no plano do abstrato, o que lhes permitia trocar facilmente frases simples. E essa atitude fraseológica dos ideólogos burgueses que levavam a batuta, cuja manifestação mais palpável e eloquente foram os debates da Dieta

As massas populares alemãs – diferentemente de sua congênere francesa em 1789 – se encontravam desarmadas para fazer frente às tarefas que lhe são postas. Ante a ausência da resolução do problema da unidade nacional, não existe na Alemanha um centro unificado, capaz de dirigir resolutamente a revolução democrático-burguesa. Eis o drama do 1848 alemão, conforme a seguinte passagem:

las grande potencias reaccionarias, Prusia y Austria contaban con un poder burocratico y militar concentrado. Las fuerzas revolucionarias, por el contrario, se hallaban más que dispersas [...] Todos estos factores determinaron la suerte de la revolución democrática en Alemania, no sólo en lo tocante a la unidad nacional, sino en todos los terrenos en que se hacia necesaria la abolición de las supervivencias feudales. (Ibid., p. 41).³⁶

Lukács chega a um ponto que considera central para o processo histórico alemão – uma característica funesta, que se manifestará reiteradamente após a derrota do movimento revolucionário de 1848: os processos democráticos estarão sempre marcados pela *liquidação a priori* de sua ala radical-plebeia, ao revés dos processos similares na França e Inglaterra. Esta liquidação levaria a uma tendência a conciliação como base dos processos históricos de transformação social. Sem ter que resolver o problema do poder, foi possível à burguesia alemã reiterar o caminho da *conciliação* – aquele mesmo traço manifesto da “miséria alemã”.

el camino prusiano del desarrollo de Alemana lleva aparejadas, además, consecuencias directas e inmediatas. En efecto, este modo de nacer la unidad económica del país hizo que, en amplios sectores capitalistas, se manifestara desde el primer momento una actitud de supeditación con respecto al Estado prusiano, la tendencia a pactar constantemente con la burocracia semifeudal, la perspectiva de que era posible hacer valer los intereses económicos de la burguesía en pacífica alianza con la monarquía prusiana. Por eso Engels pudo decir más tarde que en 1848 nada había obligado imperativamente la burguesía prusiana a resolver el problema del Poder, dentro del Estado, de manera revolucionaria (Ibid., p. 42)³⁷

Nacional de Frankfurt, poderia ser derivada com muita facilidade - conscientemente ou inconscientemente - por cursos reacionários.” [tradução livre]

³⁶ “Os grandes poderes reacionários, a Prússia e a Áustria, tinham um poder burocrático e militar concentrado. As forças revolucionárias, por outro lado, se encontravam mais do que dispersas [...] Todos esses fatores determinaram o destino da revolução democrática na Alemanha, não apenas em termos de unidade nacional, mas em todas as áreas em que era necessário abolição das sobrevivências feudais.” [tradução livre]

³⁷ “O caminho prussiano do desenvolvimento alemão também tem consequências diretas e imediatas. Com efeito, essa maneira de criar a unidade econômica do país fez com que, em amplos setores capitalistas, se manifestasse desde o primeiro momento uma atitude de subordinação ao Estado prussiano, a tendência a pactuar constantemente com a burocracia semi-feudal, a perspectiva de que era possível afirmar os interesses econômicos da burguesia em pacífica aliança com a monarquia prussiana. É por isso que Engels pôde dizer depois que, em 1848, nada obrigou imperativamente a burguesia prussiana a resolver de forma revolucionária o problema do Poder, dentro do Estado.” [tradução livre]

Assim, talvez aqui, esteja o traço mais instigante da elaboração lukacsiana, aquele que permite apropriar-se do “caminho prussiano”, como fonte de sugestões a partir de certas determinações gerais, em um *nível diferenciado frente a elaboração original de Lenin*. Apesar de Lukács argumentar estar baseado na proposição supostamente “universalizante” de Lenin, quanto à possibilidade dos dois caminhos de desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, em sua argumentação, a “via prussiana” implica em uma série de determinações e processos históricos que não se encontram na formulação original do marxista russo.

Dessa forma, aduz:

En Alemania [...] la lucha inicial contra el radicalismo democrático-proletario de izquierda muestra la tendencia a dejar en pie, intacto o con reformas no esenciales y puramente externas, todo lo posible del viejo orden, bajo las formas de la democracia engendrada por la revolución.
[...] De este modo, los progresos económicos y sociales inevitables se lograron, bien bajo la presión de las condiciones políticas exteriores, bien como resultado de la transacción con las clases dominantes. (Ibid., p. 44)³⁸

Reitera-se: não se quer, no presente momento, afirmar que Lukács diverge de Lenin, ou que sua compreensão do “caminho prussiano” estivesse em choque com a formulação lenineana. É necessária, entretanto, esta clivagem, de modo melhor interpelar as obras daqueles que acusavam sua filiação ou inspiração teórica nestes autores. Note-se que, - conforme se buscou apresentar neste excuro pelo texto lukacsiano -, a *apropriação realizada por Lukács é coerente*, a partir da incorporação na formulação lenineana, das determinações analisadas por Marx e Engels como constitutiva da “miséria alemã”. E esta aproximação conceitual parece fundamental para se compreender as aberturas interpretativas possibilitadas por Lukács.

A partir da compreensão do significado do “caminho prussiano” em Lukács, alguns estudiosos pensaram poder determinar alguns traços gerais nos processos de transição ao capitalismo em uma via “não-clássica”. Isto não quer dizer a repetição de todos aqueles traços, de modo mecânico, mas sim, a apreensão de similaridades que possibilitem avançar na síntese de nosso todo social: o “reformismo pelo alto”; o desenvolvimento mais lento das forças produtivas; enfim, aquilo que alguns analistas resumiram com a formulação de que “o

³⁸ “Na Alemanha [...] a luta inicial contra o radicalismo democrático proletário de esquerda mostra a tendência de deixar intacta, ou intacta com reformas não essenciais e puramente externas, tudo o que é possível da antiga ordem sob a forma de democracia engendrada para a revolução. [...] Desta forma, o inevitável progresso econômico e social foi alcançado, sob a pressão de condições políticas externas, ou como resultado da transação com as classes dominantes.” [tradução livre]

novo paga alto tributo ao *velho*” (CHASIN, 1978, p. 627). Voltar-se-á a este ponto mais adiante.

Cabe localizar o nexu ideológico apreendido por Lukács no processo alemão. Para o autor, é exatamente este “déficit democrático” identificado acima – a ausência, portanto, de uma experiência e uma tradição democrática, capazes de educar as massas e formar seus porta-vozes ideológicos – que levará a manutenção desta dimensão retardada do desenvolvimento social, tal como já o haviam indicado Marx e Engels. A Alemanha entra no período imperialista como o país capitalista economicamente mais desenvolvido³⁹; conserva, porém, uma superestrutura social e política democraticamente atrasada. O resultado é a expansão do irracionalismo e do reacionarismo – “irracionalismo y enemistad contra el progreso son inseparables, y ambos representan, ensamblados así, la defensa ideológica eficiente del atraso social y político de una Alemania que va desarrollándose rápidamente por los derroteros del capitalismo” (LUKÁCS, 1968, p. 51). Não é casual que, neste contexto de supremacia ideológica do reacionarismo, o *conhecimento do mundo* por parte da filosofia vá se convertendo, também, em uma *interpretação arbitrária* da História – aquela pautada pela ideia do *Sonderweg*, um caminho “especificamente” alemão de desenvolvimento, que explica e justifica os regimes antidemocráticos que marcaram a História do País, a partir da interação destes com a “alma alemã”.

Far-se-á, finalmente, uma última referência a *El asalto a la razón* – afinal, não é objetivo, nesta pesquisa, realizar um estudo por inteiro da obra, mas sim buscar-se-á os elementos deste texto que permitam configurar uma visão sobre o que seria a concepção de “via prussiana” em Lukács. Trata-se de sua avaliação quanto à problemática da intercorrência entre a irresolução das tarefas democráticas e a ascensão do estágio imperialista do capitalismo. Remetendo ao desenvolvimento econômico alemão, Lukács escreve que:

Esta situación económica contrasta de un modo muy llamativo con la gran falta de madurez político-democrática del pueblo alemán, en este período. [...] No existen las situaciones estancadas; todas tienen que desarrollar-se hacia adelante o hacia atrás. Y como, por las razones ya señaladas, el pueblo alemán no se desarrolló, al llegar el período imperialista, en un sentido progresivo-democrático, necesariamente tenía que producirse un movimiento de retroceso. Y esto guarda relación con una tendencia político-ideológica común al período imperialista, en un plano internacional. En este período reina, de una parte, una tendencia antidemocrática general bastante acentuada, mientras que, de otra parte, bajo las condiciones del imperialismo, allí donde existe una democracia burguesa, se produce cierto desengaño en las masas y en sus portavoces ideológicos en cuanto a la democracia, al comprobar cuán pequeño es, en realidad, el poder que éste dispone frente a los órganos ejecutivos secretos de la burguesía, cuán grande es el grado de corrupción

³⁹ Esta avaliação é de Lukács (1968).

que necesariamente lleva aparejado, bajo el capitalismo, y cómo, en el régimen capitalista, la democracia burguesa es, por fuerza, inseparable de una serie de fenómenos antidemocráticos. (LUKÁCS, 1968, p. 54-55)⁴⁰

Se esta passagem não se conecta explicitamente com a ideia de “caminho prussiano”, exposta anteriormente, parece que a crítica efetivada por Lukács às restrições em relação à democracia, no período do imperialismo, não podem ser desconectadas daquele raciocínio. Ademais, defende-se mesmo que estas indicações, também, poderão servir para estabelecer algumas fecundas correlações com o pensamento dos autores que serão mais detidamente analisados – Carlos Nelson Coutinho e José Chasin.

⁴⁰ Esta situação econômica contrasta de forma muito marcante com a grande falta de maturidade político-democrática do povo alemão, neste período. [...] Não há situações estagnadas; todos devem se desenvolver para frente ou para trás. E como, pelas razões já mencionadas, o povo alemão não se desenvolveu, no período imperialista, em um sentido progressista-democrático, necessariamente teve que produzir um movimento de retrocesso. E isso está relacionado a uma tendência político-ideológica comum ao período imperialista, a nível internacional. Neste período, reina, por um lado, uma tendência antidemocrática geral bastante acentuada, enquanto, por outro lado, nas condições do imperialismo, onde existe uma democracia burguesa, se produz uma certa desilusão entre as massas e seus porta-vozes ideológicos enquanto a democracia, ao comprovar o quão pequeno é, de fato, o poder que tem contra os órgãos executivos secretos da burguesia, quão grande é o grau de corrupção que necessariamente envolve, sob o capitalismo e como, no regime capitalista, a democracia burguesa é, forçosamente, inseparável de uma série de fenômenos antidemocráticos.” [tradução livre]

3 A “TRANSFORMAÇÃO PELO ALTO” ENQUANTO TRAÇO DISTINTIVO DA HISTÓRIA BRASILEIRA: *VIA PRUSSIANA*, REVOLUÇÃO PASSIVA E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA EM CARLOS NELSON COUTINHO

Nesse capítulo, o objetivo é – a partir da pesquisa na obra de Carlos Nelson Coutinho em suas referências à ideia de *via prussiana* – identificar no autor as respostas para as questões levantadas nesta dissertação: como, e a partir de que fontes, Coutinho se apropria da categoria de *via prussiana*? É justa sua reafirmada filiação aos conceitos em suas formulações na pena de Lenin e de Lukács? Ainda neste marco, buscar-se-á fazer um exame crítico da aproximação realizada pelo autor entre “via prussiana” e os conceitos de “revolução passiva”, de Gramsci, e o de “modernização conservadora”, em sua formulação por Barrington Moore Jr. Cabe notar que esta aproximação não é exclusiva de Coutinho – de fato, não são poucos os autores que afirmam a proximidade e mesmo a identidade nos fundamentos das três categorias. Observado o trato dado por Coutinho, acredita-se facilitar a realização de uma breve problematização desta aproximação, recuperando os elementos estabelecidos no primeiro capítulo, de modo a estabelecer uma posição justa quanto a este raciocínio, bem como entender suas consequências na elaboração do autor.

3.1 – BREVES APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS A PROPÓSITO DE UM “MARXISTA CONVICTO E CONFESSO”⁴¹

Antes de iniciar o tratamento da obra de Carlos Nelson Coutinho, objetivo deste capítulo, acredita-se ser necessário realizar um breve excuro biográfico de modo a localizar quem é o autor que se busca interpelar nestas linhas. Para tanto, utilizar-se-á de informações fornecidas pelo próprio autor em entrevistas, bem como do texto de seu amigo e companheiro de lutas José Paulo Netto (2012), que realizou extenso levantamento de sua produção bibliográfica.

Carlos Nelson Coutinho nasceu em 1943 e faleceu em 2012. Baiano de Itabuna, o autor era filho de um notório advogado e político, tendo sido educado em um colégio marista e se formado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) ainda jovem, nos idos de 1965 – onde, apesar de ter ingressado para cursar Direito, acabou por graduar-se em Filosofia. Sua

⁴¹ A expressão é do próprio Coutinho: “[...] respondi a um inquérito policial-militar e passei praticamente todo o ano de 1964 no Rio, evitando a prisão. [...] Mas é engraçado lembrar que, ao fim deste inquérito, o coronel que o presidia acusou-me de ser um “marxista convicto e confesso”. Ele estava certo. E continuaria certo se me definisse deste modo ainda hoje.” (BRAZ (org.), 2012, p. 392)

formação acadêmica, porém, não cumpriu papel central na determinação de sua atividade profissional. Desde o final dos anos 1950, Carlos Nelson dedicava-se a produção intelectual, tendo elaborado extensa obra ensaística, além de ter publicado artigos em jornais e revistas. Seu conhecimento de línguas estrangeiras lhe permitiu desenvolver o trabalho de tradutor, por meio do qual Carlos Nelson Coutinho conseguirá manter-se durante boa parte de sua vida, tendo sido responsável – já nos anos 1960, após transferir-se para o Rio de Janeiro – pela versão à língua pátria das obras de importantes pensadores de seu tempo: Norberto Bobbio⁴², Raymond Aron⁴³, Lucien Goldmann⁴⁴, Palmiro Togliatti⁴⁵, entre outros. É, ainda, no trabalho de tradutor que Coutinho entrará em contato detido com dois autores que acabariam por se tornar “referências essenciais da sua própria elaboração intelectual: por ordem, diga-se cronológica, György Lukács e Antonio Gramsci” (NETTO, 2012, p. 55).

Em que pese algumas referências anteriores, parece estar razoavelmente estabelecido que a tradução e divulgação pioneira da obra de Lukács no Brasil é mérito que pertence a Leandro Konder⁴⁶. O filósofo do Rio de Janeiro viria a tornar-se, ainda nos anos 1960, um dos grandes parceiros intelectuais de Coutinho, além de amigo e companheiro político – relação esta que se prolongaria até a morte deste. Desta relação nasceram publicações voltadas para a divulgação do pensamento do marxista húngaro, traduções e organização de suas obras em português, bem como um contato intelectual com o próprio autor – fato atestado pela

⁴² Filósofo e jurista italiano, Norberto Bobbio (1909-2004) tem uma extensa obra na qual – entre outros temas – dedica-se ao estudo da problemática do Estado de direito. Teórico de grande erudição, promoveu um diálogo com o pensamento marxista sem, no entanto, abdicar de sua posição oposta a este – Bobbio, tal como pode-se atestar por sua biografia política, sempre foi um liberal “de esquerda”, sendo talvez o principal expoente intelectual do *socialismo liberal* italiano. Suas reflexões a propósito da valoração da democracia representativa fizeram com que sua obra ganhasse ampla circulação no âmbito da esquerda pós-1990, como se pode atestar, por exemplo, pela sua entronização no pensamento de Tarso Genro. Note-se, porém, que Carlos Nelson Coutinho não padeceu de tal tentação.

⁴³ Filósofo e cientista político francês, Raymond Aron (1905-1983) foi um dos mais influentes expoentes do pensamento conservador francês no século XX. Dentre suas obras mais notórias, vale citar *As etapas do pensamento sociológico* (São Paulo: Martin Fontes, 1987), texto de referência na introdução aos estudos de Sociologia.

⁴⁴ Lucien Goldmann (1913-1970), teórico marxista considerado uma das figuras de proa daquilo que viria a ser conhecido como o “marxismo ocidental. Suas obras influenciaram, em especial, os estudos de sociologia da literatura.

⁴⁵ Palmiro Togliatti (1893-1964), secretário-geral do PCI durante quase 40 anos, foi uma figura que dispensa apresentações. Considerado por muitos como um dos maiores táticos do movimento comunista do século XX, sua atuação à frente do PCI foi fundamental para o estabelecimento deste enquanto um poderoso partido de massas após a libertação da Itália, em 1944 (SPRIANO, 1975; MAGRI, 2014). Também participou do Executivo da Internacional Comunista, sendo um dos principais formuladores da linha de “frentes populares” elaborada pelo VII Congresso do Komintern. Intelectual, deve-se a Togliatti a responsabilidade pela edição, no pós-guerra, dos *Cadernos do Cárcere* de seu amigo e camarada de lutas Antonio Gramsci.

⁴⁶ Leandro Konder (1936-2014) também foi uma figura notoriamente conhecida no âmbito do pensamento marxista brasileiro. Natural do Rio de Janeiro, teve importante papel não só na tradução e divulgação de autores marxistas, como também elaborou contribuições relevantes – em especial, no campo da divulgação de ideias. Sua obra está entre aquelas que merecem um melhor estudo na atualidade.

correspondência trocada entre eles, da qual extratos encontram-se já publicados (COUTINHO e KONDER, 2002.). Quanto a Gramsci, seu papel é fundamental: conforme já foi discutido em outra ocasião (FRANCO, 2014), Coutinho desempenhou papel central em sua introdução no debate brasileiro, bem como desenvolveu estudos filológicos que lhe valeram ser reconhecido internacionalmente como um dos “especialistas” na obra do marxista sardo.

A mera listagem do volume de trabalho intelectual de Carlos Nelson Coutinho, porém, não fornece uma justa imagem do autor. É que o marxista baiano jamais foi um acadêmico ou um pesquisador habitual – foi, acima de tudo, um *militante* político. É a partir desta condição que se pode entender o movimento de sua obra, independente das vinculações institucionais eventualmente existentes – de fato, sua própria entrada no mundo acadêmico deu-se enquanto canal de intervenção política, e não enquanto pretensão profissional. Pode-se mesmo afirmar que, ao intervir na realidade tendo seu referencial político-teórico como ponto cardinal, Carlos Nelson Coutinho operacionalizou a relação *teoria-práxis*, tão cara ao marxismo⁴⁷.

Isso não quer dizer que Coutinho tenha sido um dogmático – muito pelo contrário. Sua grandeza reside em sempre ter sido aquilo que Netto (2012) designou como um “marxista em movimento”, ou seja, um pensador que, a partir do método de Marx, procurou sempre estar em contato com as principais tendências do pensamento contemporâneo, buscando responder as problemáticas postas pela realidade a partir dela mesma – e não a partir de chavões e “fórmulas consagradas” dos clássicos. É claro que isto não significa que sua obra esteja isenta de problemas – de fato, essa mesma criticidade por ele empregada em seu constructo teórico deve, também, ser resguardada quando do enfrentamento de suas elaborações.

A centralidade da dimensão política em Coutinho, obriga a referenciar sua militância, na qual o vínculo central é com o PCB. Coutinho militou no Partido de 1961 até 1981/82 (BRAZ (org.), 2012, p. 391) e, apesar de depois ter pertencido a outras agremiações (foi filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) de 1989 até 2004, quando se tornou um dos fundadores do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), no qual permaneceu até o fim de sua vida), sempre afirmou que sua referência central no que tange à sua cultura política continuava a ser aquela do velho “Partidão”. É dentro do PCB que o autor trava contato mais aprofundado com a obra de Marx e instrumentaliza sua intervenção, como parte da chamada “frente cultural” do Partido – o que lhe permitia uma maior liberdade para leituras

⁴⁷ Em entrevista publicada inicialmente em 2000, Carlos Nelson Coutinho chega mesmo a divertir-se com a problemática da definição de sua “área” científica: “Quando o CNPq me pede para dizer qual é minha área de trabalho, sempre vacilo. Isso me parece estar ligado à minha condição de marxista. O que Marx era? O que Gramsci era? Gramsci era um filósofo, um teórico da política ou um folclorista (já que escreveu também sobre folclore)? Sinto-me sempre desconfortável quando escrevem “Carlos Nelson Coutinho, cientista político”. Isso realmente eu não sou.” (BRAZ (org.), 2012, p. 403-404).

“heterodoxas”⁴⁸. Datam deste ciclo aquelas suas publicações que seriam mais identificadas com a influência lukacsiana sobre seu pensamento – da qual o exemplo maior é seu ensaio sobre Lima Barreto (1974), ao qual far-se-á referência mais adiante.

Seu vínculo orgânico com o PCB, também, lhe trouxe consequências diretas para sua existência imediata – a escalada repressiva após a promulgação do Ato Institucional Nº 5 e as duras quedas sofridas pelo Partido no período de 1974-1975 (SEGATTO, 1989) levariam primeiro a uma situação de quase isolamento, depois a necessidade do exílio. Coutinho viveu, assim, na Europa entre 1976 e dezembro de 1978, tendo passado por Portugal, França e Itália. Também, durante este período, passa a desempenhar papel relevante dentro da estrutura partidária, participando da assessoria à Comissão Executiva do CC⁴⁹ – o que lhe levaria, posteriormente, a envolver-se diretamente na luta interna partidária.

A passagem por este último país foi aquela que deixaria marcas mais profundas no pensamento do nosso autor. Isto, porque Coutinho pôde não só ter contato maior com a obra de Gramsci – é notório que, a partir de seu exílio italiano, sua referência central passe a ser cada vez mais o marxista sardo em detrimento de Lukács – como, também, tomou contato com a produção de outros teóricos do comunismo italiano (especialmente, com a obra de Togliatti e de Pietro Ingrao⁵⁰) e com a vida orgânica e estilo de trabalho do Partido Comunista Italiano (PCI). É importante localizar o momento: trata-se do período de auge do chamado “eurocomunismo”, quando – sob a condução de seu secretário-geral, Enrico Berlinguer⁵¹ – o

⁴⁸ Esta “liberdade relativa” da frente cultural dentro do PCB é referendada por diversos analistas da história do Partido, bem como por alguns de seus protagonistas. O próprio Coutinho, ao discutir a inserção da obra de Gramsci no Brasil durante os anos 1960 referenda esta particularidade: “Non è così un caso se Gramsci, in questa sua prima incursione brasiliana, appaia sempre accanto al Lukács di *Storia e coscienza di classe* e al Sartre della *Critica della ragione dialettica*: tutti e tre sono presentati come autori privilegiati in una battaglia certamente antidogmatica, ma ancora connessa sostanzialmente al campo della cultura. Si creava così, forse inconsapevolmente, una tacita ‘divisione del lavoro’, i cui effetti hanno seriamente inficiato il successo di questo primo ciclo gramsciano in Brasile: gli intellettuali comunisti potevano agire più o meno liberamente sul terreno della cultura, proponendo un radicale rinnovamento filosofico del marxismo brasiliano, ma continuava a spettare alla direzione del partito il compito di pronunciare l’ultima parola nelle questioni specificamente politiche. Di qui nasceva un’ambigua – e, a lungo termine, insostenibile – coesistenza tra ‘marxismo occidentale’ in cultura e ‘marxismo-leninismo’ in politica” (1995, p. 98).

⁴⁹ Coordenada por Armênio Guedes e composta por intelectuais jovens de sólida formação teórica, a Assessoria da Comissão Executiva funcionou em Paris e foi responsável por prover análises políticas e por editar a *Voz Operária* naquela cidade. Serviu também de contraponto às teses formuladas e defendidas pelo “grupo moscovita” reunido em torno do secretário-geral, Luiz Carlos Prestes, que os acusava de estarem sob influência das teses “eurocomunistas” (REIS, 2014).

⁵⁰ Pietro Ingrao (1915-2015) foi um importante militante e dirigente do PCI. Durante os anos 1960 e 1970, foi o principal expoente dos setores mais “à esquerda” do Partido, que buscavam uma inflexão na política partidária privilegiando a relação com os movimentos sociais do período (MAGRI, 2014). Sua influência sobre o pensamento de Coutinho pode ser atestada na medida em que este incorpora sua noção de *democracia de massas* (1980) enquanto projeto político – concepção esta que será discutida em uma oportunidade futura.

⁵¹ Enrico Berlinguer (1922-1984), secretário-geral do PCI durante os anos de 1972-1984, pode ser considerado como o principal expoente político do *eurocomunismo*. Foi o responsável por elaborar a política do *compromisso histórico* (1976), que levou o PCI a alcançar os seus melhores resultados eleitorais da história, bem como

PCI parecia estar às margens de alcançar o poder, viabilizando, assim, uma proposta política que se apresentava como uma tentativa de superar a experiência socialdemocrata e, também, os problemas do chamado “socialismo real”. Se o desenrolar dos fatos acabaria por frustrar esta expectativa, parece correto afirmar que esta experiência “moldou” boa parte do projeto político coutiniano – aquilo que, posteriormente, Coutinho sintetizaria na ideia de “reformismo revolucionário”, e que faria com que o autor fosse tachado (quase sempre de modo pejorativo) de “eurocomunista”⁵².

Conforme afirmado anteriormente, seu envolvimento com a direção partidária acabou por inseri-lo diretamente nas lutas internas travadas no PCB no período. Carlos Nelson Coutinho participou, então, junto com outros intelectuais, do esforço de “renovação” teórica do Partido – esforço este que está ligado diretamente à experiência da derrota de 1964 e da luta pela democracia na clandestinidade. Este esforço o levará a uma extensa reflexão, bem como a revisitar obras clássicas que discutiram a Formação Social Brasileira, lhe permitindo ir conformando uma imagem própria deste processo. Parece correto, assim, afirmar que é neste movimento que o autor opera uma translação de suas preocupações principais para o campo especificamente *político*: “Salvo erro de interpretação, foi neste processo de luta interna, em Paris, que Carlos Nelson – *em estreita relação com os estudos que desenvolve à época* – assume a dimensão específica da política e a situa no centro da sua reflexão.” (NETTO, 2012, p. 67).

Se a reflexão teórico-política empreendida por Carlos Nelson Coutinho, a partir deste momento, parece determinante para sua obra posterior, a aposta política imediata, por ele realizada, acabou por ser derrotada:

No que diz respeito à luta interna no PCB, que prosseguirá no Brasil até 1982, quando se realiza o seu VII Congresso (dezembro de 1982), Carlos Nelson faz uma aposta alta: joga o seu empenho e o seu prestígio no que pretendia ser a renovação do partido. O complicado processo dessa luta interna – que ainda é objeto de ampla polêmica – envolverá dilacerações intestinas, a autoexclusão da figura maior de Prestes e, ao fim e ao cabo, a saída do partido de militantes expressivos, inclusive intelectuais do porte de Carlos Nelson. Os “renovadores” perderam, do ponto de vista orgânico, a sua aposta, embora, ironicamente, a resolução política aprovada pelo VII Congresso (*Uma alternativa democrática para a crise brasileira*. São Paulo: Novos Rumos, 1984) consagre várias das teses defendidas por eles. (NETTO in: BRAZ (org.), 2012, p. 68)

alimentar a ilusão da chegada ao poder pela via parlamentar. Foi também o formulador da célebre tese da “democracia como valor universal” – que proclamou desafiadamente em 1977, durante o Encontro de Partidos Comunistas e Operários realizado em Moscou a propósito das comemorações do 60º aniversário da Revolução de Outubro (2009). O fracasso desta linha política levou-o a iniciar uma reflexão crítica sobre esta política – reflexão esta que não pôde concluir devido a sua trágica e prematura morte, por hemorragia cerebral, após um comício eleitoral em Pádua (MAGRI, 2014).

⁵² Sobre as concepções políticas maduras de Coutinho, v. item 3.5 deste capítulo.

Afastado da vida orgânica do PCB, Coutinho se tornará – a partir da publicação de seu ensaio “A democracia como valor universal”, em 1979 – uma referência do debate da relação entre *democracia* e *socialismo*; elaboração esta fruto não só de suas reflexões durante o período do exílio e da luta interna, mas, também, de seus estudos sobre a Formação Social Brasileira, conforme será debatido a seguir. A centralidade desta relação serviu, também, de base para sua crítica das experiências do chamado “socialismo real”, sem que isto importasse em uma ruptura de sua parte com a luta socialista – até o fim de sua vida, Carlos Nelson Coutinho seguiria definindo-se como um *comunista*.

Tal como já mencionado anteriormente, Coutinho militou em outras duas formações políticas após sua saída do PCB. Sua obra, porém, ainda que centralizada no âmbito da teoria política, deixou de estar vinculada às suas tarefas orgânicas em estruturas partidárias. É neste contexto que o autor realizou seu ingresso na Universidade – ambiente no qual trabalhará até o fim de sua vida. Sua dedicação à vida acadêmica, através de intervenções, palestras, aulas, orientações, entre outras atividades, não fizeram, porém, com que o marxista baiano desviasse para o “academicismo”⁵³. A partir de sua reflexão, que converge com um movimento próprio de crítica conceitual e abertura teórica do Serviço Social (movimento esse que já foi extensamente discutido em outras fontes⁵⁴), Coutinho contribuiu para a formação de toda uma geração não só de assistentes sociais, mas, também, para a crítica das visões consagradas a respeito da Formação Social Brasileira e para a problematização das situações conjunturais vividas no Brasil pós-abertura.

Tendo, assim, construído um exaustivo patrimônio intelectual – que não se pode pretender esgotar nestas linhas –, Carlos Nelson Coutinho seguiu trabalhando até os dias finais de sua vida, quando, em 2012, faleceu no Rio de Janeiro, vítima de um câncer pulmonar. Pensa-se poder afirmar, porém, que sua obra segue sendo ponto de referência obrigatória àqueles que pretendem compreender o Brasil contemporâneo. Afinal, tal como o afirmou Michael Löwy, em testemunho em sua homenagem, “Carlos Nelson Coutinho é dos imprescindíveis”. (2012, p. 32)

⁵³ Ainda que, como observa Netto (2012), seu notável volume de produção faça inveja muitos pesquisadores cujo horizonte são os “padrões” estabelecidos pela CAPES.

⁵⁴ Sobre o processo de renovação do Serviço Social, v. NETTO, 1993b; IAMAMOTO, 1982; SIMIONATTO, 1995; entre outros.

3.2 – A APROPRIAÇÃO DA CATEGORIA DE “VIA PRUSSIANA” E SUA ARTICULAÇÃO COM AS IDEIAS DE “REVOLUÇÃO PASSIVA” E “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA”

Após esta breve apresentação, discutir-se-á o lugar e o uso do conceito na construção teórica empreendida por Carlos Nelson Coutinho. Acredita-se ter estabelecido, razoavelmente, a partir das obras e preocupações elencadas em seu excuro biográfico, que Coutinho foi capaz de elaborar uma interpretação original da sociedade brasileira, uma “teoria do Brasil”. Esta construção partiu da incorporação de autores clássicos, de releituras e da incorporação de conceitos de diferentes matizes – o que, a um só tempo, enriqueceu a interpretação coutiniana, porém ao custo de deixar em aberto a possibilidade de problematizá-la a partir do uso “pouco ortodoxo” por vezes dado por ele a estas categorias.

Central aqui, entretanto, é compreender que esta elaboração *não se constituiu* enquanto centro das preocupações de Coutinho – antes foi sendo construída de modo processual para fazer frente às necessidades postas por sua intervenção política. Em outras palavras, Carlos Nelson não foi um cientista social que buscou abordar o processo histórico da Formação Social Brasileira; foi, isto sim, um militante político que, ao buscar os fundamentos de análise para a construção de uma proposta política, viu-se obrigado a construir uma interpretação teórica que amparasse esta intervenção. Esta é uma consideração significativa para esta pesquisa, já que isto implica compreender não existir uma obra de trato sistemático do processo histórico brasileiro, mas sim uma perspectiva teórica que pode ser reconstruída a partir de algumas intervenções do autor.

De uma forma geral, pode-se afirmar – tal como Neves (2016) – que a imagem coutiniana do Brasil não sofreu grandes rupturas em seu excuro intelectual – antes foi ganhando complexidade, tendo sua interpretação madura representado um esforço de saturar de determinações as linhas mestras que já se apresentavam em seu período inicial. Como será visto adiante, pode-se identificar no texto “Cultura e democracia no Brasil” (COUTINHO, 1980) uma exposição, de modo mais sistemático, da compreensão do processo histórico nacional, construída pelo autor e que serve de base para a interpelação de sua utilização do conceito de “via prussiana”.

Antes, porém, de ser abordada esta exposição, é necessário que seja localizada na obra de Coutinho em que momento se dá a utilização inicial deste conceito. Ao que tudo indica, a primeira vez que Coutinho utiliza o conceito de “via prussiana” dá-se em seu ensaio “O significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira”, ensaio este publicado em obra coletiva

voltada para a crítica literária (COUTINHO et alii, 1974). Note-se, aqui, que esta referência é significativa – afinal, porque um debate a respeito da Formação Social Brasileira compareceria em um texto voltado para a crítica cultural? Nesse sentido, parece relevante apontar a referência explícita à obra de György Lukács, presente na introdução da referida publicação, como sendo inspiradora das reflexões desenvolvidas pelo grupo de autores dos ensaios aí coligidos⁵⁵.

Fiel a perspectiva de uma crítica literária embasada em um método marxista – tal como entendido na concepção estética de Lukács⁵⁶ –, Coutinho buscou analisar a obra de Lima Barreto, localizando-a no complexo armado de relações sociais do qual seu autor é parte. É, assim, que se vê surgir neste ensaio, como um debate necessário, a exposição por parte de Coutinho do quadro histórico-social de sua emersão: debate este no qual comparecerá a referência ao conceito de *via prussiana*.

O caminho do povo brasileiro para o progresso social – um caminho lento e irregular – ocorreu sempre no quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lenin chamou de “via prussiana” para o capitalismo. Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da “via francesa” ou da “via russa”, a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo “pelo alto” que exclui inteiramente a participação popular [...] (1974, p. 3)

O leitor atento terá notado que esta citação já compareceu no primeiro capítulo. Porque ela é retomada agora? É que para além da referência explícita ao conceito de *via prussiana*, esta passagem, também, fornece dois importantes elementos para o debate, a saber: a referência estabelecida pelo autor de qual teria sido sua fonte inspiradora para o uso da categoria, a formulação de Lenin; e o significado a ela emprestado em sua compreensão.

Tal como já pode ser visto no primeiro capítulo, o significado emprestado por Coutinho, nesta passagem, à ideia de “via prussiana” *não* é aquele que comparece na obra lenineana – na qual, como já demonstrado anteriormente, este conceito está intrinsecamente articulado ao debate das vias de passagem ao capitalismo no campo russo. Nesse sentido, acredita-se que, apesar de enunciar a inspiração em Lenin, Coutinho na verdade trabalha com a leitura deste realizada por Lukács – que, conforme afirmado anteriormente, era a principal

⁵⁵ “Os ensaios reunidos no presente volume têm em comum, ao lado das diferenças naturais de tom e estilo, o fato de serem tentativas de interpretação e reavaliação de importantes questões da literatura brasileira à luz das ideias estéticas de Lukács” (COUTINHO et alii, 1974, p. IX). Cabe notar também que todos os autores aí presentes (Carlos Nelson Coutinho, Gilvan Ribeiro, José Paulo Netto, Leandro Konder e Luiz Sérgio Henriques) viriam a desenvolver relevantes contribuições a partir do prisma lukacsiano, ainda que este tenha sido posteriormente suplantado por outras referências no caso de alguns.

⁵⁶ Sobre as concepções estéticas de Lukács, v. LUKÁCS, 1978; também TERTULIAN, 2008.

referência teórica para a elaboração dos ensaios coligidos neste livro. Ao ser feita esta afirmação, tem-se em mente a expansão do conceito operada pelo pensador húngaro em *El asalto a la razón* (1968), também já analisada no capítulo anterior. De fato, o próprio Coutinho reconheceria estar em Lukács a fonte para esta compreensão “ampliada” do conceito de via prussiana:

Esse conceito “ampliado” de via prussiana aparece em György Lukács. “Não é por acaso que Lênin indica essa via [seguida pela Alemanha] como um caso típico de alcance internacional, como uma via desfavorável para o surgimento da moderna sociedade burguesa; ele a chama de via prussiana. Essa observação de Lênin não deve ser limitada à questão agrária em sentido estrito, mas aplicada a todo o desenvolvimento do capitalismo e à superestrutura política que ele assumiu na moderna sociedade burguesa da Alemanha”. [...] Em muitas de suas análises concretas da sociedade e da cultura da Alemanha e da Hungria, Lukács aplicou de modo fecundo seu conceito “ampliado” de via prussiana [...]. (2011, p. 46)

Em que pese este esclarecimento, quanto às origens do conceito de “via prussiana” empregado por Coutinho, parece haver aqui um elemento que chama a atenção: em Lukács, a partir de uma compreensão que extrapola o significado da via prussiana para além de suas implicações sobre o mundo rural, o debate está centrado na *experiência alemã*. Não há, em Lukács, a contraposição da “via prussiana” com uma via oposta no qual estariam presentes, como processos afins, a “via francesa” e a “via russa” enquanto processos caracterizados pelo extirpar das velhas relações sociais por amplos movimentos de massa. De fato, Lukács opera com uma contraposição aos processos ditos “clássicos” de transição ao capitalismo – nomeadamente, as revoluções burguesas ocorridas na Inglaterra e na França – apenas na medida em que lhe permitem estabelecer a peculiaridade histórica do processo alemão. Mas não há, de modo algum, a identificação destes processos com uma “via russa”. Tampouco Lenin opera tal equalização, conforme já foi visto. De onde poderia vir, portanto, esta ilação de Coutinho?

Aqui, se quer deixar claro que estabelecer com precisão as origens e o significado emprestado por Coutinho à categoria de via prussiana não constitui, a priori, um elemento de crítica negativa em sua obra. Ao serem decifradas, porém, estas conexões, acredita-se que se pode estabelecer parâmetros para uma *crítica* desta, de modo a apontar sua validade e quais as formulações que merecem uma reavaliação. Como foi visto, a formulação coutiniana parece estar motivada por sua leitura de Lukács. Porém ao estabelecer uma contraposição entre a “via prussiana” e as vias “francesa” e “russa”, Coutinho indica revelar, indiretamente, a influência de uma leitura que posteriormente reivindicará de modo aberto: a concepção de “modernização conservadora” elaborada por Barrington Moore.

Em sua obra *Origens sociais da ditadura e da democracia* (1983), o sociólogo estadunidense tenta compreender as origens dos regimes políticos adotados pelos modernos Estados industrializados a partir de uma análise comparativa, que identifica nas relações sociais em transformação durante o processo de industrialização – por ele entendido como “modernização” – e nos métodos de resolução dos conflitos presentes nestas relações a chave para compreender a emergência de regimes “democráticos” ou “totalitários” nestes Estados. Note-se, portanto, que não se trata, aqui, de um autor que parta de um referencial marxista. Se esta condição não desqualifica sua obra *per se*, há que se problematizar a integração de suas categorias com uma abordagem fundada sob os princípios metodológicos do materialismo histórico. Nesse sentido, por exemplo, pode-se problematizar a equalização operada pelo autor dos regimes por ele compreendidos como “totalitários”, rubrica sob as quais Moore designa tanto os regimes fascistas que emergem na Itália e na Alemanha quanto o ordenamento político da União Soviética nos anos de Stálin⁵⁷.

Coutinho demonstra, no decorrer de sua obra, cuidados quanto às influências da obra de Moore – ainda que, como alguns analistas tenham apontado, não tenha passado incólume à incorporação de alguns prejuízos nela constantes⁵⁸. O que interessa agora, porém, é que é na obra de Moore que se pode encontrar esta aproximação entre os processos de “modernização” na França e na Rússia, por terem sido processos caracterizados por movimentos revolucionários “por baixo” – ainda que, com consequências políticas diferentes. Parece razoável acreditar, assim, que, ainda, que de modo implícito, já, nesta aparição original do conceito de via prussiana na obra de Coutinho, se faça presente a leitura de Moore.

Agora é necessário voltar ao outro aspecto ressaltado na passagem de Coutinho: o significado por ele emprestado à categoria de “via prussiana”. Como já apontado por outros analistas da obra de Coutinho, a concepção de que a História Brasileira possa ser compreendida a partir da imagem de constantes “soluções pelo alto” não era original na produção coutiniana – ainda que não tivesse, a esta altura, recebido um trato teórico sistemático. De fato, em obras anteriores, Coutinho já demonstrava ter nesta ideia um dos nós

⁵⁷ Esta equalização é derivada do próprio conceito de “totalitarismo”, categoria de origem liberal que equaliza regimes políticos a partir de traços a históricos (como a presença de um único partido) e ignora a totalidade das relações sociais presentes em uma determinada formação – como, por exemplo, a clara distinção dos ordenamentos sociais presentes na Alemanha hitlerista e aquele vigente na União Soviética. Tal operação, que opõe aos regimes “totalitários” os regimes “democráticos”, acaba por identificar a possibilidade da democracia como sendo intrinsecamente vinculada à existência de mecanismos liberais-democráticos e a um ordenamento econômico fundado sobre a liberdade individual dos agentes econômicos – em outras palavras, a identificar o capitalismo liberal como sendo único remédio contra a emergência de regimes ditatoriais, em uma clara apologia à ordem do capital.

⁵⁸ Neves (2016) aponta, neste sentido, como Coutinho incorporará – de modo crítico porém não menos problemático – a ideia de “totalitarismo” para realizar a crítica das experiências do chamado “socialismo real”.

estruturais de sua compreensão do processo histórico brasileiro. Neves aponta tal conexão, ao apontar que já em sua obra sobre Graciliano Ramos, cuja publicação original é de 1965, Coutinho afirma que “quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas ‘pelo alto’, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva” (1967, p. 42). Pode-se afirmar que, ao incorporar o conceito de *via prussiana* em seu ensaio sobre Lima Barreto, Coutinho parece estar demonstrando ter encontrado uma *chave teórica* da qual *aproxima os principais traços de sua compreensão do processo histórico*, compreensão esta que já está conformada antes de sua incorporação do conceito – e não uma leitura deste processo a partir da descoberta da categoria.

É deste modo que se pode, também, compreender a apreensão, por parte do autor, da categoria de “modernização conservadora” presente na obra de Moore – e sua aproximação ou mesmo intercambialidade com a categoria de “via prussiana”. Ora, sua apropriação particular da ideia de via prussiana, com aqueles traços mencionados acima, lhe permitiam ver um núcleo de significado cujos traços eram aproximados àqueles identificados por Barrington Moore em outros processos históricos. Assim, ao adotar alguma liberdade no intercambiar dos conceitos, Carlos Nelson busca apropriar-se dos traços históricos principais que permitiriam a análise de uma via *não-clássica* para o capitalismo.

Na medida em que não se dedicou a um trato exaustivo desta aproximação teórica, Carlos Nelson Coutinho acabou por deixar um flanco aberto às críticas desta operação. Neves (2016), por exemplo, afirmará que tal aproximação só poderia consumir-se a partir da hipostasia de certas características presentes em processos históricos distintos, assim, esvaziando o conceito de via prussiana de suas determinações específicas em prol de um significado “sociológico” tal como elaborado por Moore. Acredita-se, porém, que tais críticas por vezes não façam justiça ao autor. Afinal, não foi apenas Coutinho o único a realizar esta aproximação entre as ideias de “via prussiana” e “modernização conservadora”. E, de fato, ele próprio assinalaria algumas vicissitudes no trato destes conceitos, juntamente com aquele que, também, será por ele utilizado como expressão do mesmo processo: o conceito de “revolução passiva” de Gramsci.

Quando se olha para a obra de Coutinho, salta aos olhos a crescente centralidade do referencial gramsciano, tal como foi mencionado no breve excurso biográfico da abertura deste capítulo. Também, na análise dos textos nos quais o autor busca compreender a Formação Social Brasileira, as categorias de Gramsci passam a ocupar lugar privilegiado. Neste sentido, em conjunto com a formulação de “via prussiana”, Coutinho passa a utilizar-se

largamente da ideia gramsciana de “revolução passiva” – analogia esta que já aparece sugerida, ainda que, aqui, como uma nota de rodapé, no texto de 1980:

É interessante observar ainda, de passagem, que o conceito lukacsiano de via prussiana é essencialmente análogo ao conceito gramsciano de “revolução passiva” (ou “revolução-restauração”, ou “revolução pelo alto”), com o qual Gramsci pretende sintetizar a ausência de participação popular e o tipo de modernização conservadora que foram próprios do caminho italiano para o capitalismo. Nem se deve esquecer que tais conceitos foram desenvolvidos por Lukács e por Gramsci na tentativa de determinar as raízes históricas do fascismo, respectivamente, na Alemanha e na Itália. (1980, p. 72)

Se Coutinho propõe aqui, explicitamente, a analogia entre os conceitos de “via prussiana” em Lukács e o conceito de “revolução passiva” em Gramsci, deve-se, porém, chamar a atenção para dois elementos: ora, como já indicados anteriormente, esta assimilação entre os conceitos é um traço da obra madura do marxista baiano. É notável, porém, que esta seja uma assimilação gradual, estando ausente em seus textos mais antigos. Isso pode ser compreendido à luz da progressiva centralidade que a obra de Antonio Gramsci passa a ter no pensamento de Coutinho – o que é atestado não só por diversos analistas de sua obra como também foi reconhecido pelo autor em diferentes entrevistas (BRAZ (org.), 2012). Mas assinala, também – como supõe Neves (2016) – que esta assimilação não se operou sem problemas, sendo legítimo supor que, no momento da publicação original do ensaio, Coutinho ainda não estivesse plenamente seguro quanto a intercambialidade entre os conceitos de Gramsci e de Lenin/Lukács. Isto explicaria o porquê de, em reedições recentes do ensaio, Coutinho tenha incorporado a referência a Gramsci ao corpo do texto, como pode-se ver ao observar que, onde no texto de 1980 lê-se: “Essa problemática pode ser resumida na ideia de que o processo de modernização econômico-social no Brasil seguiu uma “via prussiana”.” (1980, p. 71), o texto de 2011 conta com o adendo: “uma “via prussiana” (Lenin) ou uma “revolução passiva” (Gramsci)” (2011, p. 45).

O segundo elemento a ser observado é o fato de que, já naquela nota de rodapé, *Coutinho se utilize da ideia de “modernização conservadora” como elemento vetor que permite estabelecer a correlação entre os conceitos de Lenin/Lukács e o conceito de Gramsci.* Para que se possa esclarecer esta linha de raciocínio, precisa-se – tal como foi feito anteriormente com o conceito de via prussiana – estabelecer qual o contexto da formulação de “revolução passiva” em Gramsci e qual a apreensão deste realizada por Coutinho.

A ideia de “revolução passiva” aparece na formulação gramsciana dos *Cadernos do cárcere*⁵⁹, em seu esforço para a compreensão do processo histórico italiano. A expressão não é originalmente sua – trata-se de um conceito ampliado pelo marxista sardo, conforme ele próprio aponta:

Vicenzo Cuoco chamou de revolução passiva a revolução ocorrida na Itália, como consequência imediata das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino. (COUTINHO (org.), 2011b, p. 315)

Cabe, aqui, uma anotação importante quanto ao método de Gramsci: de fato, o comunista italiano notabilizou-se pelo emprego e ampliação de conceitos de origem diversa, buscando refuncionalizá-los de modo a compreender as determinações específicas da Formação Social Italiana. Não se trata, portanto, de operar com conceituações estanques, mas sim operar com esta flexibilidade na medida em que esta oferece uma abertura para a compreensão de processos diferenciados. Note-se, assim, que o procedimento de Gramsci aproxima-se daquele encontrado em Coutinho no trato das diversas categorias com que este busca apreender as determinações de sua própria realidade.

A revolução passiva, para Gramsci, não implicava de modo algum uma “passividade” dos agentes de contestação em uma formação social – antes significava sim uma manobra por parte das classes dominantes, que, assim, impediam uma ruptura revolucionária destes agentes (da qual o exemplo paradigmático é a revolução jacobina). Além disso, a revolução passiva não pode ser jamais entendida como um programa, pelo qual as transformações socioeconômicas se operariam em uma formação social de modo fatalista, independente da ação de seus atores – antes representa mesmo uma forma reativa às movimentações desorganizada dos atores contestatários, como se pode ver a seguir:

⁵⁹ Antonio Gramsci foi preso pelo regime fascista italiano em novembro de 1926 e condenado a mais de vinte anos de prisão. Foi durante este período de confinamento que – a partir das leituras que lhe eram permitidas e de informações passadas por companheiros de fora da prisão – elaborou os textos que viriam a ser considerados como sua *magnus opus* teórica. Submetido à censura da prisão e com restrito acesso a fontes de informação, Gramsci deixou 34 cadernos de anotações sobre diferentes temas – sem que tivesse tido a oportunidade de organizá-los de modo sistemático. Assim, uma simples nota teórica combina, muitas vezes, vários conceitos e se enquadra em debates ou referências históricas específicas; além disso, existem diversas versões de muitas dessas anotações. Para além de impossibilitar uma descrição linear das ideias aí expostas, tal procedimento também abriu espaço para *diferentes interpretações* do pensamento gramsciano. A abordagem mais conhecida, porém, é aquela que derivou da organização temática dos *Cadernos* empreendida por Togliatti, a quem deve-se a responsabilidade pela organização e edição da obra.

Deve-se investigar o que significa exatamente, e como é justificada em Edgar Quinet, a fórmula da equivalência de revolução-restauração na história italiana. [...] Deve-se examinar se a fórmula de Quinet pode ser aproximada da de “revolução passiva” de Cuoco; elas exprimem, talvez, o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico das massas populares, através de restaurações que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de “restaurações progressistas” ou “revoluções-restaurações”, ou, ainda, “revoluções passivas”. (COUTINHO (org.), 2011b, p. 318-319)

Ainda, neste contexto, Gramsci irá operar uma correlação entre os processos de revolução passiva e o fenômeno do “transformismo”⁶⁰ – discussão esta que extrapola o escopo do debate neste momento. Cabe assinalar, porém, que esta relação entre revolução passiva e transformismo, também, revelou-se fonte fecunda para a compreensão de processos históricos na Formação Social Brasileira⁶¹. Acredita-se poder afirmar, assim, que aquilo que Gramsci conceitua como “revolução passiva” é muito próximo daquele processo que Coutinho designara inicialmente de “via prussiana” – talvez de fato mais próximo mesmo que a compreensão deste conceito que se pode identificar em Lenin, o que, também, contribuiria para o fato do marxista baiano conferir gradualmente maior uso à categoria gramsciana.

Já foi afirmado anteriormente que Coutinho, apesar de utilizar-se quase sempre de modo intercambiável dos conceitos de “via prussiana” e “revolução passiva”, não deixara de notar que tal integração poderia ser problematizada. E, de fato, buscou mesmo estabelecer um maior detalhamento dos cuidados em tal uso – ainda que, este mesmo cuidado fosse pouco observado pelo autor em suas intervenções (como alertou Neves (2016), cuja pesquisa partiu de um exaustivo trabalho sobre o arquivo de Coutinho). Veja-se, então, a sugestão, oferecida por Coutinho no trato das duas categorias, quando de sua argumentação quanto a empregabilidade das categorias de Gramsci à realidade brasileira:

Embora a noção leniniana de “via prussiana” fosse capaz de constituir uma chave interpretativa para esse processo de transformação pelo alto, só recentemente ela passou a ser utilizada nas análises marxistas da realidade brasileira. De qualquer modo, na medida em que se concentra prioritariamente nos aspectos infra-estruturais do processo, o conceito de Lenin não é suficiente para compreender plenamente as

⁶⁰ Sobre o conceito de *transformismo*, v. LIGUORI; VOZA (orgs.), 2017.

⁶¹ Gramsci definiu o transformismo na seguinte passagem: “O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a “revolução-restauração” ou “revolução passiva”, a propósito do processo de formação do Estado moderno na Itália. O transformismo como “documento histórico real” da real natureza dos partidos extremistas no período da ação militante (Partido de Ação). Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 a 1900, transformismo “molecular”, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à “classe política” conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares no domínio da vida estatal, a toda reforma organiza que substituísse o rígido “domínio” ditatorial por uma “hegemonia”); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado.” (COUTINHO (org.), 2011b, p. 316-317)

características superestruturais que acompanham – e, em muitos casos, determinam – essa modalidade de transição. Portanto, não é por acaso que essas tentativas recentes de aplicar ao Brasil o conceito de “via prussiana” são quase sempre complementadas pela noção gramsciana de “revolução passiva”. Na medida em que esse conceito, como todos os demais conceitos gramscianos, sublinha fortemente o momento superestrutural, em particular o momento político, superando assim as tendências economicistas do marxismo da III Internacional, ele se revelou de inestimável utilidade para contribuir à especificação e à análise do caminho brasileiro para o capitalismo, um caminho no qual o Estado desempenhou frequentemente o papel de protagonista. (COUTINHO, 2007, p. 197)

Coutinho, portanto, estabelece aqui uma diferenciação, pelo qual a categoria de “via prussiana” estaria circunscrita aos aspectos infraestruturais, ao passo que a categoria de “revolução passiva” estaria referenciada aos aspectos superestruturais. Sobre esta diferenciação, porém, deve-se tecer algumas considerações: primeiramente, o fato de que tanto Coutinho como Gramsci, Lukács e Lenin não separam mecanicamente as duas dimensões – há, aqui, uma compreensão amparada na categoria da totalidade, pelo qual infraestrutura e superestrutura não podem ser separadas. Deste modo, os processos da “via prussiana” e de “revolução passiva” estariam intrinsecamente articulados, sendo esta separação categorial um mecanismo de síntese teórica – o que, de certa forma, serviria como justificativa para o menor cuidado de Coutinho quanto ao uso destas categorias. Em segundo lugar, também chama a atenção o fato de que Coutinho não realize este mesmo esforço de maior precisão quanto ao uso das categorias quando se utiliza da ideia de “modernização conservadora” – o que parece estar ligado ao fato de que este conceito fora elaborado a partir de determinações *gerais* por Moore, não demandando, assim, o mesmo cuidado crítico na determinação de seu uso.

Finalmente, cabe assinalar o fato de que a subscrição do uso de “via prussiana” apenas às características superestruturais entraria em contradição com a compreensão lukacsiana do processo – já que, como já visto, um dos elementos centrais da análise de Lukács é exatamente aquele que estabelece a relação entre o processo de desenvolvimento capitalista e suas implicações ideológicas (portanto, *superestruturais*). Pode-se mesmo avançar a hipótese de que Coutinho utiliza-se gradativamente da categoria de “revolução passiva” exatamente para ressaltar aquelas características mais identificadas por ele com o processo nacional – ou seja, a ideia das “transformações pelo alto”, a partir da conciliação das elites e da exclusão das massas populares dos processos políticos. De fato, se Coutinho parece por vezes padecer de pouco rigor filológico na incorporação dos conceitos, tal procedimento não parece desprovido de intencionalidade – antes parece sugerir um procedimento orientado pela hipoteca

coutiniana da integração das categorias de Lukács e Gramsci em seu esforço renovador do marxismo (2011c).

Acredita-se ter estabelecido, assim, a apreensão da categoria de “via prussiana” por Carlos Nelson Coutinho, discutindo, também, a sua correlação com as categorias de “modernização conservadora” e “revolução passiva”. Tal como demonstrado, tal categoria aparece no pensamento coutiniano a partir de seus estudos históricos – e não a partir de um suposto esquema universal para a compreensão dos processos estruturantes das formações sociais. Cabe aqui, portanto, analisar que compreensão histórica é esta na qual a categoria será refuncionalizada. E, em um segundo momento, compreender quais as aberturas que tal categoria proporcionou a elaboração de Coutinho – porque, portanto, o autor decidiu incorporá-la como chave teórica de sua abordagem.

3.3 – O LUGAR DA “VIA PRUSSIONA” NA TEORIA DO BRASIL DE CARLOS NELSON COUTINHO

Para se compreender o constructo histórico, através do qual Coutinho entende o processo de constituição da moderna Formação Social Brasileira, voltar-se-á ao texto no qual aparece de modo mais claro e sistemático a exposição desta: aqui, a referência é para *Cultura e democracia no Brasil* (1980)⁶², publicado inicialmente na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 17 e republicado na obra *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*⁶³, de 1980. Com algumas modificações, este texto foi republicado diversas vezes posteriormente, sob o título *Cultura e sociedade no Brasil*. Ainda que, não se possa descartar a importância das modificações no texto nestas republicações – tal como apontou Neves (2016) – parece que o *núcleo fundamental* da hipótese histórica madura de Coutinho não foi alterado, deixando de lado as preocupações filológicas e trabalhando, aqui, a partir de sua formatação original publicada em 1980.

⁶² O próprio Coutinho valida a interpretação aqui proposta deste texto enquanto sua exposição mais sistemática do processo quando afirma, por exemplo, em “Os Intelectuais e a Organização da Cultura no Brasil” (publicado na Revista *Temas de Ciências Humanas*, nº10, de 1981): “Vou esboçar aqui um quadro histórico-evolutivo extremamente esquemático; repetirei muitas coisas já ditas em outros trabalhos meus, nos quais creio que esse esquematismo aparece – se me permitem o jogo de palavras – de modo menos esquemático” e remete a uma nota de rodapé onde referencia “principalmente, o ensaio sobre “Cultura e Democracia no Brasil”, publicado em *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 17, e incluído agora no meu livro *A democracia como valor Universal*, Ciências Humanas, São Paulo, 1980, p. 61-92” (1981, p. 98)

⁶³ Composto de quatro ensaios – “A democracia como valor universal”, “Gramsci e nós”, “Cultura e democracia no Brasil” e “O capitalismo monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas” –, todos eles já anteriormente publicados enquanto ensaios isolados, a obra em tela colige ensaios nos quais Carlos Nelson Coutinho demonstra sua interpretação da sociabilidade burguesa e as especificidades da manifestação desta na Formação Social Brasileira.

Logo na abertura de seu ensaio, Coutinho coloca um primeiro dado que considera fundamental para a compreensão do processo evolutivo de nossa Formação Social: a predominância de fatores exógenos na conformação do desenvolvimento capitalista. Veja-se:

Enquanto formação social específica e relativamente autônoma, o Brasil emerge na época do predomínio do capital mercantil, na época da criação de um mercado mundial. Nossa pré-história como nação – os pressupostos de que somos resultado – não residem de modo algum na vida das tribos indígenas que habitavam o território brasileiro antes da chegada de Cabral: situam-se no contraditório processo da acumulação primitiva do capital, que tinha o seu centro dinâmico na Europa Ocidental. (1980, p. 64-65)

Ao localizar a Formação Social Brasileira como vinculada ao processo de acumulação primitiva, Coutinho fornece pistas para a compreensão da economia brasileira enquanto “periférica”, derivação do processo colonial. Para o autor, estas economias subordinam-se ao capital metropolitano apenas no terreno da *circulação* – o que mantinha “intocado o modo de produção do povo colonizado” (p. 65). É isto que ele qualifica, apropriando-se de um conceito de Marx, como um processo de “subordinação formal”. Ora, parece claro que o conceito de subordinação formal aqui utilizado não é aquele que se encontra n’*O Capital* – e o próprio autor o reconhece, ao afirmar que foi usado, “com certa liberdade um célebre conceito de Marx” (*id.*). Esta observação parece relevante, pois indica um procedimento – já apontado anteriormente – que será empregado por Coutinho na construção de diversas hipóteses teóricas, a saber, a apropriação e refuncionalização de conceitos clássicos de modo a enquadrá-los em sua própria interpretação.

Ainda no interpelar desta passagem, pode-se perceber uma aparente contradição. Coutinho afirma que:

[...] o objetivo central do colonialismo, na época da hegemonia do capital mercantil, consistia em extorquir valores-de-uso produzidos pelas economias não-capitalistas dos povos colonizados, com a finalidade de transformá-los em valores-de-troca no mercado internacional [...] (*id.*).

Não se necessita, aqui, realizar uma ampla discussão historiográfica para se perceber um problema fundamental na adequação de tal esquema à realidade brasileira, tal como assinalou Neves: “afinal, como falar de “subordinação formal” que “mantinha essencialmente intocado o modo de produção do povo colonizado” em um território cuja exploração se deu apoiada sobre o escravo capturado na África e introduzido na América *pelo colonizador?*” (2016, p. 231-232).

Reconhecendo este problema, Coutinho afirmará uma maior especificidade do caso brasileiro, que o singulariza entre as formações sociais presentes na América Latina e que tem, em sua avaliação, amplas consequências no campo cultural – que, vale recordar, é o campo do qual parte as questões inspiradoras desta obra coutiniana. O autor assinala que, em nosso território,

[...] não havia uma formação econômico-social que, mesmo primitiva, fosse capaz de fornecer excedentes de vulto ao processo de circulação do capital mercantil colonialista. O problema, assim, era o de criar um aparelho produtivo que se articulasse diretamente com o mercado mundial. (1980, p. 65-66).

Aqui, entra-se em cheio em uma das grandes polêmicas do debate historiográfico brasileiro: o da natureza do modo de produção no período colonial. Muitas já foram as páginas escritas a respeito deste assunto, e pretende-se retornar a esta polêmica na exposição mais adiante, quando serão problematizados aspectos das obras abordadas. Neste momento, porém, cabe assinalar a posição de Coutinho, que afirma tratar-se de um *modo de produção escravista*, sem adjetivos⁶⁴. Mais ainda, o autor demarca-se, de modo polêmico, daqueles que, então, defendiam a existência de um modo de produção já essencialmente capitalista, a partir da afirmação do *trabalho escravo enquanto elemento fundamental* da organização sócio-econômica da Colônia⁶⁵. Veja-se:

[...] o fato de que o modo de produção vigente na era colonial tivesse sido posto e repostado pelo movimento internacional do capital não significa, como pensam muitos de nossos historiadores, que se tratasse de um modo de produção capitalista, ainda que “imperfeito” ou “incompleto”. Tais historiadores não levam na devida conta o fato de que a característica essencial do modo de produção capitalista – característica que está na base da lei do valor-trabalho e, por conseguinte, de todas as demais leis que operam nesse modo de produção – é a existência do trabalho livre, do trabalho assalariado, que praticamente inexistia no Brasil durante toda a era colonial. (id. p. 66)

A tese da existência do capitalismo durante o período colonial é descartada de plano por Coutinho – de fato, durante toda sua intervenção posterior o autor caracterizou-a como um

⁶⁴ Em seu estudo da obra de Carlos Nelson Coutinho, Neves (2016) critica esta definição coutiniana por sua “superficialidade”: ao mesmo tempo em que rejeita a ideia de *escravismo colonial* tal como compreendida por Goreneder, Coutinho não especifica como compreendia as determinações específicas do escravismo na sociedade brasileira. Isso levou Neves a concluir que Coutinho operou com a compreensão clássica do modo de produção escravista presente na obra marxiana, cuja referência é o *mundo antigo*. Se a ausência de um estudo exaustivo impede de definir, sem margem para dúvidas, a interpretação coutiniana do escravismo, acredita-se que é válido lembrar que alguns historiadores buscaram compreender a presença do fenômeno nas Américas sem adotar a ideia de um modo de produção autônomo – linha próxima, por exemplo, aos estudos de Genovese (1976) sobre o escravismo no Sul dos Estados Unidos.

⁶⁵ “É o elemento escravista que fornece a marca determinante da formação econômico-social” (1980, p. 66)

erro crasso de interpretação⁶⁶. Mas, tampouco, aparece como adequado ao autor pensar nossa Formação Social como dotada de autonomia e capacidade de reprodução – como um modo de produção único, específico, nem capitalista, nem escravista (e, porque não dizê-lo, tampouco feudal). Coutinho afirma que:

[...] tampouco me parece correto que, numa justa reação à teoria do “capitalismo colonial”, outros historiadores insistam excessivamente na teses da autonomia do nosso modo de produção, chegando mesmo a afirmar que o processo de circulação no período colonial era posto pelo modo de produção interno, em vez de ser – como penso – o ponto através do qual esse modo de produção tornava-se formalmente subordinado ao capital (mercantil) internacional.

Sem entrar aqui nos detalhes da ampla polêmica acerca da natureza desse modo de produção pré-capitalista da era colonial, assumo como hipótese a de que se tratava de um modo de produção escravista. (Por outro lado, o adjetivo colonial não me parece caracterizar o modo de produção, no sentido de atribuir-lhe novas leis, mas sim precisamente o seu vínculo de subordinação formal ao capital internacional; uma subordinação que certamente sobredetermina essas leis, que são porém as leis gerais de todo modo de produção escravista com dominância mercantil). (id.)

Há, aqui, uma observação importante a ser feita. No trato de qual seria sua compreensão da Formação Social Pré-Capitalista no Brasil, onde estabelece sua hipótese escravista, Carlos Nelson Coutinho não estabelece uma negação absoluta do que se pode chamar de “*hipótese feudal*”. Aqueles que conhecem o debate a respeito do modo de produção do período colonial sabem que, na grande polêmica a qual já foi feita referência, uma das posições mais atacadas foi aquela que quis ver relações feudais durante a colonização. Não pretende-se, agora, estabelecer a posição desta dissertação em tal debate, o que extrapolaria os objetivos deste capítulo. Entretanto, chama a atenção o fato de Coutinho estabelecer sua discordância clara com a ideia de um “capitalismo colonial”, bem como a suposta existência de um modo de produção particular – o “escravismo colonial”, como o chamou Gorender (1978) -, mas não faça o mesmo com relação à existência de relações feudais. De fato, Coutinho faz mesmo uma concessão a esta hipótese, ao afirmar, em uma nota de rodapé:

Todavia, do ponto de vista dessa transição, a questão não se altera essencialmente se se confirmar a presença do feudalismo no Brasil. O decisivo é constatar que essa transição – “prussiana” – se deu com a conservação de formas de trabalho fundadas

⁶⁶ Recorrendo parcialmente à picardia, Coutinho afirma ser absurda a hipótese de afirmação de um ordenamento social capitalista na Colônia quando este mesmo ordenamento *ainda não se estabelecera plenamente na Metrópole*. Note-se, porém, que isso não significou nenhum tipo de desprezo para com os autores que sustentaram tal tese, tendo estes sido tratados com respeito e diversas de suas contribuições sendo incorporadas criticamente ao constructo coutiniano – pensa-se, em especial, ao trato oferecido por Coutinho à obra de Caio Prado Jr.

na coação extra-econômica, formas que, como se sabe, são características tanto do escravismo quanto do feudalismo. (1980, p. 67)

Esta observação permite estabelecer com maior precisão o núcleo duro da compreensão do autor do processo de transição ao capitalismo. Por um lado, Coutinho afirma estar diante de um *modo de produção escravista*, derivando desta constatação inclusive a chave para se compreender o caráter estacionário da produtividade na Colônia – que impediria, ao contrário do que ocorre no feudalismo, a emersão da transição ao capitalismo como resposta à sua própria dinâmica interna. Por outro lado, estabelece como *decisivo* para a caracterização do modo de transição “à prussiana” a conservação de *formas de trabalho fundadas na coação extra-econômica*, que poderia ser consequência tanto do escravismo quanto do feudalismo.

A abertura de Coutinho pode ser creditada a alguns tributos intelectuais devidos pelo autor. Deve-se recordar a tradição do qual o mesmo fazia parte e que terá influência central em sua conformação teórico-intelectual, a tradição pecebista; além disso, o estudo cuidadoso de sua obra indica a influência exercida em seu pensamento pela obra de Nelson Werneck Sodré⁶⁷. Isto implicou, para o autor – como ele próprio argumentou em entrevistas posteriores (BRAZ (org.), 2012) –, na incorporação de referenciais teóricos que, sem afetar o núcleo de seu pensamento, levaram-no a utilizar categorias que o próprio autor viria a rever em sua fase madura.

Nesse sentido, Neves (2016) apontou como o próprio ensaio sobre Graciliano Ramos (1967) sofreu uma alteração nas edições mais recentes, pois enquanto as primeiras publicações do mesmo, nos anos 1960, falavam na “nossa economia semifeudal”, as publicações posteriores substituiriam a expressão por “nossa economia pré-capitalista”. Esta retificação não parece desprezível – antes indica uma evolução do pensamento coutiniano, que a partir da crítica da “imagem pecebista” do Brasil dos anos 1960, abandona a hipótese semifeudal. Deste modo, deve-se reconhecer a possibilidade de compreender a nota de

⁶⁷ O general Nelson Werneck Sodré (1911-1999), historiador e crítico literário de talho marxista, é certamente um dos clássicos no estudo da Formação Social Brasileira. Sua obra foi ponto de referência (e de muitas polêmicas), sendo ele identificado como principal autor da “teoria consagrada” na interpretação marxista do Brasil – aquela que servia de base para a defesa da necessidade de uma revolução “antimonopolista, antilatifundiária e antifeudal” como ponto de partida para a conformação de um desenvolvimento capitalista autônomo (tal como também definia, então, o PCB). Muitas foram as distorções e injustiças cometidas contra sua obra – independente da opinião que se mantenha sobre suas principais teses. Reconhecer, entretanto, sua importância, parece ponto fundamental para uma avaliação justa e uma intervenção fundamentada neste debate – sobre o qual pretende-se tecer algumas considerações no capítulo final.

Coutinho como sendo expressão do tributo ainda pago por este às concepções derivadas da leitura pecebista e de seus principais intérpretes⁶⁸.

Pode-se, entretanto, sugerir a possibilidade de tratar-se de um cuidado metodológico: visto que a obra de Coutinho não se pusera a tarefa de realizar uma pesquisa sistemática, que estabelecesse o caráter escravista que ele identificara no Brasil pré-capitalista, ao deixar aberta a possibilidade de que as pesquisas nesse campo pudessem verificar a existência de relações feudais, o autor previne-se quanto a esta constatação ser utilizada para infirmar o núcleo principal de sua construção teórica, ou seja, a compreensão do processo de transição ao capitalismo como sendo uma “transição à prussiana”, que conserva formas de trabalho fundadas na coação extra-econômica. Esta hipótese parece ainda mais plausível, quando se busca observar a mesma nota de rodapé em edições mais recentes do texto, no qual a mesma sofre uma pequena, porém relevante flexão verbal: “[...] do ponto de vista dessa transição, a questão não se altera essencialmente se se *confirmasse* a presença do feudalismo no Brasil.” (2011, p. 39, grifo nosso). Ora, dado que a pesquisa histórica após os anos 1980/1990 pareceu ter infirmado a tese da presença de relações feudais no Brasil pré-capitalista, o autor agora já parece seguro em descartar esta hipótese de modo mais claro.

Retome-se, portanto, as principais determinações da particularidade⁶⁹ da Formação Econômico-Social Brasileira na concepção de Coutinho, tal como Neves as sintetizou:

Teria vigido, portanto, internamente ao Brasil pré-capitalista, um modo de produção escravista. Tal modo de produção, posto pelo próprio processo de tendencial planetarização do capital, se articulava externamente com a economia capitalista em sua fase mercantilista através do processo de circulação, sendo a ela, por isso, formalmente subordinada. (p. 234)

Se até agora, colados ao texto coutiniano, foram extraídas suas hipóteses para a compreensão de nosso processo histórico, isto deve-se a necessidade de compreender a inserção da categoria de “via prussiana” neste contexto. E é exatamente após estabelecer o caráter escravista de nossa Formação Social Pré-Capitalista que Coutinho empregará a hipótese prussiana para a compreensão da transição desta Formação Social ao capitalismo. Isto porque, para o autor, a marca escravista teria trazido consequências, tanto no plano cultural quanto político, que abriram caminho para o permanente recurso à forma “prussiana”

⁶⁸ Note-se que no momento da publicação do texto que ora analisado, Carlos Nelson Coutinho ainda era um importante militante do PCB, participando ativamente da luta interna que digladiava o Partido naquela conjuntura de “transição à democracia”. Assim, não se pode descartar a hipótese de estar diante de uma concessão ritual do autor às teses oficiais de seu Partido, bem como às defesas teóricas realizadas por autores que influíram na conformação de sua hipótese.

⁶⁹ Sobre a categoria de *particularidade*, v. LUKÁCS, 1978.

de transição. Em especial, o caráter estacionário da produtividade econômica do sistema escravista levou, na visão do autor, a um processo no qual a *transição ao capitalismo não derivou da própria dinâmica do desenvolvimento econômico interno*, mas, também, teria dependido de um fator externo para impulsioná-la.

Ora, se o modo de produção presente em nossa Formação Social caracteriza-se desde suas origens como tendo seus pressupostos localizados no exterior, pode-se afirmar ser a *dependência* uma relação fundamental na reprodução desta sociedade. Deste modo, as transformações que se operam nas economias metropolitanas acabam por impor, também, transformações na economia colonial – o advento do capitalismo no Brasil, portanto, tem como fator primordial a sua consolidação na Europa Ocidental, *sem que isto implique numa ruptura da relação de dependência*. Utilizando-se mais uma vez de seu conceito particular de subordinação formal e subordinação real, Coutinho localiza esta relação da seguinte forma:

[...] também a da dependência é uma reprodução ampliada, que implica a longo prazo transformações de qualidade. Ocorre, assim, uma progressiva conversão da dependência através da subordinação formal em dependência através da subordinação real; isso se dá quando o próprio modo de produção interno, sob a ação combinada de fatores endógenos e exógenos, vai se tornando efetivamente capitalista e se subordinando não mais ou apenas ao capital comercial, mas também e sobretudo ao capital industrial e financeiro internacionais. (1980, p. 69)

Mas em que momento, afinal, o autor localiza este trânsito do escravismo ao modo de produção efetivamente capitalista? Primeiramente, é importante estabelecer que Carlos Nelson Coutinho não vê a emergência do capitalismo como resultado de um processo curto, explosivo, mas sim como o resultado de um longo processo histórico de rupturas. Nesse sentido, a “revolução burguesa” no Brasil, para tomar emprestado um termo de Florestan Fernandes (1975), não pode ser localizada em um único evento, mas sim deve ser entendida como uma fase histórica. Assim, Coutinho não data o trânsito ao capitalismo em um evento único – fala, isto sim, em uma transição:

com o início da industrialização, ou, mais precisamente, com a transição do modo de produção interno à fase propriamente capitalista (o que já se verifica também em certos setores da agricultura na época da abolição da escravatura, ainda que isso se dê de modo “prussiano”, ou seja, com a conservação de traços pré-capitalistas) [...] a estrutura de classes da sociedade brasileira vai se tornando essencialmente análoga à estrutura de classes da sociedade capitalista em geral (id., p. 70)

Aqui, comparece, mais uma vez, aquela outra determinação histórica que o autor considera fundamental para se compreender o processo da Formação Social Brasileira – e que

agora, por fim, será enfrentado diretamente. Para Coutinho, parte-se de uma formação socioeconômica escravista, cujas relações de produção estão atravessadas pelo seu caráter dependente. Isso leva a que o processo de transformações econômico-sociais, também, se caracterize por uma específica articulação entre classes e poder político, a que o autor caracterizará como constituindo um processo que seguiu uma “via prussiana”. Como já visto anteriormente, tal fenômeno se caracteriza para Coutinho, centralmente, a partir da ausência de revoluções ou movimentos provenientes de baixo para cima, mas sim a partir do encaminhamento das transformações históricas a partir de uma conciliação “pelo alto” entre os grupos economicamente dominantes. Assim, a partir de reformas que excluíam a participação das camadas sociais subalternas, o processo histórico nacional estaria sempre *caracterizado pela “conciliação com o atraso”*.

Tal como já apontado anteriormente, esta concepção do significado de via prussiana não está inteiramente de acordo com a formulação de Lenin – e Coutinho o reconhece explicitamente neste momento, ao articular a dimensão agrária (preocupação central do marxista russo) com o plano geral dos fenômenos sociais:

É evidente que o fenômeno da “via prussiana” – tal como Lenin o formula – tem sua expressão central na questão da passagem para o capitalismo, no modo de adequar a estrutura agrária às necessidades do capital. Mas, generalizando o conceito, pode-se dizer que – na base de uma solução prussiana global para a questão da transição ao capitalismo – todas as grandes alternativas concretas vividas pelo nosso País, direta ou indiretamente ligadas àquela transição (Independência, Abolição, República, modificação do bloco de poder em 30 e 37, passagem para um novo patamar de acumulação em 64), encontraram uma resposta “à prussiana”; uma resposta na qual a conciliação “pelo alto” não escondeu jamais a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas – de qualquer modo, fora do âmbito das decisões – as classes e camadas sociais “de baixo. Portanto, a transição do Brasil para o capitalismo (e de cada fase do capitalismo para a fase subsequente) não se deu apenas no quadro da reprodução ampliada da dependência, ou seja, com a passagem da subordinação formal à subordinação real em face do capital mundial; em estreita relação com isso (já que uma solução não prussiana da questão agrária asseguraria o quadro para o desenvolvimento de um capitalismo nacional não dependente), essa transição se processou também segundo o modelo da “modernização conservadora” prussiana. (p. 71-72)

Apesar da longa citação anterior, é válida a sua reprodução integral, de modo a problematizar alguns de seus elementos. Primeiramente, cabe notar a discussão a propósito da origem do conceito. Aqui, Coutinho esclarece a referência à Lenin, reconhecendo ser sua expressão central a questão da estrutura agrária. Logo a seguir, propõe uma generalização do conceito, emprestando-lhe o significado de “conciliação pelo alto” já referida anteriormente. Ora, em nota de rodapé pensada ao texto – já referida no início deste capítulo – Coutinho esclarece, tal como já especulado, que esta ampliação do conceito de “via prussiana”

encontra-se referenciada em Lukács. Isso não significa, porém, que Coutinho deixe de lado a importância da resolução da questão agrária na conformação de uma modalidade prussiana de transição ao capitalismo. A este respeito, vale retomar a posição do autor quando da discussão da obra de Florestan Fernandes (2011):

Lenin, na definição dos pressupostos de uma via “não clássica” para o capitalismo, recorre sobretudo ao modo de resolução da “questão agrária”. Florestan, ao contrário, sublinha uma outra característica para explicar a “não classicidade” brasileira: para ele, com efeito, a peculiaridade de nossa revolução burguesa resultaria essencialmente do fato de que esta se processa num país dependente [...] Decerto, esse caráter dependente e tardio de nosso desenvolvimento capitalista explica muito do caráter de nossa “revolução burguesa”, mas - ao contrário de Florestan - penso que não explica tudo. A Alemanha e o Japão, por exemplo, embora não fossem países dependentes, experimentaram vias “não clássicas” para o capitalismo, marcadas também, pelo menos durante um longo período, pela construção e preservação de estruturas políticas abertamente ditatoriais; além disso, embora em ambos os casos estivéssemos diante de capitalismo “tardios”, isso não impediu que Alemanha e Japão se tomassem, por sua vez, países imperialistas. Como vimos, para Lenin (e, de certo modo, também para Gramsci), o fator decisivo na geração de uma via “não clássica” para o capitalismo é um fator interno, residindo sobretudo no modo pelo qual o capitalismo resolve a “questão agrária”: a via clássica implica uma solução revolucionária, com a destruição da grande propriedade pré-capitalista e a criação de um campesinato livre, enquanto o caminho “não clássico” tem lugar quando a grande propriedade e a velha classe latifundiária se conservam, introduzindo progressivamente e “pelo alto” novas relações capitalistas. (p. 230-232)

Deve-se atentar à projeção política constante na parte final da citação analisada, na qual Coutinho enuncia – ainda que de modo passageiro – qual seria a alternativa ao desenvolvimento por meio da “via prussiana”, a saber: “já que uma solução não prussiana da questão agrária asseguraria o quadro para o desenvolvimento de um capitalismo nacional não dependente”. A partir desta observação, pode-se, em primeiro lugar, *revalidar* a argumentação anterior quanto à atenção de Coutinho à resolução do problema agrário enquanto uma dimensão central para a conformação de uma “via prussiana” de desenvolvimento. Mas, principalmente, deve-se observar a consideração, por parte do autor, da possibilidade de um *capitalismo nacional não dependente* enquanto via alternativa de desenvolvimento. Parece claro, aqui, que a projeção estratégica do autor para a revolução burguesa no Brasil, portanto, *emparenta-se com a projeção exarada da imagem pecebista*. Para esclarecer este ponto, precisa-se relacionar este raciocínio com aquele desenvolvido pelo autor em outro texto, também presente na obra publicada em 1980: trata-se de *O capitalismo monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas* (1980b).

3.4 – MONOPOLIZAÇÃO PRECOCE E HIPERTROFIA DO ESTADO: CONDICIONANTES ESTRUTURAIS DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

No ensaio já referido, Coutinho se propõe a expor brevemente seu conceito de “Capitalismo Monopolista de Estado” (CME) – categoria esta que foi alvo de larga polêmica entre os marxistas, tendo sua existência enquanto estágio distinto do capitalismo monopolista sido questionada⁷⁰ –, bem como avaliar em que condições se pode utilizar desta categoria para compreender o desenvolvimento contemporâneo do capitalismo no Brasil. Não é aqui o local para ingressar neste debate teórico, por mais instigante e atual que o mesmo pareça. O que importa, agora, é verificar quais as determinações extraídas por Coutinho a partir de sua utilização desta teoria – mais ainda, quais as especificidades de sua manifestação na Formação Social Brasileira. Cabe notar que as determinações derivadas da incorporação da teoria do CME são inseparáveis, também, da estratégia política que viria a ser proposta pelo autor, a ser referida adiante.

Para o marxista baiano, a emergência do CME representou uma alteração qualitativa do desenvolvimento do capitalismo – as demandas postas pela nova configuração econômica, na qual o Estado é chamado a intervir para criar contratendências à lei da queda da taxa de lucro, acabam por levar a uma alteração na forma do Estado burguês. Diferente da época do capitalismo concorrencial – que, para Coutinho, teve sua existência vinculada à ascensão do capitalismo por meio de uma via *não* prussiana -, o capitalismo da era dos monopólios é marcado pela “tendência à ampliação e à autonomia do aparelho *executivo* do Estado” (1980b, p. 98); a burocracia estatal assumiria uma crescente autonomia relativa, que confere ao Estado a aparência de um corpo separado, acima da sociedade. Esta autonomia, porém, está condicionada pela sua função última de garantir os interesses do capital monopolista em seu conjunto – o que implica, por vezes, entrar em choque com as diferentes frações do capital.

Além disso, amparado na compreensão “ampliada” do Estado que deriva de seus estudos de Gramsci, Coutinho se distancia de uma interpretação mecânica do CME, que passa a identificar na tendência à autonomia o fundamento de um Estado de caráter necessariamente autoritário ou mesmo fascista. Para o autor, a existência de um regime político de liberdades democráticas, com uma forte sociedade civil, é plenamente compatível com a existência do

⁷⁰ O debate em torno da ideia de “Capitalismo Monopolista de Estado”, como assinalado, foi motivo de ampla controvérsia entre os marxistas. Em que pese sua compreensão diversa, foi porém um importante fundamento teórico para as estratégias dos partidos comunistas no Ocidente, tal como o assinalou Harris (BOTTOMORE (ed.), 2013, p. 97). Para algumas referências, v. BARAN & SWEEZY, 1974; BOCCARA, 1978; POULANTZAS, 1975; TCHERNIKOV, RINDINA *et alii*, 1978. Num marco crítico, v. MANDEL, 1982.

CME – sendo a Europa Ocidental do período do “welfare state” o exemplo mais acabado de tal interação.

O CME não é uma *política econômica* determinada ou implementada por esse ou aquele setor da burguesia monopolista; é, essencialmente, uma *etapa necessária* na evolução do modo de produção capitalista. [...]

Isso significa que, numa sociedade democrática, onde a pressão das várias classes possa se exercer abertamente sobre os aparelhos de hegemonia e dominação, o Estado do CME – sem deixar de tentar assegurar, em última instância, os interesses do capital monopolista em seu conjunto – pode ser obrigado a tomar medidas ou mesmo a formular políticas que atenuem a dominação despótica dos monopólios sobre o conjunto da sociedade, o que é impensável quando o poder dos monopólios se expressa por meio de um regime fascista ou abertamente autoritário. (*id.*, p. 103)

Esta diferenciação é central para o autor, sendo a polêmica com tal concepção um dos principais motivadores da redação deste ensaio – de fato, toda a seção 3 do referido texto (*id.*, p. 112-118) dedica-se a este debate. Cabe, aqui, portanto, uma contextualização. Ora, esta interpretação mecânica do CME esteve muito influenciada pela “escola soviética” – ainda que não seja justo identificar em todos os estudiosos desta formulação na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) este reducionismo, sendo antes mais adequado falar em uma apropriação desta leitura de modo equivocado por atores políticos diversos⁷¹. Neste mesmo sentido, pode-se localizar as análises desenvolvidas por Anita Prestes em seus estudos na União Soviética, e que serviram de base à conformação da linha política de Luiz Carlos Prestes em seu confronto com a direção do PCB no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, nas quais se afirmava a necessidade da luta imediata pelo socialismo no Brasil dado que o CME, aqui, também, seria *estruturalmente fascista* (REIS, 2014). De fato, tendo em vista a conjuntura da produção do ensaio coutiniano, parece legítimo supor que, ao polemizar com a argumentação de Rogério Freitas, Coutinho na verdade está polemizando com as teses então defendidas pelo *setor prestista* em meio à luta interna no PCB⁷².

O Brasil dos anos 1970/1980 (período no qual Coutinho está elaborando seus escritos), também representaria, portanto, uma Formação Social na qual o capitalismo já atingira seu estágio monopolista de Estado. Porque, então, não set tinha, aqui, um

⁷¹ Neste sentido, por exemplo, pode-se fazer referência às interpretações que fundaram as orientações políticas do Partido Comunista Português no período anterior à Revolução dos Cravos, dada a presença reiterada em documentos partidários da caracterização do CME em Portugal como sendo *estruturalmente fascista* (CUNHAL, 1974; VARELA, 2011).

⁷² “Antecipando um tema sobre o qual voltarei em seguida, gostaria desde já de observar que essa relativa independência da estrutura em face de sua gênese desautoriza a conclusão de que um CME possa ser *estruturalmente* fascista ou autoritário, incapaz, portanto, de existir sem violência aberta e sem superexploração da força-de-trabalho, tão somente porque – quando da sua *gênese* – recorreu a formas políticas de natureza fascista ou semifascista.” (COUTINHO, 1980b, p. 101)

ordenamento sócio-político semelhante àquele dos países da Europa Ocidental – mais especificamente, o de um Estado fundado sobre mecanismos democrático-formais e que capaz de prover serviços sociais básicos (o “welfare state”)? Para responder a esta pergunta, é preciso atentar às especificidades da nossa Formação Social:

No plano econômico, pode-se observar que o Brasil praticamente não conheceu um período de capitalismo concorrencial; como todos os países de industrialização tardia (e, no Brasil, podemos mesmo falar em hipertardia), o capitalismo brasileiro experimentou um processo de monopolização precoce. Esse processo se manifesta em ambas as fontes – interna e externa – do desenvolvimento industrial em nosso País. No caso da fonte interna, o Brasil partilha uma experiência comum a todos os países de industrialização tardia: o recurso a mecanismo de acumulação “forçada”, sob a égide da intervenção estatal. [...] Sob o guarda-chuva do protecionismo, e sendo “relativamente pequeno, o mercado interno – observa Fausto Cupertino – facilita a formação de uma economia monopolista precoce, garantida pela elevada mais-valia decorrente das dimensões extraordinariamente grandes do exército industrial de reserva”.

No segundo caso, no caso da fonte externa de acumulação, partilhamos o destino dos países de industrialização hipertardia, industrialização que – por se processar numa época em que o capitalismo já alcançou em nível mundial a fase imperialista – é necessariamente dependente ou dependente-associada. (1980b, p. 100)

Retorna-se, assim, ao ponto de partida: seguindo o raciocínio de Lenin, Coutinho identifica na não resolução da questão agrária brasileira por meio de um caminho revolucionário o fundamento para a conformação de um processo geral de encaminhamento da resolução dos conflitos sociais e das transformações econômicas por meio de um processo de conciliação e “reformas pelo alto” – por meio, portanto, de uma “via prussiana”, que conserva o poder dos grandes latifundiários e formas de coerção extra-econômica sobre os trabalhadores. Soma-se a esta característica à existência de uma Formação Social Escravista, na qual a produtividade econômica tem caráter estacionário, e na qual os fundamentos socioeconômicos foram transplantados a partir da lógica da expansão mercantil do capitalismo em formação na Europa Ocidental – e, conseqüentemente, na qual o impulso econômico endógeno é insuficiente para a conformação de um mercado interno, reafirmando a existência de uma relação de *dependência* na onto-genética de nossa Formação Social. Neste cenário, qual seria, portanto, a força motora capaz de produzir as transformações necessárias no processo de “modernização” social? Para Coutinho, este impulso só pode vir da *intervenção estatal*, condição análoga à todos os países que seguiram uma “via prussiana” de desenvolvimento.

Aqui, é necessária uma parada. Acompanhando o raciocínio de Coutinho, se pode ver na própria base econômica de nossa Formação Social uma demanda para a intervenção estatal que, através de diversos mecanismos, cumpre o papel transformador que deveria ser

protagonizado por um impulso endógeno ausente em nossa economia. Há porém, uma outra consequência importante da conformação de uma sociedade escravista, que se combinará às demandas do desenvolvimento econômico para compor o panorama da via prussiana: a *debilidade da sociedade civil*.

Voltando ao raciocínio de Coutinho: como já afirmado anteriormente, o marxista baiano tem na preocupação cultural a origem de sua interpelação da gênese sócio-histórica brasileira. Ao afirmar o escravismo como marca determinante da Formação Social, Coutinho também extrai daí consequências para o caldo cultural que a acompanha. Veja-se:

[...] cabe ressaltar a marca escravista sobre a estrutura de classes: a degradação do trabalho manual, que é muito mais intensa no escravismo que no feudalismo, opera no sentido de criar faixas médias marginalizadas pelo sistema (tanto nas cidades como no campo), que só podem se reproduzir através do “favor” dos poderosos. (p. 67)

A temática do “favor” não aparece aqui de modo casual. Como se verá, aqui, há a enunciação do fundamento sócio-econômico de um dos fenômenos centrais para a compreensão coutiniana da cultura brasileira – aquele que, já em seu texto de 1972, o autor chamara de “intimismo à sombra do poder”. Este tema será retomado mais adiante, quando serão vistas enunciadas, no texto, pois, por ora, serão analisadas as consequências culturais da “via prussiana”. No momento, o que interessa é a condicionalidade que tal estrutura socioeconômica impõe sobre a conformação da “sociedade civil”, aqui entendida na conceituação elaborada por Gramsci. Veja-se o que Coutinho afirma em *Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil* (1981):

É preciso lembrar que vivíamos então sob um modo de produção escravista. Um escravismo certamente peculiar, já que articulado a nível internacional com o capitalismo, com suas exigências mercantis [...]

Isso gera importantes consequências para a situação do intelectual. O escravismo cria um grande vazio entre as duas classes fundamentais da sociedade brasileira: por um lado, os escravos que, evidentemente desorganizados e carentes de um projeto político global, não podem absorver os intelectuais como seus intelectuais orgânicos; e, por outro, os latifundiários escravocratas, que precisavam dos intelectuais apenas como mão-de-obra qualificada para a implementação das atividades administrativas do Estado que controlavam. Não precisando legitimar sua dominação através da batalha das ideias, as classes dominantes de então incentivavam uma cultura puramente ornamental, que servia para conceder status tanto aos intelectuais quanto aos seus mecenas, mas que não tinha incidência efetiva sobre as contradições reais do povo-nação.

Em tal atmosfera social rarefeita, era difícil para o intelectual encontrar o meio próprio para seu florescimento independente, para sua autonomia relativa. Restavam poucas alternativas; a principal, a quase exclusiva, era aceitar a sua cooptação pelas classes dominantes, tornar-se funcionário do aparelho de Estado. E não

poderia ser de outro modo, numa situação onde praticamente não havia sociedade civil [...] (1981, p. 99)

Em escrito posterior, Coutinho refinará esta imagem, ao pôr no centro de sua reflexão a debilidade da posição socioeconômica do escravo enquanto fundamento para a conformação de uma disputa da hegemonia na sociedade. Aqui, o autor problematiza a própria caracterização por ele empregada no texto de 1981 dos escravos enquanto *classe* – debate este no qual repercutem as polêmicas presentes na historiografia do mundo do trabalho. Veja-se como os escravos serão, então, caracterizados pelo autor em edição recente:

[...] Ianni mostra que os escravos no Brasil formam uma casta (ou um estamento) e não podem ser considerados membros de uma mesma classe social. Todos os escravos se identificam, no plano jurídico, pela falta de liberdade, de direitos, constituindo assim uma casta ou estamento; mas eles se inserem diversamente nas relações sociais de produção e, portanto, integram diferentes classes sociais. Isso explica, entre outras coisas, a razão por que os escravos brasileiros nunca foram capazes de construir uma autêntica consciência de classe, que se manifestasse através de uma vontade e de uma ação coletivas. Em consequência, o principal grupo subalterno de nossa formação econômico-social da época da Colônia e do Império não foi capaz de opor uma efetiva resistência coletiva, a partir de baixo, à dominação das classes que ocupavam o poder. Entre outras coisas, isso inviabilizou a possibilidade de uma revolução jacobina em nosso país. (2011, p. 244-245)

Qual a conclusão que se chega ao articular tais fragmentos? É que a combinação do bloqueio do desenvolvimento da sociedade civil – derivada da formação escravista e da persistência do poder dos grandes latifundiários – com a necessidade econômica de intervenção estatal levou a que o Estado brasileiro se caracterizasse historicamente por sua *hipertrofia e caráter autoritário*. Articula-se a isso o papel cumprido por este mesmo Estado enquanto *locus* privilegiado da conciliação e do encaminhamento das reformas “pelo alto”, derivação necessária do “modo prussiano” de promover transformações, tal como o afirma Coutinho ao avaliar as condições de implantação do CME em nosso País:

Esse processo de monopolização precoce no âmbito econômico é apenas um dos pressupostos – embora decisivo – para a implantação do CME no Brasil. Um outro traço característico para a história brasileira – o nosso modo “prussiano” de promover “pelo alto” as transformações sociais – já havia contribuído para reforçar decisivamente o Estado, para minimizar a ação controladora da sociedade civil sobre ele. E isso, antes de mais nada, porque o Estado, sobretudo após 30, tornou-se o *locus* privilegiado da conciliação e o instrumento executivo das transformações “pelo alto”; [...] Em outras palavras: o capitalismo monopolista no Brasil não precisou construir o seu Estado adequado, mas se limitou a herdar e modificar parcialmente o Estado autoritário preexistente. (p. 101)

A partir, portanto, deste armado de determinações, se pode ir reconstruindo a hipótese coutiniana de compreensão da Formação Social Brasileira. Se já se recorreu aqui a seus fundamentos econômicos – os articulando com a projeção “prussiana” – resta ainda decifrar qual o impacto desta sobre o mundo da cultura, alcançando, assim, uma imagem totalizante de sua “teoria do Brasil”. Estes impactos estão diretamente relacionados à já identificada debilidade da sociedade civil, para cuja abordagem Coutinho empregará em seu texto de 1980 referenciais gramscianos. Assim, entre as consequências da via prussiana, o autor vê como central o fortalecimento contínuo do Estado – como já referido anteriormente, instrumento e local da conciliação de classes – em detrimento da sociedade civil, ou seja, do “conjunto de aparelhos ideológicos através dos quais uma classe, ou bloco de classes, luta pela *hegemonia* ou pela capacidade de *dirigir* o conjunto da sociedade”. Assim, na inexistência de seu meio próprio, a cultura brasileira tornou-se majoritariamente “ornamental”⁷³. Ato contínuo, a ausência de espaços na sociedade civil importou num reiterado processo de cooptação os representantes ideológicos dos grupos populares, em especial através dos intelectuais, não deixando espaços para a conformação de uma autêntica cultura nacional e de uma consciência democrática-popular. Afinal, como assinala Coutinho,

O escasso peso dos aparelhos privados de hegemonia e dos partidos políticos de massa na formação social brasileira – onde o Estado era tudo [e] a sociedade civil era primitiva e gelatinosa – condenou os intelectuais que se recusavam à cooptação pelo sistema dominante à marginalidade no plano cultural, e, para nos expressarmos com certa vulgaridade, a seríssimos problemas no plano da subsistência econômica. (1980, p. 73)

Neste cenário, portanto, de desequilíbrio da luta cultural, observa-se os pressupostos para a conformação do fenômeno que já em seu ensaio sobre Lima Barreto, o marxista baiano designara como o “intimismo à sombra do poder”. Negada a possibilidade de influir sobre as transformações sociais, os intelectuais ficariam confinados a um terreno supostamente autônomo, descolado da realidade concreta e cuja autonomia está vinculada ao não questionamento das concretas relações sociais de poder. Esta conceituação foi apropriada por Coutinho a partir das considerações de Lukács sobre a intelectualidade alemã – porém o autor

⁷³ Coutinho (1980) afirmará que, estando a base econômica desta sociedade vinculada ao circuito mercantil do capitalismo em formação na Metrópole e inexistindo impulsos endógenos para a conformação de uma cultura nacional, o que, se vê, é a constante assimilação da cultura metropolitana. Conforme o autor mesmo assinala, isso não significa descartar qualquer influência cultural dos povos autóctones ou das camadas sociais subalternas presentes na Colônia para a fisionomia cultural brasileira, porém importa reconhecer que esta influência sempre se deu a partir de amálgamas, dada a ausência de pressupostos sociais que permitissem uma efetiva resistência cultural frente à Metrópole.

incorpora os traços específicos da nossa Formação Social, definindo, assim, uma modalidade específica de “intimismo à brasileira”:

Esta situação é agravada pelos traços característicos da formação social de nossa intelectualidade, tão bem destacados por Nelson Werneck Sodré; num período em que predominava uma radical separação de classes e em que o trabalho permanecia sob o estigma da condição servil, os intelectuais – oriundos quase sempre da classe média – utilizavam a cultura como meio de diferenciação, de prestígio e elevação social, acentuando assim o seu isolamento com relação à concreta realidade nacional-popular. Se a isso acrescentarmos o fato de que os intelectuais dependiam para o seu sustento, quase sempre, de uma integração no aparelho burocrático do Estado, temos as linhas histórico-sociais gerais da específica modalidade brasileira do “intimismo à sombra do poder”. (1974, p. 4)

O “intimismo” é, portanto, um condicionamento objetivo da nossa Formação Histórico-Social, intrinsecamente ligado à forma prussiana de transformação que põe e repõe as condições que lhe dão origem. Mais ainda, a reprodução do fenômeno acaba, também, por marcar o conteúdo da cultura brasileira – dando origem, assim, ao que Coutinho designou como “ideologia prussiana”, que “em nome de uma visão abertamente elitista e autoritária – defendem a exclusão das massas populares de qualquer participação ativa nas grandes decisões nacionais” (1980, p. 75). É importante notar que este caráter de nossa cultura não estaria restrita, de acordo com o autor, àqueles pensadores que se identificavam com a ordem vigente, influenciando, também, *intelectuais progressistas*. Como ver-se-á a seguir, é na influência da ideologia prussiana que Coutinho verá as origens do “golpismo” no pensamento da esquerda – problema que ocupa lugar relevante em sua reflexão política. Antes, porém, de se abordar tal reflexão – que permitirá ver como a reversão da “via prussiana” irá se constituir em eixo de sua proposta de intervenção – cabe uma breve reflexão a propósito da ideia de uma “ideologia prussiana”.

Ora, como já estabelecido, a “via prussiana” na acepção de Lenin não tem uma projeção ideológica – antes está restrita à resolução dos problemas da transição ao capitalismo no campo. Coutinho mesmo o afirma, ao estabelecer a categoria de *via prussiana* como estando relacionada a processos infraestruturais. Neste sentido, Neves (2016) por exemplo criticará o nosso autor por estabelecer tal correlação entre “via prussiana” e projeção ideológica. Ora, também já foi reiterada diversas vezes que a ampliação do conceito para pensar suas implicações no plano da cultura deve-se a György Lukács – e que Coutinho inspira-se nesta leitura lukacsiana para conformar sua hipótese da “via prussiana” no Brasil. Assim, se acredita ter elementos para afirmar que não há, por parte do autor, qualquer abuso

em falar de uma “ideologia prussiana”; antes esta formulação deve remeter a um debate realizado no primeiro capítulo: o conceito, utilizado por Lukács, de “prussianismo”.

Conforme ali afirmado, o “prussianismo” se caracterizaria pela ausência da crítica da opinião pública e pelos desmandos e ilegalidades cometidos pela burocracia estatal, em nome dos “interesses superiores” do Estado – o que parece estar, em suas linhas gerais, acorde com a lógica do “intimismo” abordada por Coutinho. Tal como no processo alemão, também, a História da Formação Social Brasileira se caracterizaria pelo bloqueio da conformação de uma crítica intelectual – impedida de florescer pela ausência da vida pública democrática – e, assim, teria incorporado a cultura “intimista”, tanto em sua expressão apologética direta quanto indireta. É deste modo que se pode compreender que o próprio Coutinho utilize a expressão “prussianismo” em seus textos como um elemento a ser superado – como parte fundamental dos processos de transformação da vida nacional.

Como será visto, assim, a superação do prussianismo passaria pela implantação de uma democracia de massas, que eliminasse os pressupostos que levarão a sua emergência. São as bases deste projeto político que será abordado a partir de agora.

3.5 – A REVERSÃO DO “PRUSSIANISMO” ENQUANTO PROJETO POLÍTICO

A crítica ao “prussianismo” é central para que se possa compreender os embates no qual o autor se envolve a partir de seu mais famoso ensaio, aquele diretamente político e que será responsável por uma das grandes querelas da esquerda brasileira desde a entrada dos anos 1980: refere-se, aqui, ao texto que dá título à obra analisada, *A democracia como valor universal* (1980c). Afinal, é no quadro desta impositiva ideológica estrutural de nossa Formação Econômico-Social que Coutinho identifica a origem do *golpismo* presente na esquerda: uma espécie de “prussianismo às avessas”, que critica o ordenamento social sem superar uma projeção focada na ação de minorias, relegando a segundo plano as grandes massas enquanto atores do processo histórico.

Reiterando tanto sua própria argumentação, já delineada em diversos textos, bem como, também, se remetendo a outros autores que, igualmente, buscaram se utilizar do conceito de “via prussiana” para realizar uma compreensão diferenciada do processo histórico brasileiro –, procedimento teórico então em voga entre os autores que, como Coutinho, faziam parte daquele universo intelectual posteriormente identificado como sendo o grupo dos “renovadores” no PCB – Carlos Nelson assinala ser esta a característica medular da “modernização” econômico-social no Brasil. Na medida em que se trata de um processo que

se repõe, sendo a via pela qual se operou no Brasil tanto a transição ao capitalismo, como, também, a transição ao estágio mais recente da ordem do capital (aquele que Coutinho designou como “CME”), esta condição – cujas bases acredita-se já ter dissecado neste trabalho – constitui-se em obstáculo principal para a realização de transformações sociais significativas em nosso País, tanto por seus impactos no âmbito superestrutural como, também, pelos seus impactos ideológicos sobre aqueles setores que buscavam se constituir enquanto alternativa a dominação burguesa.

Para o conjunto das forças populares, coloca-se assim uma tarefa de amplo alcance: a luta para inverter essa tendência elitista ou “prussiana” da política brasileira e para eliminar suas consequências nas várias esferas do ser social brasileiro. (E não se deve esquecer, antes de mais nada, que a “via prussiana” levou sempre à construção das superestruturas adequadas à dominação de uma restrita oligarquia – primeiro latifundiária, agora monopolista – sobre a esmagadora maioria da população.) A luta pela eliminação do “prussianismo” confunde-se com uma profunda *renovação democrática* do conjunto da vida brasileira. Essa renovação aparece, portanto, não apenas como o alternativa histórica à “via prussiana”, como o modo de realizar em condições novas as tarefas que a ausência de uma revolução democrática-burguesa deixou abertas em nosso País, mas também – e precisamente por isso – como o processo de criação dos pressupostos necessários para um avanço do Brasil no rumo do socialismo. (1980c, p. 33)

Já foi estabelecido aqui como Coutinho relacionou as determinações do processo histórico brasileiro com a crônica debilidade da sociedade civil, por ele identificada. Busca-se, também, demonstrar que o marxista baiano não elencou uma causa única ou primária para tal característica – antes estabeleceu uma série de determinações que se punham e repunham, e da qual a categorização de *via prussiana* passa a ser utilizado pelo autor como expressão deste conjunto. Crucial, para conformar a proposta política do autor, é o fato de este processo contribuir para a debilidade histórica da democracia no Brasil.

Neste sentido, reverter o prussianismo implicava, primeiramente, na superação do “regime abertamente autoritário”⁷⁴, então existente no País. Esta determinação punha, como tarefa imediata, a conformação de um amplo bloco de alianças com todos os setores que se propusessem a restaurar um regime de liberdades democrático-formais – em acordo, portanto, com a projeção estratégica então vigente no PCB e em polêmica aberta com aqueles setores políticos que julgavam, já naquele momento, estarem dadas as condições para uma política que demandasse a conformação de uma pauta socialista e de um bloco de alianças mais restrito, vinculado estreitamente a esta política. Mas a conquista deste regime democrático formal não representa para o autor a superação da “via prussiana” – é apenas seu *pressuposto*,

⁷⁴ Neves (2016) não deixará de problematizar a incorporação, aqui manifestada por Coutinho, do conceito de “autoritarismo” na definição do regime aberto com o Golpe de abril de 1964.

a base a partir da qual seriam possíveis constantes avanços na direção da superação definitiva deste traço da nossa Formação Social.

Para a superação do prussianismo de nossa Formação Social, portanto, era necessário erradicar a base a partir da qual o mesmo fora erguido – ou seja, os pressupostos econômico-sociais que lhe ofereceram sustentação, permitindo sua reprodução permanente:

[...] trata-se de democratizar a economia nacional, criando uma situação na qual os frutos do trabalho do povo brasileiro – que se torna cada vez mais produtivo – revertam em favor da grande maioria da população. [...] Importância central adquire assim a luta por uma *reforma agrária* que não se limite a promover a capitalização do latifúndio, mas abra espaço para a formação entre nós de uma sólida economia camponesa familiar ou cooperativizada. [...] E a luta por essa reforma agrária pode obter o consenso da esmagadora maioria da população, incluindo até mesmo setores importantes do capital monopolista sediado no Brasil.

Mas, a médio prazo, a democratização da economia requer também a aplicação de medidas antimonopolistas, dirigidas em particular contra os monopólios internacionais, as quais começariam a pôr em discussão os modelos de desenvolvimento e os padrões de consumo antinacionais que nos são impostos pelo imperialismo, e chegariam até a propor concretamente a nacionalização de empresas monopolistas. (*id.* p. 35)

Como já assinalado anteriormente, os rasgos do programa imediato coutiniano – de caráter antimonopolista e antilatifundiário – coincidem com a proposta programática então assumida pelo PCB⁷⁵. É coerente, neste sentido, que, durante este período, Carlos Nelson Coutinho estivesse muito próximo ao núcleo dirigente partidário, participando da assessoria de sua Comissão Executiva, em um movimento que buscava a renovação do pensamento marxista nacional por dentro do Partido. Resumidamente, pode-se localizar sua principal divergência com esta direção – da qual se afastará em torno de 1981 – como estando ligada a articulação entre o viés nacional e o viés democrático dentro deste programa. Afinal, em acordo com sua compreensão do processo histórico, é o viés democrático aquele que deve ter a primazia nesta articulação – como pode ser visto anteriormente, é apenas a partir do aprofundamento da democracia e a correspondente incorporação das massas à vida nacional que Coutinho pensa ser possível eliminar definitivamente a reiteração da “via prussiana”. (COUTINHO, 1980c).

Se o viés democrático – a “elevação a nível superior da democracia” – é, portanto, o elemento chave da proposta de intervenção de Carlos Nelson Coutinho, torna-se claro que uma formação política consequente com tal projeção deve, também, ter uma política *para a democracia*. A escolha, portanto, da célebre formulação de Enrico Berlinguer para intitular seu ensaio político não é desprovida de senso polêmico – ao afirmar a democracia como um

⁷⁵ v. PCB, 1980.

“valor universal”, Coutinho está, também, enunciando a necessidade de uma autocrítica por parte da própria esquerda – autocrítica que aponta nós, cuja superação se fazia necessária, mas que, também, incorporaria elementos problemáticos, derivados da tradição liberal. É, aqui, que se pode retomar sua crítica do *golpismo* já mencionada anteriormente – crítica esta que está articulada com a leitura de Gramsci⁷⁶ realizada pelo autor.

Repensar as condições para a superação da “via prussiana” – e, conseqüentemente, para a superação da ordem burguesa tal como ela se delinea em nosso País – implicava para Coutinho repensar a estratégia política das esquerdas. Ao ler Gramsci, nosso autor identifica no mesmo a tentativa de repensar as condições da luta política em uma *formação ocidental* – entendida aqui, não a partir de um referencial geográfico, mas sim como uma contraposição àquelas sociedades na qual a sociabilidade burguesa ainda não se instalou plenamente. Ora, as formações ocidentais se caracterizariam, grosso modo, por uma mudança no *papel do Estado*. Neste sentido, uma compreensão ampliada do papel do Estado implica compreender que o plano principal da dominação burguesa passou, nas sociedades “ocidentais”, para o que Gramsci chamou de “sociedade civil”, os aparelhos ideológicos do Estado – diferente das sociedades ditas “orientais”, no qual este papel ainda está centralizado na sociedade política, no aparato burocrático-repressivo do Estado. Ato contínuo, compreender a mudança no papel das instituições estatais incluía, também, compreender uma mudança na estratégia socialista nas formações ocidentais – diferente da “guerra de movimento” que imperara nas sociedades orientalizadas, na qual a ação revolucionária caracterizar-se-ia por um movimento explosivo, de assalto às estruturas do Estado, nas sociedades ocidentais a ação revolucionária deve caracteriza-se como uma “guerra de posições”, na qual papel central deve caber à disputa da hegemonia nas instituições da sociedade civil.

Esta é uma representação esquemática e extremamente resumida do que seria a apreensão da dimensão política de Gramsci tal como compreendido por Coutinho.⁷⁷ É claro que esta interpretação pode (e deve) ser questionada – porém esta é uma discussão que extrapola o escopo desta dissertação, cujo objeto é a apreensão da ideia de “via prussiana”. No que importa agora, estabelecer esta compreensão permite aceder à lógica da política coutiniana, pois esta é a base a partir da qual Coutinho propõe sua política para a democracia:

⁷⁶ Pode-se compreender esta centralidade na própria organização dos ensaios presentes na edição de 1980, no qual, após o ensaio de abertura, “A democracia como valor universal”, tem-se um ensaio no qual Coutinho busca demonstrar a adequação do referencial gramsciano para a compreensão da particularidade brasileira – “Gramsci e Nós”.

⁷⁷ Para uma compreensão diferenciada das formulações de Gramsci, v. ANDERSON, 1981.

A necessidade de que o processo de renovação proceda “de baixo para cima”, consolidando e ampliando suas conquistas através de uma crescente incorporação de novos sujeitos políticos, impõe às forças populares brasileiras – enquanto método de sua batalha política – a opção pelo que Gramsci chamou de “guerra de posição”. A progressiva obtenção de posições firmes no seio da sociedade civil é a base não só para novos avanços, que gradativamente tornarão realista a questão da conquista democrática do poder de Estado pelas classes trabalhadoras, mas é sobretudo o meio de evitar precipitações que levem a recuos desastrosos. (p. 37)

A consecução de uma política de aprofundamento da democracia, através da implantação de um programa que rompa com as bases sócio-econômicas que sustentam a “via prussiana” é, portanto, a tradução para as especificidades da Formação Social Brasileira daquela política de “guerra de posições” presente em Gramsci. Não é casual, assim, que Carlos Nelson coloque as forças democráticas em alerta quanto a emersão do *golpismo*, não só por representar uma resposta equivocada, “à prussiana”, para os problemas nacionais (já que ao tentar operar as transformações sociais “pelo alto” apenas revelaria uma inversão do prussianismo, e não sua superação), mas, também, porque – ao realizar uma política que não responde às realidades postas pela *ocidentalização* da sociedade brasileira – ficaria condenada a ter o mesmo destino trágico das tentativas de impor uma “guerra de movimento” nestas sociedades.

Há, aqui, um ponto que deve ser desenvolvido – a afirmação, implícita aqui e desenvolvida à posteriori em outros ensaios do autor – da “ocidentalização” (no sentido gramsciano) da Formação Social Brasileira. Essa afirmação é polêmica – o próprio Coutinho compreende isto, ao reconhecer que a caracterização do Brasil como uma sociedade “ocidental” parecia entrar em contradição com a caracterização do próprio autor de nosso País como sendo “atrasado”. Como explicar esta contradição? Afinal, como o Brasil poderia ser uma “sociedade ocidentalizada” e “atrasada” ao mesmo tempo?

Coutinho esclarece que, quando afirma que a sociedade brasileira continua sendo marcada pelo “atraso”, isto não quer dizer que o desenvolvimento capitalista não tenha se completado no País. Como já estabelecido anteriormente, nosso autor constata a evolução do capitalismo no País, com sua transformação em uma sociedade urbano-industrial, a emersão de uma classe operária numerosa e moderna, e mesmo sua passagem ao estágio do CME. Além disso, apesar das dificuldades e do atraso no desenvolvimento da sociedade civil, também esta foi capaz de desenvolver-se e ganhar uma organização autônoma durante o período recente – o que é fundamental para a compreensão de Coutinho do processo de crise e derrota do consulado militar instaurado em 1964. O “atraso”, assim, está ligado não a condição infraestrutural – a ausência da revolução burguesa, mas sim porque, apesar das

transformações, a sociedade civil brasileira ainda seria débil, em contraste com o Estado forte e autoritário – ou seja, porque a revolução burguesa processara-se a partir da “via prussiana”:

A razão principal desse “atraso” reside no fato de que o progresso das forças produtivas e a modernização da estrutura social se fizeram – segundo uma velha tradição brasileira – através da conciliação entre frações das classes dominantes, “de cima para baixo”, com a conservação do latifúndio, da dependência ao imperialismo e, sobretudo, com a tentativa de marginalizar as forças populares das grandes decisões políticas nacionais. (1980d, p. 57)

A “ocidentalização”, como já estabelecido anteriormente, é um processo derivado do próprio desenvolvimento do capitalismo, que cria seus pressupostos objetivos. Este processo porém não é uniforme – é, assim, que Coutinho passa a utilizar-se da categoria, empregada por Portantiero, de “ocidente periférico” (2012) para designar os países como o Brasil, nos quais o desenvolvimento capitalista dera-se a partir de uma integração periférica, porém o desenvolvimento das características “ocidentais” sobrepõem-se às características “orientais”. Deste modo, ainda que sem constituir-se uma sociedade que pudesse ser emparelhada aos países mais avançados do capitalismo, impunha-se já nesses países a construção de uma estratégia política centrada na “guerra de posições”. E é respondendo a esta necessidade que Carlos Nelson Coutinho identifica a construção de uma *democracia de massas* como a estratégia de luta política socialista no Brasil – que reconhece o desenvolvimento capitalista, que opera em busca da hegemonia da sociedade civil (tal como nas sociedades ocidentalizadas) e que teria, como corolário, a reversão do prussianismo a partir da socialização da política.

Ao estabelecer, assim, o nexó político da compreensão histórica de Carlos Nelson Coutinho, acredita-se ter exaurido – ainda que de modo breve – as principais determinações do uso da categoria de “via prussiana” na compreensão do marxista baiano. Buscar-se-á, assim – no capítulo final –, cotejar estas implicações com o uso realizado por José Chasin desta mesma categoria.

4 UMA APREENSÃO HISTORICIZANTE? JOSÉ CHASIN E A *VIA COLONIAL* DE OBJETIVAÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL

Neste capítulo, o objetivo será abordar a apreensão do conceito de *via prussiana* pelo autor selecionado – neste caso, José Chasin. Buscar-se-á estabelecer a linha de elaboração que leva Chasin a não utilizar-se da categoria de *via prussiana*, ainda que, sem deixar de reconhecer méritos naqueles que o fizeram, e a elaborar uma categoria nova: a categoria de *via colonial*. Assim, será demonstrada a fundamentação para esta nova categoria, bem como sua conexão com aquelas formulações seminais, apresentadas no primeiro capítulo. Finalmente, buscar-se-á, também, apontar as conexões existentes entre a formulação da ideia de *via colonial* e a compreensão que Chasin possui do processo de histórico de desenvolvimento capitalista no Brasil – apreensão diferente, como será visto, daquela que possui Coutinho.

4.1 UM FILÓSOFO “MARXIANO”

Quando se aborda a obra de José Chasin, duas reações são habituais. A primeira, mais generalizada, é a do *relativo desconhecimento*. Em que pese suas instigantes contribuições para a pesquisa histórica e a crítica marxista – independente do juízo que se faça a propósito de suas ideias –, a repercussão de sua obra ficou, em geral, restrita aos círculos acadêmicos. Também contribuiu para este “esquecimento” os posicionamentos polêmicos assumidos pelo filósofo, que o colocaram em contradição com quase todos os setores políticos – em confronto com a esquerda e desprezado pela direita. Já a segunda reação é a do *louvor acrítico* – muito difundida em seus discípulos, a obra de Chasin é tratada por estes como estando à altura de um “clássico universal”, encontrando soluções que lhe permitiriam ser, talvez, aquele autor a ter conseguido apreender de modo mais efetivo a crítica teórica de Marx. Este tipo de abordagem laudatória será observado, em especial, quando for feita menção à defesa, por tais discípulos, do que se considera o *nó górdio* do constructo teórico chasiniano: sua *teoria da onto-negatividade da política*.

Passa-se, então, a apresentação do autor nas próximas páginas. Para tanto, se parte das informações oferecidas em entrevista de Antonio Rago Filho e Ester Vaisman, por ocasião dos dez anos do falecimento de Chasin (ASSUNÇÃO; SARTORIO, 2008).

Chasin nasceu em 1937, na cidade de São Paulo. Filho de imigrantes de origem judaica, sua infância foi atravessada pelas dificuldades financeiras da família, o que não

impediu seu interesse na leitura, contribuindo tanto para a ampliação de seu universo cultural quanto para sua integração a comunidade local. Apesar Sua atuação política deve-se em muito, de acordo com seus biógrafos, a seu relacionamento com Hannah Profis – estudante das Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), engajada no movimento estudantil e primeira esposa de Chasin (id.).

É, no contexto de seu ingresso na Universidade, no Curso de Filosofia da USP, em 1959, que se dá seu contato com a obra de Marx. Note-se, aqui, o momento vivido por esta instituição de ensino, na qual, então, formavam-se e trabalhavam muitos daqueles pensadores que depois seriam identificados como a “escola sociológica paulista” – como, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso⁷⁸, Francisco Weffort⁷⁹ e, enquanto referência na leitura e compreensão da obra de Marx, José Artur Gianotti⁸⁰. Para além desta influência, também contribuiu para a peculiar apreensão de Marx por Chasin seu relacionamento de amizade com Maurício Tragtenberg⁸¹, relacionamento este que terá importantes consequências no que diz respeito a suas atividades profissionais, como será mostrado adiante.

Neste sentido, a formação teórica de Chasin partiu do questionamento de alguns dos principais referentes do marxismo no período. É, assim, que se pode compreender a dimensão que será assumida por dois autores que, neste momento, poderiam ser considerados “heterodoxos” – a referência aqui é sobre obra de Caio Prado Jr.⁸² e a obra de Lukács (do qual Chasin, também, será um dos divulgadores no País). A partir de Caio Prado, Chasin recolherá subsídios que lhe permitirão questionar a imagem clássica do Brasil, então corrente nas esquerdas – a qual já foi feita menção anteriormente –, e que o levará a sua compreensão diferenciada do processo da Formação Social Brasileira. Quanto à Lukács, sua leitura parece já ter influência imediata, tanto por suas intervenções no âmbito de debate a propósito dos Centros Populares de Cultura da UNE (CPCs), quanto, também, no contexto de sua primeira relação com o PCB, relação pouco orgânica, conflituosa, e que será rompida antes de 1964.

De fato, a orientação teórica de Chasin, no imediato pré-1964, o colocará em posição polêmica tanto frente à linha pecebista quanto a das dissidências da esquerda que surgem no período – sua própria compreensão teórica dos eventos que levam ao Golpe de abril, faz com

⁷⁸ Sociólogo e ex-Presidente da República.

⁷⁹ Cientista político e ex-Ministro da Cultura.

⁸⁰ Doutor em Filosofia e Professor emérito da USP.

⁸¹ Maurício Tragtenberg (1929-1998), sociólogo rio-grandense de inspiração marxista. Foi professor universitário e um dos impulsionadores de leituras heterodoxas da tradição socialista.

⁸² Caio Prado Júnior (1907-1990), historiador paulista. É considerado o precursor da historiografia marxista brasileira. Sua obra é considerada um dos clássicos fundantes da compreensão histórica de nossa Formação Social.

que o filósofo paulista defina o trabalho teórico enquanto dimensão principal de sua intervenção, tarefa prioritária mesmo frente a uma possível integração orgânica à luta política, tal como afirma Rago:

desta derrota Chasin se propõe a produzir alguma coisa – o que viria a se constituir com o Movimento Ensaio –, imbuído da idéia de que “ter lucidez é um ato revolucionário”. O que implicava dedicar-se em tempo integral aos estudos e formação de pessoas. (id. p. 236)

O Golpe de 1964, também tem consequências materiais imediatas para Chasin. Imbuído no projeto de tornar-se professor universitário, já havia mesmo recebido convite para tal – articulado por Tragtenberg –, quando subitamente suas possibilidades profissionais viram-se restringidas pelo advento da Ditadura. Se não sofreu com a prisão, a tortura ou o exílio forçado, Chasin foi, entretanto, obrigado a dedicar-se a outras atividades profissionais, em busca da garantia de sua subsistência material, ainda que, sem abandonar seus projetos de pesquisa. É, assim, que, durante o período ditatorial, o autor intercalará períodos de desemprego, um breve interstício profissionalmente dedicado ao trabalho editorial – na Editora Senzala – e, ainda, um largo período como funcionário da indústria farmacêutica⁸³. E, é, também, durante este período, que realizará sua extensa pesquisa sobre o integralismo, que resulta em sua tese de doutoramento, *O integralismo de Plínio Salgado* (CHASIN, 1978), defendida em 1977.

Impedido de dedicar-se integralmente ao magistério, Chasin foi capaz, entretanto, de manter seus vínculos com o universo acadêmico, ao ministrar cursos na Escola de Sociologia e Política (ESP) da USP, a partir de início da década de 1970 – atividade que inicialmente conciliou com seu emprego na indústria farmacêutica. Sua inserção nesta, também, foi importante para reunir em seu entorno um grupo de alunos que buscava dar continuidade a seu trabalho e que atuaria politicamente a partir de indicações com ele discutidas. Em 1976, porém, este vínculo institucional, também será desfeito, quando Chasin é demitido da ESP.

No mesmo ano da defesa de sua tese, 1977, Chasin participou do lançamento da Revista *Temas*, no qual se congregarão diversos intelectuais – em sua maioria, de extração lukcasiana e próximos ao PCB. *Temas* representou um esforço de retomada de uma intervenção teórica e publicística qualificada, no âmbito do marxismo, e sua emersão só pode ser compreendida no contexto de ascenso das lutas pelas liberdades democráticas que o País

⁸³ Durante este período, sua acidentada relação com o PCB terá um novo lance quando, em 1970, sai candidato a deputado federal pelo MDB – candidatura esta incentivada por pessoas próximas ao Partido e que não será bem sucedida.

irá viver após 1974⁸⁴. É, também, neste contexto, em que o PCB, dentro do Brasil, vivia um processo paradoxal – enfraquecido e desarticulado organicamente, após a forte repressão dos anos 1974/1975, que forçaram a ida do Comitê Central para o exterior, o Partido entrou, então, num ciclo de crescimento, atraindo para sua política de ampla frente democrática, tanto extratos da intelectualidade oposicionista, como, também, parte dos quadros políticos que haviam tomado parte das organizações que optaram pela luta armada e que foram liquidadas pela repressão. É, assim, que se pode compreender um novo movimento de aproximação ao Partido, por parte de Chasin e seu grupo, atuando na articulação sindical do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Sem oportunidades de trabalho em universidades, após a demissão na ESP, Chasin recebeu, então, um convite para ir lecionar em Moçambique⁸⁵, onde permanecerá por dois anos. Lá, aprofundará suas críticas ao chamado “socialismo real”, ao tempo em que, também, tomou parte nas discussões internas do PCB, da qual tomou contato a partir da organização deste Partido naquele país – Chasin simpatiza, neste momento, com as posições defendidas por Prestes no contexto da luta interna partidária, vendo em sua plataforma uma priorização da luta econômica sobre a pauta meramente política, tal como sua própria elaboração indicava. É, também, durante sua estada em Moçambique, que ocorreram os grandes movimentos de greve do ABC paulista, que marcaram o ingresso definitivo da classe operária enquanto ator político no processo de “abertura” – movimentos estes que serão analisados pelo filósofo, a partir das informações que eram enviadas por seu grupo do Brasil.

Insatisfeito com a situação em Moçambique, Chasin aceitou o convite que recebeu para ingressar como docente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – convite este articulado por seu amigo Maurício Tragtenberg. É, assim, que retornou ao Brasil, no início de 1980. Em seu retorno, “reenquadrou” seu grupo intelectual em torno de um novo projeto: afastado definitivamente de qualquer organização partidária, reunindo-se em torno da produção da revista e Editora *Ensaio*⁸⁶. E, a partir das intervenções neste âmbito, Chasin vai

⁸⁴ v. NETTO, 2014 e MOREIRA ALVES, 1987.

⁸⁵ Recentemente libertado da opressão colonial portuguesa e sob a liderança de um movimento de orientação socialista – a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) – a jovem república africana contava a esta altura com um governo de orientação pró-soviética, liderado por Samora Machel. Para fazer frente ao êxodo de mão de obra qualificada representado pela emigração branca em direção à antiga Metrópole, o País contou com o apoio solidário de militantes no exílio ou em situação difícil em seus países de origem para ajudarem na formação de novos quadros universitários. Dada a facilidade da língua, não foram isolados os casos de brasileiros que participaram deste esforço – para além de Chasin, vale mencionar também o historiador Daniel Aarão Reis.

⁸⁶ Toma-se aqui a liberdade de emitir um juízo a propósito desta experiência. Afinal, o “Movimento Ensaio”, ao qual Rago faz menção, caracterizou-se por uma intervenção eminentemente *teorista*: sem propor-se enquanto organização partidária, atuava efetivamente como uma tendência. Produziu análises teóricas, quase sempre

aprofundando suas críticas às esquerdas organizadas – primeiramente, a partir da conclusão de sua compreensão crítica das experiências do chamado “socialismo real”, que passam por ele a ser compreendidas como uma forma diferenciada de expressão da ordem do capital. Em segundo lugar, a partir da formatação – influenciada, afirmava, por seus estudos aprofundados da obra de Marx – de sua crítica geral à política⁸⁷, a ideia da *onto-negatividade da política*.

Neste sentido, o ano de 1989 foi especialmente marcante: em meio a queda dos regimes do Leste Europeu, momento em que o Brasil atravessava suas primeiras eleições presidenciais diretas após o final da Ditadura. Chasin entrevistou no debate, propondo a necessidade da unidade das esquerdas já no primeiro turno, ancoradas em um programa que pusesse em questão os fundamentos do modelo econômico vigente – tal como enuncia em “A sucessão na crise e a crise na esquerda” (CHASIN, 2000f, p. 177-288). Como afirma Rago, “Brizola e Lula não mudariam o país, mas poderiam revolver a lógica produtiva assentada na superexploração da força de trabalho” (ASSUNÇÃO; SARTORIO, p. 286). Sem deixar de posicionar-se, o filósofo paulista ofereceu seu apoio à candidatura de Leonel Brizola, por ele vista como aquela que mais propunha o debate em torno daquelas preocupações elencadas em seu artigo. Neste mesmo interím, porém, Chasin também lançou mão da fórmula com a qual interpelará as organizações de esquerda, a partir de então: a ideia da “morte da esquerda”.

Durante os anos na Paraíba, Chasin colaborou para a organização de debates e teve papel de destaque durante as greves de docentes do período. Em 1986, porém, Chasin deixou a UFPB e transferiu-se para o Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ao qual permaneceria vinculado até o fim de sua vida. Atraiu, assim, para esta Instituição, a atuação daqueles pensadores próximos a suas teorias, contribuindo para a conformação de uma linha de pesquisa de mestrado orientada para o estudo do pensamento marxiano. Não deixou de manter sua atuação junto à Editora Ensaio e, quando esta veio a falir, buscou iniciar um novo empreendimento editorial que mantivesse os objetivos daquela,

críticas a intervenção das forças políticas organizadas, porém sem peso efetivo na organização real do movimento. E buscou, a seu modo, ampliar a produção teórica de filiação marxista, a partir dos lineamentos de análise propostos por Chasin. De repercussão restrita ao círculo acadêmico, sua intervenção dista de ser a de um partido político (o que não se propunha) ou a de um movimento de ideias ligado à classe trabalhadora (desejo pronunciado do mesmo), estando muito mais próximo – e aqui não há qualquer demérito na expressão – a um grupo de estudos.

⁸⁷ De fato, já havia transparecido em momentos anteriores a crítica a aquilo que Chasin denominou de *politicismo*: a subordinação analítica de todas as esferas da vida social, principalmente a econômica, à esfera política, como sendo preponderante sobre as outras. Tal crítica chocava-se com a prática das esquerdas organizadas em dois níveis: em fins dos anos 1970, ao nível da tática imediata, ao privilegiar o debate das opções econômicas sobre a pauta das liberdades democráticas; e, durante os anos 1980, por colocar-se em posição diametralmente oposta àqueles que colocavam o problema da *democracia* como dimensão central para o socialismo – debate este no qual teve posição central, conforme já observado anteriormente, o artigo de Carlos Nelson Coutinho, “A democracia como valor universal” (COUTINHO, 1980c).

a Ad Hominem – editora que publicará, entre outros títulos, a primeira tradução brasileira da obra derradeira de Lukács, *Pensamento vivido* (1999), além dos últimos ensaios de Chasin.

Em meio a projetos de pesquisa ainda em desenvolvimento, José Chasin faleceu em 1998. Pode-se afirmar, com segurança, que a originalidade de sua obra – independente dos juízos que se formule a propósito de suas construções teóricas ou dos posicionamentos políticos de seu autor –, merecem hoje um tratamento mais adequado, para qual se acredita estar oferecendo apenas um modesto estímulo.

4.2 DA HIPÓTESE PRUSSIANA À AFIRMAÇÃO DA PARTICULARIDADE COLONIAL

Tendo estabelecido o panorama geral da vida e obra de Chasin, agora, volta-se à interpelação daquele que é o objeto principal: como o autor se utilizou da ideia de *via prussiana*? Ou, para ser mais preciso, como se apropriou criticamente desta abordagem para a formulação de sua ideia de “via colonial”? Ora, tal como foi feito quando da abordagem da obra de Carlos Nelson Coutinho, acredita-se que tal interpelação deve ser realizada a partir da apreensão da formulação original da categoria por parte de Chasin – no caso, a elaboração presente em seu *O Integralismo de Plínio Salgado: formas de regressividade no capitalismo hiper-tardio* (1978).

Desde já é importante estabelecer uma distinção entre a obra de Coutinho e a de Chasin: enquanto o primeiro tem uma obra eminente ensaística, Chasin tem sua produção voltada para o ambiente acadêmico. Esta diferença fica clara quando se anota que, enquanto na análise de Coutinho são focados os artigos de intervenção, no caso do filósofo paulista, será observada a sua tese de doutoramento.

E o que aborda este texto? O objetivo de Chasin, aqui, é o de analisar o fenômeno integralista a partir de sua crítica imanente, em uma perspectiva que punha em causa os trabalhos que analisaram o fenômeno a partir do seu entendimento enquanto um reflexo do fascismo em nosso País. Com este objetivo em mente, o autor dedicou-se a um rigoroso e exaustivo estudo da obra de Plínio Salgado⁸⁸, buscando identificar aí as determinações essenciais de sua ideologia, e colocando em causa a interpretação clássica.

⁸⁸ Plínio Salgado (1895-1975), político e escritor paulista. Participou do movimento modernista dos anos 1920, representando sua facção mais irracionalista. Nos anos 1930, se tornou o principal líder da Ação Integralista Brasileira (AIB). Preso após o fracasso da *Intentona Integralista*, em maio de 1938, partiu para o exílio no Portugal salazarista. Retornou ao Brasil, em 1945, fundando o Partido da Representação Popular (PRP), organização política de ideologia nacionalista – que, na prática, reorganizou parte do velho integralismo sob nova roupagem. Foi deputado federal e candidato à Presidência da República. Apoiou do Golpe de abril de 1964,

Para Chasin, a base econômico-social da formação brasileira colocava em causa a reprodutibilidade da ideologia fascista em terras tupiniquins; e isso podia ser constatado na análise da obra de Plínio Salgado, que se caracterizaria não por uma combinação de regressividade social e expansão econômica – tal como no fascismo europeu – mas sim como uma obra “reacionária”, que teria como base de sua proposta o bloqueio da expansão das forças produtivas, estando, assim, muito mais próxima de uma crítica “romântica” do capitalismo.

Tudo reduzido a uma única expressão: estamos diante de uma proposta ruralista, tecida sobre as mal traçadas linhas de uma crítica romântica ao capitalismo. E isto em plena época das guerras imperialistas. [...] de modo que, enquanto o momento internacional vive o confronto imperialista, caracterizado pela luta em torno da redivisão territorial do mundo, suscitada exatamente pelas necessidades da expansão da produção, Salgado emerge como uma proposição de freiagem da acumulação capitalista, recusa o modo de existência urbano-industrial, acena com uma vaga e longínqua civilização agrária que se imporá espontaneamente à administração mundial, e defende programaticamente para o Brasil um urgentíssimo retorno à terra. (CHASIN, 1978, p. 618)

Ora, esta diferenciação da base econômico social é o fundamento a partir do qual, também, se poderá compreender a diferença estabelecida por Chasin entre *via prussiana* e *via colonial*; porém esta análise não será adiantada.

Como já se pode perceber, no capítulo IV de sua tese, “Premissas, conclusões e futuras aproximações”, Chasin busca finalmente interpretar as condições nas quais se desenvolve a ideologia plinista, por ele abundantemente descrita em seus capítulos anteriores. E é neste debate que se tem a introdução da polêmica a propósito da transição ao capitalismo no Brasil, observada a afirmação de Chasin quanto a *não-classicidade* desse processo. Em uma passagem quem, em traços gerais, resgata o enunciado coutiniano quanto ao significado da “via prussiana”, Chasin afirmará que:

Em termos mais precisos, adiantando um pouco o que se deixará, na sequência, ainda que em pequena medida, menos abstrato: na particularidade da formação do capitalismo brasileiro, tendo este se constituído através do que chamaremos, provisoriamente, de *via prussiana*, e sendo marcadamente próprio desta a conciliação entre o historicamente *velho* e o historicamente *novo*, de tal forma que o *novo* paga pesado tributo ao *velho*, no seu processo de emersão e vigência, o confronto entre as componentes agrária e industrial do modo de produção capitalista, no caso brasileiro, teria forçosamente que assumir modalidade específica; digamos assim, formas *abrandadas* e *veladas*. (id. p. 619)

tendo após a extinção dos partidos políticos pelo AI-2, ingressado na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), pela qual se elegeria novamente deputado federal.

Aqui, já se pode perceber a reafirmação da ideia, presente na maioria os autores que se utilizaram do paradigma prussiano, deste enquanto referencial de uma *solução conciliadora* para os problemas postos pela transição ao capitalismo. Chasin porém desde já, estabelece uma preocupação diferenciada, ao interligar este problema com a questão que lhe interessa neste trabalho – a compreensão do fenômeno fascista e a do fenômeno integralista, diferenciando-os. Ao abordar o problema da formação econômico-social, como premissa para a interpelação de formas políticas, Chasin, também, reafirma o que considera ser a determinação central para a compreensão da sociedade em acordo com o pensamento marxiano. É, assim, que afirma:

[...] estamos, aqui, completamente afastados de uma concepção em que a determinação em última instância do estado pelo econômico seja uma forma de pensar a relação como uma sorte de distanciamento e afrouxamento da determinação econômica. Ao contrário, *última instância* significa determinação essencial, raiz para além da qual nada há a buscar, *terminação* precisamente porque ela é a radicalidade das coisas e sua gênese. (id., p. 620)

Esta passagem é digna de atenção por indicar dois elementos importantes para a compreensão do pensamento chasiniano: primeiramente, ao reafirmar a determinação econômica, polemizando com uma interpretação que a “afrouxaria”, o filósofo paulista parece estar indo na *contramão* das interpretações que buscaram mediatizar esta premência, destacando a relativa autonomia das formas políticas e do Estado⁸⁹. Em segundo lugar – e por mais que Chasin se preocupasse em se distanciar de um *determinismo* econômico –, parece haver, aqui, efetivamente, uma valoração diferenciada desta instância, o que parece estar totalmente em acordo com o que foi a intervenção política do autor, sempre primando pelos aspectos do modelo econômico em detrimento da reivindicação formal de liberdades democráticas. Voltar-se-á a este aspecto posteriormente.

Siga-se adiante. Encontra-se, então, a reivindicação explícita pelo autor da *via prussiana*, na qual o filósofo paulista explicita ainda seu referencial teórico, no qual se pode começar a desvendar as respostas a alguns dos questionamentos iniciais. Chasin afirma, assim, que:

Via prussiana, ou caminho prussiano para o capitalismo, como a denominou Lenin, aponta para um processo particular de constituição do modo de produção capitalista. No dizer de Carlos Nelson Coutinho trata-se de um *itinerário para o progresso social sempre no quadro de uma conciliação com o atraso*. (id., p. 621)

⁸⁹ Posições, portanto, mais próximas a leitura de Coutinho, apenas para ater-se a um exemplo já abordado neste trabalho

Aparentemente, Chasin trabalha com um referencial comum a outros autores, ao reivindicar a expressão lenineana e citar mesmo sua compreensão por parte de Coutinho. No seguimento da citação, porém, o filósofo paulista oferece uma interessante indicação: ao invés de recuperar a oposição estabelecida por Lenin entre “via americana” e “via prussiana”, Chasin prefere assinalar a particularidade do caso alemão, indicando que a análise desta peculiaridade já estaria colocada antes dos estudos do marxista russo – “Se a denominação é devida a Lenin, a observação da particularidade do *atraso* alemão, sabe-se, é algo bem mais antigo” (id.). Neste sentido, o autor estabelece a conexão entre a ideia de “via prussiana” e a ideia de *miséria alemã* – conexão esta que indica a leitura, sempre reivindicada pelo filósofo paulista, de György Lukács. É de fato a partir do estabelecimento destes traços que caracterizariam a ideia do atraso alemão – traços estes que o autor localiza a partir de extensas citações de Marx – que Chasin compreenderá a ideia de via prussiana não como uma via alternativa frente aos “casos clássicos”, mas sim como a afirmação da possibilidade de *vias* alternativas, das quais a prussiana aparece como um caso paradigmático.

Não é casual, assim, que a menção à problemática lenineana da resolução do problema agrário mereça apenas uma menção rápida por Chasin, não cabendo – no entender deste – sua entronização enquanto elemento conformador da *via prussiana*. É que para o filósofo paulista a forma de resolução da transição ao capitalismo no meio rural é apenas uma das dimensões da conformação de uma via não-clássica ao capitalismo, cujas consequências socioeconômicas coadunam-se com a diretriz geral do processo, que ele sintetiza do seguinte modo:

Sinteticamente, a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatória, tendo por eixo a conciliação entre o *novo* emergente e o modo de existência social em fase de perecimento. Inexistindo, portanto, a ruptura superadora que de forma difundida abrange, interessa e modifica todas as demais categorias sociais subalternas. Implica um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, expressamente tolhe e refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraindo do seio da conciliação as condições de sua existência e progressão. Nesta transformação “pelo alto” o universo político e social contrasta com os casos *clássicos*, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se “reúnem todos os *pecados* de todas as formas de estado”. (id. p. 625)

Estabelecida, portanto, a sua compreensão do significado de via prussiana – que, ressalta, deve-se em muito ao estudo de Lukács – Chasin discute, então, as sugestões que este paradigma pode oferecer para o caso brasileiro. Realiza aqui – é importante notar – uma

menção elogiosa ao trabalho de Carlos Nelson Coutinho, localizado como pioneiro bem-sucedido na utilização da trilha teórico-metodológica oferecida por Lukács e da conceituação de via prussiana para a compreensão do caso brasileiro. Deve-se frisar, porém, que esta menção faz referência ao *uso inicial* da ideia de via prussiana por Coutinho – aquela que encontra-se em seu artigo sobre Lima Barreto (COUTINHO, 1974), no qual as preocupações de Coutinho ainda estão voltadas prioritariamente para o campo do debate cultural. Não se trata aqui da apreensão coutiniana “madura”, que incorpora as determinações teóricas de Gramsci – com as quais Chasin tem grandes divergências.

Chasin também faz questão de pontuar que a conceituação da particularidade da formação do modo de produção capitalista no Brasil a partir da sua designação enquanto via prussiana era uma designação *provisória*, baseada nas similitudes e que, no decorrer do próprio texto, o autor problematizará a partir do estabelecimento das diferenças entre os dois casos. Siga-se, porém, a letra do texto chasiniano. Ora, fica claro que Chasin, tal como outros autores que enveredaram pelo uso da mesma chave teórica, percebe o caso brasileiro como sendo assemelhável ao caso alemão – o que não significa afirmar sua *identidade plena*. Este mérito – que o autor estende também, nomeadamente, a Coutinho – busca evitar uma falsa apreensão que encaixasse o processo histórico brasileiro em um modelo, negando, assim, sua particularidade; mas sim estabelecer o justo uso do paradigma prussiano enquanto fomentador de sugestões para uma compreensão desta mesma particularidade.

[...] o *caminho prussiano não é tomado como modelo*, como contorno formal aplicável a ocorrências *empíricas*.

É precisamente enquanto *modo particular de se constituir e ser capitalismo* que o caminho prussiano tem para nós importância teórica básica. Enquanto tal, aos diversos níveis de concreção em que é apreensível, permite, como qualquer objeto, destilar certos caracteres, mais ou menos gerais, que importa considerar para *orientar* a apreensão do caso brasileiro.

Assim, de início, importa-nos como *particular contrastante aos casos clássicos*; clássicos, acima de tudo, porque mais coerentes, mais *congruentes* ou *consetâneos*, a nível de sua própria totalidade enquanto totalidade capitalista, na qual as diversas *partes* fundamentais embriam entre si e em relação ao todo de forma mais amplamente orgânica, de maneira que o real se mostra como *racional*, ao nível da máxima racionalidade historicamente possível. *Particular contrastante*, do qual se avizinha o caso brasileiro, também diverso dos *casos clássicos*. (1978, p. 626-627)

Para afirmar o avizinhamo do caso brasileiro, Chasin recorre ao que designa como algumas determinações gerais possíveis de serem operadas a partir do caminho prussiano, e que, também, seriam aplicáveis à nossa Formação Social: a presença da grande propriedade rural; o reformismo “pelo alto” enquanto traço característico dos processos de “modernização”, excluindo, assim, a intervenção das classes subalternas; e o desenvolvimento

mais lento das forças produtivas, com uma implantação retardatária do “verdadeiro capitalismo”, ou seja, da indústria. Tudo isto, assim, sintetizável na fórmula que vê que em ambos os casos “o *novo* paga alto tributo ao *velho*”. Neste sentido, pode-se afirmar que – até aqui – Chasin segue a mesma linha argumentativa daqueles autores já mencionados, que buscaram compreender o caso brasileiro a partir do paradigma prussiano. Ao estabelecer estes caracteres gerais como abstrações possíveis, o autor, porém, já começa a demarcar-se, buscando superar aquela conceituação *provisória* do caso brasileiro enquanto uma “via prussiana”.

É que para Chasin, “o *caminho prussiano*, na totalidade concreta do processo real alemão, se põe de modo distinto daquele em que se põe na totalidade concreta do processo real brasileiro” (id. p. 627). Ora, na medida em que se compreenda a totalidade como uma síntese de várias determinações, não seria possível reproduzir aquela conceituação – surgida de uma totalidade distinta – para conceituar o processo da formação da *totalidade específica* da nossa Formação Social. Objetivamente, se os casos prussiano e brasileiro *compartilham aspectos que os diferenciam dos casos clássicos, isso não deve levar a sua identificação*, dado que isto implicaria em ignorar as determinações particulares das duas realidades históricas.

Aqui, acredita-se que cabe realizar um pequeno desvio de curso de modo a esclarecer a compreensão chasiniana das *particularidades*. Para tanto, aqui, recupera-se a discussão realizada por Chasin em “A “politicização” da totalidade: oposição e discurso econômico”, de 1977. O autor afirmará aqui que, quando analisado o debate a propósito da apreensão da objetivação do capitalismo no Brasil – debate este que, reconhece, já tem algum histórico e que contou com aproximações importantes para tal compreensão – é possível identificar duas ordens de incorreções:

De uma parte, o insatisfatório entendimento do que venha a ser o *caráter universal* do fenômeno capitalista conduziu a refletir simplesmente com atributos e leis genéricas, e a “constatar” a *ocorrência necessária* destes a qualquer custo, no interior das fronteiras nacionais. [...] De outra parte, uma forma de incorreção mais recente tem hiperacentuado as singularidades, mas, tomando-as simplesmente como dados empíricos, isto é, despojadas por interior de qualquer espessura ontológica [...], faz com que a universalidade concreta seja completamente diluída. (CHASIN, 2000, p. 12)

A estas duas compreensões equivocadas, Chasin responde com a recuperação da categoria lukacsiana de particularidade, a função mediadora presente entre o universal e o singular. É a partir da questão dos particulares – que, observa Chasin, já se encontrava

presente em Marx –, que o autor formula aquele que considera ser o problema principal para a compreensão do processo histórico da nossa Formação Social:

Diga-se, então, sem mais, que o problema fundamental de colher, à maneira dialética, a entificação do capitalismo no Brasil diz respeito à questão dos *particulares*, ou, realçando a dimensão ontológica, à verificação de que há modos e estágios de ser, no ser e ir sendo capitalismo, que não desmentem a universalidade de sua *anatomia*, mas que a realizam através de objetivações específicas. (id., p. 13)

É, a partir da determinação das particularidades, portanto, que se pode alcançar uma compreensão efetiva do processo real. O estudo, assim, da particularidade do caminho prussiano deve ser entendida, então, como *referencial exemplar*, fonte apropriada de sugestões para a compreensão do caminho histórico concreto seguido pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Sua utilidade é a de orientar a apreensão do caso brasileiro – e não o de transformar aproximações em uma nova subtração das particularidades em torno de um modelo.

Retomando, assim, a análise do *Integralismo*, se vê como o filósofo paulista dedica-se, então, ao *estabelecimento destas particularidades*, pondo em causa aqueles predicados abstratos que enunciavam a similaridade entre os casos. É, assim, que diferencia, primeiramente, o papel decisivo da grande propriedade rural, ao estabelecer que;

“no caso alemão, se está indicando uma grande propriedade rural proveniente da característica propriedade feudal posta no quadro europeu, enquanto no Brasil se aponta para um latifúndio procedente de outra gênese histórica, posto, desde suas formas originárias, no universo da economia mercantil pela empresa colonial.” (id., p. 628)

Deter-se-á um pouco sobre esta afirmação, pois se acredita já estar aqui inserida um dos pontos de polêmica entre os autores que serão recuperados no debate do capítulo final. Afinal, ao diferenciar a grande propriedade rural tal como ela se concretiza nas formações sociais alemã e brasileira – e, quanto a isso, não há polêmica do autor com outros estudiosos que se utilizaram do paradigma prussiano, pois que nenhum deles afirmou a plena identidade do *junker* prussiano com o grande latifundiário brasileiro.

Chasin também se imiscuirá, sem um maior detalhamento, no debate a propósito da Formação Social Brasileira em seu período *pré-capitalista*. Primeiramente, ao negar a possibilidade de compreensão da grande propriedade rural enquanto *elemento feudal*, Chasin se posiciona claramente contra a “abordagem clássica” da Formação Social Brasileira dentro do campo marxista – e que fora hegemônica até o Golpe de 1964 –, a qual entendia a

necessidade de eliminação dos resquícios feudais enquanto elemento determinante da estratégia política para as transformações revolucionárias no País.

Mas, se esta crítica já estava relativamente difundida, no momento da elaboração de sua obra, é o segundo elemento que chama a atenção, quando afirma que o latifúndio estaria “posto, desde suas formas originárias, no universo da economia mercantil pela empresa colonial”. Nesta assertiva, pode-se ver a influência do pensamento de Caio Prado Júnior na elaboração de Chasin. Já foi feita menção, na breve biografia do filósofo paulista, a esta influência do historiador marxista sobre seu pensamento. Foi Caio Prado que, em polêmica histórica, já havia lançado a tese que compreendia o latifúndio como expressão do *capitalismo* na dinâmica colonial – ainda que, não de um capitalismo acabado. Chasin retoma este raciocínio e o complexifica, a partir das determinações da *via colonial*, conforme será visto a seguir.

Outra daquelas aproximações com o processo alemão – a ideia do desenvolvimento retardatário das forças produtivas –, também, será aqui diferenciada, a partir da determinação das particularidades deste fenômeno, no caso brasileiro. Retorne-se ao texto de Chasin:

Em ambos os casos o desenvolvimento é lento e retardatário em relação aos *casos clássicos*. Mas enquanto, a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge, no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão, a ponto da Alemanha alcançar a configuração imperialista, no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o “*verdadeiro capitalismo*” alemão é *tardio*, enquanto o brasileiro é *hipertardio*. (id. p. 628)

O autor busca, assim, mais uma vez, saturar de determinações uma característica tomada de modo abstrato, deste modo alcançando a compreensão quanto às diferenças dos casos alemão e brasileiro. Ora, se é certo que o desenvolvimento industrial brasileiro e alemão são tardios, seu lugar no sistema econômico mundial são evidentemente diferentes: a Alemanha, ao resolver seu problema da unidade nacional, inseriu-se no circuito imperialista, alcançando grande desenvolvimento (não se entrará, neste momento, nas consequências desta entrada tardia); já o Brasil insere-se de modo subordinado, periférico, no circuito da ordem do capital, sendo sua condição *colonial* determinante para os resultados advindos desta inserção. Deste modo, o desenvolvimento brasileiro é incapaz de alcançar o mesmo nível dos países centrais, daí derivando a categoria de *capitalismo hipertardio*, que Chasin empregará, também, para outros países latino-americanos.

Estabelecidas, portanto, as diferenças entre o caminho prussiano e as determinações do processo histórico brasileiro, Chasin sugere, então, a utilização de uma nova categoria, que leve em conta estas determinações na conformação da totalidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. É neste contexto que surge a denominação *via colonial*.

Conclusivamente: de um lado, pois, firmemente estabelecido, temos o *caminho prussiano*; a seu lado, sem que confirmamos demasiada importância aos nomes, fique, sem pretensões, a sugestão designativa de *via ou caminho colonial*. Expressão conveniente que tem, nos parece, a propriedade de combinar a dimensão histórico-genética com a legalidade dialética. (id. p. 628-629)

Esta diferenciação permite ao autor, assim, estabelecer, também, o fundamento da diferenciação por ele estabelecida entre “fascismo” e “integralismo”. Dito de outra forma: dada a Formação Social Brasileira, *que se aproxima mas não reproduz o caminho prussiano*, não é possível identificar o fascismo e o integralismo; suas diferenças respondem as diferenças de uma ideologia surgida no contexto de um elo da cadeia imperialista e uma outra ideologia surgida em uma País de origem colonial.

Se já ficou demonstrada a diferenciação que o levou a estabelecer a categoria de *via colonial*, cabe reafirmar que a análise de Chasin não implica em uma particularização relativizante, na qual fosse impossível a aproximação de alguns traços de análise. De fato, o autor estabelece casos que considera efetivamente aproximáveis às duas vias, conectando tal questão com o processo de industrialização – que, para ele, significa o “verdadeiro capitalismo”. Veja-se:

Como vimos, as formas particulares *não clássicas* de objetivação do capitalismo revelam-se, em ponto essencial, precisamente em relação ao processo de industrialização. [...]

Basta certa indicação de P. Singer, muito feliz em sua expressão sintética, para demarcar suficientemente o quadro de *industrialização retardatária* que desejamos fortemente acentuar; para tanto, simplesmente transcrevemos, chamando especial atenção para as épocas assinaladas: “... entre 1868 e 1870, se dá a unificação da Itália e da Alemanha, o que cria condições propícias à rápida industrialização destes países; em 1867 se dá a Revolução Meiji, que tem as mesmas consequências para o Japão”. Considerando que são precisamente as últimas décadas do século XIX que marcam a arrancada imperialista, e que a Revolução Industrial na Inglaterra é do último quartel do século XVIII, está bem grifado o *capitalismo tardio* de tais países. (id., p. 630)

Aqui fica demarcada qual a compreensão de Chasin quanto aos casos sobre os quais é possível utilizar-se a formulação de *via prussiana*, sem que haja prejuízo da análise. Em que pese as diferenças presentes entre o processo histórico dos países elencados (e que o caso alemão funciona aqui não mais que como caso “polar” de processos similares), a questão se

encontra diante de processos que, a partir de problemáticas similares – nomeadamente, o problema da unidade nacional e o papel da grande propriedade. Sua *resolução, também, se dará de modo similar*, a partir de processos de revolução “pelo alto” – e aqui, Chasin emparenta a análise da via prussiana com a análise do desenvolvimento capitalista do Japão na era Meiji por Barrington Moore; bem como cita, também, a *revolução passiva* de Gramsci enquanto expressão do mesmo processo.

Problemáticas similares, resoluções similares – e, ato contínuo, *consequências similares*: “Seja como for, nos três casos, estamos diante de objetivações capitalistas tardias, e que não são acompanhadas pelo progresso social que marca os casos clássicos, mas que atingem o estágio imperialista no alvorecer do século XX ou muito pouco depois” (id., p. 633).

Pode-se, então, compreender porque, na sequência do processo de emergência do “verdadeiro capitalismo” nestes países e diante dos dilemas postos pela sua inserção tardia na disputa entre potências imperialistas, em todos eles pode-se observar a ocorrência de fenômenos semelhantes – os processos de *fascistização*, agora entendidos na totalidade de suas determinações, extirpado, assim, o problema do fascismo de generalizações abstratas e de sociologismos restritos a análise dos fenômenos políticos. Chasin chega, então, a sua definição do fenômeno – definição esta que *exclui*, em sua particularidade, a sua associação com o problema central de estudo do filósofo paulista, o integralismo. Apesar dada longa citação, acredita-se que o recurso a seu texto servirá para dissipar quaisquer dúvidas que ainda se coloquem a propósito desta construção teórica:

A deficiência mais frequente que se verifica, nos tratamentos analíticos que geralmente têm sido dispensados ao problema do *fascismo*, é precisamente o descaso comprometedor com as formas particulares de objetivação do capitalismo. Consequentemente a concreção particular é desprezada, tomando lugar a universalização abstrata, que propende a *crescer*, sempre ideologicamente.

De nossa parte, no que ficou para trás, procuramos configurar, num volteio mais ou menos longo, ainda que esquemático, o contorno precisamente de um processo particular. E é ele exatamente que nos permite compreender o fascismo enquanto *totalidade*. Não apenas, portanto, no raquitismo de uma abstração *politológica*, ou numa também abstrata lei geral *economicista*.

Neste diapasão, é realmente verdadeira a conexão orgânica entre grande indústria, capital financeiro e fascismo. Mas não é verdadeira em geral, mas na particularidade do *capitalismo tardio*, quando *casos*, que assim se objetivaram, emergem, na fase imperialista, na condição de *elos débeis* da cadeia imperialista. (id. p. 635-636)

Para além de servir de base para sua crítica da ideologia pliniana, a enunciação da peculiaridade do fascismo na compreensão de Chasin serve para que ele se abstenha de utilizar tal categoria fora daqueles parâmetros determinados pela *via prussiana*. É, assim, que

se pode compreender, portanto, porque Chasin e seus discípulos não se utilizam da conceituação de fascismo quando tratam de fenômenos político sociais da História Brasileira enquanto outros o fizeram – nomeadamente, no trato do Estado Novo e do regime instaurado no Pós-1964. Note-se que, aqui, não será realizado qualquer juízo de valor a propósito da adequação de tais análises, dado que o objetivo neste momento é o de estabelecer a compreensão que Chasin tem do fenômeno. No entanto, sem a compreensão deste constructo teórico, não seria possível compreender tanto as críticas que Chasin e seu grupo dirigiram àqueles que se utilizaram da conceituação de fascismo como, também, bloqueia a possibilidade de realizar a crítica da compreensão por eles elaborada.

Mas afinal – onde entra aí o caso brasileiro? Ora, conformada a objetivação do capitalismo a partir das determinações da *via colonial*, esteve ausente aqui qualquer período de ilusões democráticas e humanistas⁹⁰. A burguesia, nestes pagos, sempre encaminhou a resolução dos problemas derivados do trânsito ao capitalismo por meio da conciliação com as antigas classes dominantes, eliminando a participação das massas populares. Tal como nos países onde se identifica a *via prussiana* – Alemanha, Itália –, jamais se conheceu, aqui, a revolução democrática burguesa. Ora, mas porque, então, não se compartilha o mesmo destino daquelas formações sociais onde operou-se o caminho prussiano?

Para responder a este questionamento, Chasin localiza a que ponto encontrava-se a objetivação do “verdadeiro capitalismo” – o processo de industrialização – quando, nos anos 1920/1930, Itália e Alemanha já se encontravam na condição de elos débeis da *cadeia imperialista*. Assim, chega-se à conclusão de que a Formação Social Brasileira não se encontrava de modo algum próxima ao desenvolvimento daqueles processos. A industrialização ainda andava a passo lento, travada pela decadente ordem agroexportadora – e sua vinculação externa, subordinada ao imperialismo (especialmente o inglês) acabaria por oferecer uma base insuficiente para sua expansão. Enfatizando a estreiteza e desfavorabilidade de condições apresentadas pela conjuntura econômica nacional, Chasin aponta – recuperando as análises de Caio Prado Júnior e de Francisco de Oliveira⁹¹ – que a dependência do financiamento externo acabava por conformar um círculo vicioso, pelo qual a economia agroexportadora não conseguia romper com sua auto-reprodução. Desta feita que, aqui, se alcança a compreensão do que o filósofo paulista classificara como sendo um processo de industrialização “hiper-tardia”:

⁹⁰ A referência aqui é ao período revolucionário da burguesia europeia pré-1848. Para uma análise mais detida, v. LUKÁCS, 1968.

⁹¹ Francisco de Oliveira, o “Chico Oliveira”, é professor aposentado da USP.

É, pois, sob tais circunstâncias, profundamente retardadoras e retardatárias, configurantes do capitalismo hiper-tardio brasileiro, que se põe a industrialização, à época que nos ocupa, de tal forma que “A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial” [...]

É o que fundamentalmente nos compete estabelecer, no âmbito das necessidades do nosso trabalho: a presença concreta, sim, porém incipiente e ultra-retardatária dos primeiros momentos significativos da objetivação do “verdadeiro capitalismo” no Brasil (id., p. 642)

Estabelecidas as diferenças entre a base econômica, de estágio de objetivação do “verdadeiro capitalismo”, entre as formações sociais que serviram de base para a análise dos fenômenos do fascismo e do integralismo – e, também, para a determinação dos traços essenciais da *via prussiana* e da *via colonial* –, não poderia ser outra a conclusão de nosso autor:

Tal a disparidade do estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, em face daqueles países, que quaisquer *igualizações* ou *identificações*, além de impossíveis, são verdadeiramente uma brutalidade teórica. [...] A absurdidade de equiparar *politologicamente*, de algum modo e até mesmo com algumas cautelas, o Brasil, a Alemanha e a Itália das primeiras décadas do século, salta à vista, quando se considera que, em última análise, o que se está equiparando são *elos débeis da cadeia imperialista*, portanto fenômenos do capitalismo altamente avançado, entidades da *fase superior* do capitalismo, com uma formação que integra precisamente as áreas da disputa imperialista, faz parte justamente do território colonial que os *elos débeis* forçam por ver redistribuído. E que, no caso brasileiro, mal principia a objetivar os débeis passos iniciais do *estrito* modo de produção capitalista. E o *atraso* de tal objetivação, se no caso alemão e também no italiano se marca não só em comparação com os casos clássicos mas também pelo fato da industrialização destes países ter principiado posteriormente às primeiras lutas do proletariado, no caso brasileiro se grifa obviamente em relação aos casos clássicos, também em relação às objetivações do *capitalismo tardio*, e ainda pela consideração de que a crítica teórica e prática do proletariado, quando o Brasil inicia sua caminhada estritamente capitalista, já está inclusive consubstanciada pela detenção do poder em um dado país. (id., p. 643)

Cre-se, assim, ter exaurido as determinações da *via colonial* apresentadas no *Integralismo*, bem como se pode compreender a conexão deste debate com seu estudo do fenômeno integralista. Há, no entanto, uma dimensão desta apreensão que não se encontra presente no texto de 1977, mas que será determinante para a compreensão do pensamento posterior de Chasin: refere-se, aqui, à *finitude da via colonial*. Para compreender como este devir histórico se concretizou, precisa-se, porém, aqui, recuperar e avançar para as intervenções mais propriamente “políticas” do autor.

4.3 A BURGUESIA E A VIA COLONIAL: “CAUDATÁRIA E ANTIDEMOCRÁTICA”

Avançando no estudo da obra de Chasin, pode-se ir progressivamente capturando as determinações com as quais vai saturando sua análise inicial a respeito das bases da “via colonial”. É assim, por exemplo, que se pode ver como o autor captura alguns dos traços da *burguesia colonial* em “Conquistar a democracia pela base” (2000b); o texto, escrito em 1977, parte já da elaboração teórica apresentada no *Integralismo*, e a propósito de um tema aparentemente não-correlato; afinal, trata-se de um texto de intervenção política, escrito no calor da luta então crescente pelas liberdades democráticas. Como já assinalado anteriormente, Chasin tem uma concepção problemática perante esta pauta – para ele, concentrar a luta apenas no seu aspecto político formal significava sua esterilização, na medida em que apenas a ruptura do modelo econômico permitiria a efetiva alavancagem de transformações sociais no País. É, assim, que suas intervenções defendem o primado do debate econômico, tal como se poderá estabelecer durante esta seção.

Ora, como define então o autor, a burguesia que se forja na *via colonial*? Para Chasin, é importante notar preliminarmente que a intercalação entre “ditaduras” e “milagres” não é novidade na História Nacional – de fato, tal ciclo é endêmico à *via colonial*. Tal demarcação serve a Chasin para já problematizar uma primeira questão, a saber: trata-se, naquele momento histórico de *conquistar* a democracia, e não de reconquistá-la, “visto que, até hoje, em termos concretos não se a conhece de forma duradoura e real, nem mesmo nos limites mais acanhado do que se entende por democracia burguesa” (2000b, p. 60). Esta compreensão seria importante para evitar a disseminação de ilusões quanto ao caráter democrático de nossa burguesia – se luta por “liberdades democráticas”, seu objetivo central é o de liberdade econômica, de *excluir a intervenção estatal no domínio econômico*, estando as liberdades políticas relegadas a segundo plano. Seus protestos contra os efeitos do “milagre” – que, como Chasin já afirmara, são elemento estruturante da dinâmica econômica da via colonial – estão circunscritos aos impactos que o fim do ciclo expansivo opera sobre seus lucros. Afinal, a *organização da produção* – questão central a ser compreendida pelo autor – estruturada pelo “milagre” responde objetivamente aos interesses desta *burguesia colonial*, como pode-se perceber a seguir:

A organização da produção foi sistematizada sobre dois eixos básicos, indissolúveis em sua complementaridade orgânica: a produção de bens de consumo duráveis para absorção de uma fatia privilegiada do mercado interno e o, assim chamado, esforço exportador, que, mantendo a tradicional dimensão exportadora da economia

brasileira, baseada em bens primários, a ela buscou agregar uma componente de bens manufaturados.

Da conjugação dessas duas linhas produtivas é que se desenhou, pelo prazo de alguns anos, o “milagre”. Não sendo mais do que uma expressão complexificada e sofisticada da estrutura de caráter colonial ou neocolonial da economia brasileira. Por outros termos, a economia do país realiza-se e está voltada, como subordinada, para os interesses e determinações das economias centrais que a imperializam. As necessidades internas, as carências nacionais, particularmente as das vastas camadas trabalhadoras das cidades e dos campos, ficam relegadas a planos infinitamente secundários, desatendidas, mesmo em suas necessidades primárias. Numa palavra, amplas camadas populares são inteiramente sacrificadas, coagidas a níveis baixíssimos de subsistência, e sobre este sacrifício e por causa dele realiza-se a acumulação capitalista, atendendo à dinâmica do capital monopolista, particularmente o estrangeiro. (id., p. 69)

Note-se, aqui, que a objetivação do capitalismo por meio da via colonial tem, para o autor, uma consequência intrinsecamente perversa: na medida em que mantém a subordinação econômica, a lógica voltada para o exterior que impede o desenvolvimento “autônomo” nacional. Toma-se, aqui, cuidado com tal expressão – já que, diferente daqueles autores próximos a matriz clássica pecebista, Chasin não nutriu a possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo como projeto/possibilidade política. Sua negação desta possibilidade deriva de sua própria compreensão do modelo econômico implantado: “centrado nos bens de consumo duráveis, capitaneado por empresas monopólicas majoritariamente estrangeiras, e complementado pelo “esforço exportador”, basicamente de produtos agrários” (COTRIM, 2000, p. VI), tal modelo seria incapaz de produzir qualquer distribuição de renda para as classes trabalhadoras que pudesse romper com a miserabilização das massas imposta pelo desenvolvimento retardatário da industrialização nacional.

Há, ainda, outra colocação importante de Chasin nesta passagem – sua afirmação de que o modelo econômico do milagre estaria fundado sobre a *superexploração* das camadas populares. Ora, se é certo que o ciclo expansivo do “milagre” teve como um dos seus elementos centrais o rebaixamento da massa salarial e o aumento da exploração do trabalho, se pode notar, aqui, matizes que colocam tal análise em quadrante diferente daquela que já visto anteriormente no decorrer deste trabalho, que entendida o modelo econômico pós-1964 como uma manifestação no nosso País da emersão do CME. Buscar-se-á retomar este tema na problematização do capítulo seguinte, porém, desde já, se quer assinalar que a própria compreensão diferenciada quanto ao papel e a “autonomia relativa” do Estado que já observado anteriormente, também influem na apreensão/oposição dos autores frente à teoria do CME.

Compreendidos, assim, os limites da oposição burguesa e as questões estruturais postas pela crise da Ditadura, Chasin extrai daí dois lineamentos básicos para a ação política

em oposição a esta: em primeiro lugar, a luta contra o achatamento da massa salarial, luta esta capaz de unir os diferentes segmentos da classe trabalhadora, em torno de uma pauta que obstaculiza a reprodução do modelo econômico vigente; em segundo lugar, numa perspectiva de longo prazo, a luta pela quebra deste modelo, quebra esta que – ao reverter a desnacionalização da economia nacional – seria capaz de por em questão, também, a ordem que fora equacionada por tal modelo. Não se trataria, assim, de uma ruptura imediata com a ordem do capital, mas sim de uma ruptura de sua *via colonial* de objetivação: ruptura esta que se dá, essencial e fundamentalmente, no *campo econômico*. Neste sentido, Chasin *subordina* a equação dessa questão à luta pelas liberdades democráticas – a seu ver, a luta política desvinculada do questionamento econômico apenas conduziria a classe operária a servir de esteio para uma autorreforma do regime ditatorial, que alterasse sua forma política sem que rompesse com seu modelo econômico. Dito de outra forma: aceitar a desvinculação da luta pelas liberdades políticas da luta pela mudança do modelo econômico implicava em aceitar o trânsito da autocracia burguesa de sua forma *ditatorial* para sua forma *democrático-formal* – o que só interessaria aos próprios agentes dessa ordem.

Cabe observar que a crítica ao privilégio da dimensão política na luta antiditatorial não é inédita na obra chasiniana. Antes do texto agora discutido, Chasin já dedicara um ensaio no qual visava exatamente acentuar esta crítica – trata-se, aqui, ao texto “A “politização” da totalidade: oposição e discurso econômico”. Neste, o autor realiza um elogio às propostas então recém-lançadas pelo senador Saturnino Braga (MDB/RJ)⁹², enquanto lineamentos de um programa econômico oposicionista, apontando seus limites, porém reconhecendo nesta iniciativa a preocupação – coerente com o ideário chasiniano – de trazer o modelo econômico para o centro do debate. Ato contínuo, Chasin formulará neste texto a crítica do que considera ser a *politicização* do discurso oposicionista: ao isolar o político de suas determinações, acentuando-o em detrimento da compreensão da totalidade social que o engendra, *o discurso politicista acabaria por despolitizar* a oposição. Dito de outra forma, “A autonomização do político e sua conseqüente hiperacentuação é, de fato, seu esvaziamento numa entidade abstrata, a perda de sua concretude, e decorrentemente de sua potência e eficácia.” (2000a, p. 9). Expressão deste fenômeno seria, exatamente, a carência de debates a propósito de um

⁹² Roberto Saturnino Braga foi senador e deputado federal pelo Rio de Janeiro. Filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) no pré-1964, filiou-se e foi eleito pelo MDB nas eleições de 1974. Político de filiação nacionalista, com o fim do bipartidarismo migrou para o PDT, pelo qual se elegeu de prefeito da capital. Migraria novamente para o PSB em 1988 e finalmente para o PT, em 1999. Em 2006, aposentou-se da vida pública.

programa econômico oposicionista, que teria enfermado os segmentos que se opunham ao regime implantado com o Golpe de abril.

Pode-se notar que os delineamentos da proposta chasiniana, aqui postos, chocam-se com muito da elaboração produzida pelos segmentos oposicionistas na luta contra o regime instaurado em abril de 1964 – em especial, numa conjuntura na qual a interpretação da necessidade de uma *ampla frente democrática* enquanto método de luta contra a Ditadura havia se tornado hegemônica (ainda que nem todos os setores políticos tivessem desta o mesmo entendimento). É importante notar, também, que, através deste artigo, Chasin não deixa de debater com a posição pecebista – diálogo este ao qual já foi feita rápida menção durante o curto excerto biográfico⁹³.

Sem alongar demasiadamente nesta observação, se quer apenas assinalar como a linha exarada do raciocínio chasiniano traz, neste momento, pontos de contato com a linha que passa a ser pugnada por Prestes dentro do Comitê Central (CC) do PCB – aquela que subordina à luta pelas liberdades democráticas à luta pela quebra do modelo econômico. A base teórica da qual se alcança este entendimento, porém, é bastante diversa: partindo do que já foi estabelecido anteriormente, lembra-se que Prestes e seu grupo defendem tal linha a partir da interpretação da economia nacional, enquanto uma manifestação de um CME estruturalmente fascista – do qual, portanto, a quebra implicava, também, por na ordem do dia a transição socialista. Chasin, por sua vez, interpreta a situação econômica nacional a partir do prisma de sua teoria da *via colonial*, na qual o modelo implantado pela Ditadura não era mais que uma manifestação deste processo em sua faceta bonapartista. Deste modo, sua quebra implicava em reverter a via colonial de objetivação do capitalismo – passo necessário, porém não idêntico ao da ruptura com a ordem do capital.

Retorne-se, assim, a questão anterior – a compreensão da particularidade da burguesia resultante da via colonial. Ora, tendo por base aquela articulação socioeconômica, não é apenas o modo e produção capitalista que se singulariza por sua debilidade em nosso País – debilidade esta que se explica pela *entificação histórica hiper-tardia do capital industrial, que Chasin ainda via como incompleta nos anos 1970*. Também a própria burguesia

⁹³ De fato, seus biógrafos assinalam que este texto tinha como um de seus objetivos o seu debate no interior do Partido: “Chasin publica na *Temas* um texto que tinha escrito para ser lido e debatido no interior do Partidão, cujo título é “Conquistar a Democracia pela Base”. Foi publicado na *Temas*, mas antes esse artigo circulou e foi discutido exatamente porque é um artigo em que sintetiza as suas formulações e críticas, e essa proposta deveria ser disseminada para ser tematizada junto às esquerdas, para que esta não focasse simplesmente a reboque de uma plataforma, ou de uma palavra de ordem, simplesmente liberal, que era a das liberdades democráticas. Assim, inserir nessa plataforma a questão econômica do ponto de vista do *trabalho*.” (ASSUNÇÃO ASSUNÇÃO e SARTORIO, 2008, p. 263)

caracteriza-se por sua debilidade, sendo incapaz não só de cumprir o seu dever histórico no campo político – a partir da consecução das tarefas clássicas da revolução democrático-burguesa – mas, também, incapaz de cumpri-lo ao campo de suas tarefas *econômicas*. Legatária da subordinação estrutural da economia colonial ao imperialismo, *não* é capaz de afirmar efetivamente sua *autonomia econômica*.

De fato, Chasin afirmará que esta debilidade estrutural – debilidade que se explica a partir da fragilidade das bases de objetivação do “verdadeiro capitalismo” no Brasil – é a determinação a partir da qual pode-se compreender a presença permanente do Estado na economia, bem como a presença do capital estrangeiro integrado ao circuito deste desenvolvimento. Sem mais rodeios, será lançada mão da formulação de Chasin presentes no ensaio de 1977:

Sequente à economia agroexportadora que não teve a gentileza de lhe legar o enxoval das bases capitalistas para a industrialização, mas a fez herdeira do contrapeso latifundiário que, mesmo sob as “melhores” condições, sempre lhe reduziu o fôlego, a burguesia industrial brasileira teve que se contentar com fatias de *reinado* no colegiado dos pactos, e acumular sob a proteção do estado e o olho guloso do capital estrangeiro. [...]

De sorte que a presença do estado na economia, bem como a detenção do poder em forçosa companhia, é da essência mesmo do capitalismo no Brasil desde as ocorrências da década dos 30. Se a isto se agrega a presença do capital estrangeiro os contornos principais estão traçados. De fato, parece que à medida que pela *via colonial* se avança na objetivação do “verdadeiro capitalismo”, tanto menos a classes classicamente por ele responsável em cada fronteira nacional é capaz de reproduzir seus atributos universais, a ponto de não realizar, ao contrário das burguesias simplesmente tardias, nem mesmo seus precípuos deveres econômicos. (2000a, p. 35)

Chega-se, aqui, finalmente, a reiteração daquele outro traço estrutural da burguesia derivada da via colonial, ao qual já foi feita referência anterior, mas que, aqui aparece como uma determinação complexa: seu caráter *antidemocrático*. Cabe assinalar que Chasin, ao realizar a crítica do que se poderia convencionar de programa “politicista”, afirma que o modelo econômico não está completamente exaurido – de fato, a via colonial ainda seria capaz de alcançar a plena objetivação do “capitalismo verdadeiro”, porém ao custo da reprodução ampliada de seus vícios. Dito de outra forma, o processo de “modernização” poderia prosseguir a partir de sua modalidade “prussiana”, o que implicaria na continuidade da *negação da democracia*.

Há, aqui, uma inflexão importante – afinal, já demonstrado anteriormente, que a compreensão chasiniana de democracia está distante da compreensão posta, por exemplo, pelos teóricos do “eurocomunismo”, dado que o pensador paulista nega aquela concepção de

autonomia relativa do Estado. Assim, por o problema da democracia naquela conjuntura só faria sentido se conectado ao seu *fundamento estrutural* – daí sua reiterada atenção ao problema do programa econômico das oposições. Dito de outra forma, Chasin entende que a luta pela democracia só pode ser uma luta pela destruição dos fundamentos econômicos da via colonial e a colocação de novos fundamentos sobre os quais se produza a objetivação plena do “verdadeiro capitalismo” – pois que na *via colonial*, mesmo os mecanismos democrático-formais são problemáticos para sua burguesia caudatária e antidemocrática, e só podem ser conquistados a partir da intervenção das classes trabalhadoras.

[...] tudo leva a indicar que, nos países que foram historicamente levados a atravessar a *via colonial* do capitalismo, até mesmo os mais formais dos valores da democracia política são devidos, fundamentalmente, quando em forma minimamente real e estável, à perspectiva e à ação do trabalho. [...] são absolutamente incompatíveis o regime do arrocho salarial e a democracia, mesmo tomada esta em seus limites os mais puramente formais. Razão porque, na luta pela democracia, é imperativo a formulação e a condução à vitória de um programa econômico alternativo que liquide o arrocho e oriente no sentido da destruição, pela raiz, das condições de seu ressurgimento, o que significa a demolição progressiva das bases do “*prussianismo*”-colonial, que caracteriza estruturalmente a sociedade brasileira. (2000b. p. 75)

Note-se, aqui, que as ideias de Chasin quanto ao caráter da burguesia brasileira parecem muito próximas daquelas defendidas por Florestan Fernandes⁹⁴: uma burguesia incapaz de afirmar sua autonomia econômica e, por conseguinte, incapaz, também, de se pôr a frente de um projeto nacional, não é capaz de dominar de forma efetivamente democrática. O ciclo de “ditaduras” e regimes “democrático-formais” não deixam de ter a mesma essência: o exercício autocrático do poder político por parte da burguesia. Ato contínuo, não deve surpreender o fato de ambos os pensadores não depositarem quaisquer esperanças sobre o regime que nasce após a “redemocratização”, vendo neste o *triumfo do projeto de autorreforma* do regime anterior. Buscar-se-á retornar a este ponto no capítulo conclusivo.

4.4 DA CRÍTICA AO “POLITICISMO” AO ENCERRAMENTO DA VIA COLONIAL

Nestas últimas linhas dedicadas ao estudo da “via colonial” em Chasin, parece necessário apontar dois aspectos sem os quais a problematização, aqui apresentada, poderia ser prejudicada: em linhas gerais, como a crítica do “politicismo” por Chasin – a qual já foi feita menção – evolui para uma crítica geral da política; e como a *via colonial* de objetivação

⁹⁴ v. FERNANDES, 1975.

do capitalismo encontra seu desenlace na entrada dos anos 1990. Não se dispõe aqui do espaço necessário para realizar uma crítica aprofundada de tais aspectos – já que, para tal, precisar-se-ia aprofundar sobre a concepção política chasiniana e, em especial, interpelar sua leitura de Marx. Dados, no entanto, os grandes lineamentos já apontados durante no excuro sobre a formulação da via colonial, acredita-se poder tecer algumas observações que permitirão apontar elementos problemáticos a serem retomados no capítulo seguinte ou, de modo mais exaustivo, em pesquisas posteriores.

Se nos textos produzidos durante os anos 1970, Chasin aponta críticas à atuação oposicionista, defendendo a necessidade da readequação de sua atuação a partir da perspectiva do *trabalho* – o que, a seu ver, apenas pode-se dar colocando o problema da organização econômica no centro desta atuação – os anos 1980 começam a demonstrar um pessimismo crescente da perspectiva do filósofo paulista. De fato, o autor vê as oposições como tendo caído na “armadilha do politicismo”, o que acabaria por levar à derrota a possibilidade de ruptura com a *via colonial*; e, nesta derrota, confere responsabilidade maior aos atores políticos da oposição – suas organizações partidárias e lideranças, incapazes que foram de superar o politicismo posto pela ordem burguesa.

O movimento espontâneo das massas trabalhadoras, que se verificou entre 78 e 80, ameaçou inflectir o percurso, negando o *politicismo* e abrindo caminho para a *política*, para o historicamente *novo*. Nisto se mostrou, como por vezes ocorre nas lutas sociais, à frente dos partidos políticos, mas seus esforços foram baldados. Entre a *política* e o *politicismo* prevaleceu, lastimavelmente, o segundo, o historicamente *velho*, por iniciativa do sistema e pelo concurso das oposições partidárias. Predominando o velho *politicismo*, a travessia, partindo do *bonapartismo*, desemboca, sem alternativa, na *institucionalização da autocracia burguesa*. (2000d, p. 127)

A perspectiva, já aqui – o trecho acima é de 1982 – é de derrota. Derrota não pela falta do movimento da classe trabalhadora, que se levantara em fins dos anos 1970, pondo em causa o modelo econômico. Mas, sim, uma derrota motivada pela compreensão equivocada dos agentes políticos, incapazes, assim, de canalizar e potencializar aquelas energias postas pelo movimento de massas. Desta crítica não poupa a nenhum setor das esquerdas – desde os setores “tradicionais”, apegados, a seu ver, a uma compreensão equivocada da realidade nacional e do arcabouço teórico marxista; até a “nova esquerda”, nomeadamente o PT, que teria em sua breve História sido responsável por reduzir aquele promissor movimento de massas a mais uma manifestação do politicismo reinante. Quanto às consequências deste processo, já mencionado anteriormente – próximo a Florestan Fernandes, Chasin afirmará que

esta derrota abria espaço para a manutenção da autocracia burguesa sob roupagem “democrática”.

Em 1989, Chasin publicou “A sucessão na crise e a crise na esquerda”. Boa parte do texto – e seu motivador, em primeiro lugar – foi dedicada à crítica das alternativas então colocadas “na esquerda” durante o processo eleitoral daquele ano, no qual se decidia a sucessão presidencial: nomeadamente, as candidaturas de Luís Inácio Lula da Silva⁹⁵, pelo PT; de Leonel Brizola⁹⁶, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT); de Roberto Freire⁹⁷, pelo PCB; e de Mário Covas⁹⁸, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Não será alongada, aqui, na recuperação destas críticas, dado que não se relacionam diretamente com o objeto desta dissertação. Cabe notar, porém, que Chasin tecerá uma avaliação ácida, pautada sempre pelo parâmetro de sua concepção do *politicismo*; e que, ao fim e ao cabo, acaba por defender a opção por Brizola, por ele visto como a candidatura que mais próxima esteve de colocar no centro de suas preocupações o questionamento do poder econômico vigente, além de pregar a necessidade de união, já no primeiro turno, de todos os candidatos deste pólo do espectro ideológico (2000f).

São, porém, duas afirmações contidas neste artigo que devem merecer a atenção agora, pois que compõe o quadro no qual se dará o encerramento da *via colonial*. Em primeiro lugar, Chasin considera que a crise brasileira insere-se em um contexto mundial, no qual observa-se a crise nos dois *subsistemas do capital* – o capitalismo, que atravessava uma nova crise de superprodução no âmbito de sua crise estrutural; e o espaço planetário *pós-capitalista*, em sua crise terminal. Interessa, aqui, não a análise detida que Chasin faz desta crise em sua ótica, mas sim o fato de afirmar ser aquele espaço um *subsistema da ordem do capital* – o que importa um juízo negativo, que renega àquelas experiências enquanto tentativas de transição socialista. De maneira breve, é necessário retomar a definição oferecida pelo filósofo paulista:

[...] a tragédia dos países pós-capitalistas dá origem a uma figuração histórica imprevista – uma formação social que desmanchou pela *revolução política* as

⁹⁵ Fundador do Partido dos Trabalhadores, ex-sindicalista e ex-Presidente da República por dois mandatos.

⁹⁶ Liderança histórica do trabalhismo, Leonel Brizola (1922-2004) foi governador do Rio Grande do Sul e duas vezes governador Rio de Janeiro, além de ter sido prefeito de Porto Alegre. Considerado o último herdeiro da tradição política inaugurada por Getúlio Vargas, Brizola notabilizou-se por posições nacionalistas, e por seu papel nas lutas democráticas no País, durante mais de 50 anos de vida pública.

⁹⁷ Roberto Freire, deputado federal e ex-senador. Foi líder da bancada do PCB na Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988), vice-presidente e depois presidente do Partido. Durante a crise que levou ao fim do chamado “socialismo real”, foi um dos principais defensores da proposta de transformação do PCB em Partido Popular Socialista (PPS), do qual é presidente desde sua fundação, em 1992.

⁹⁸ Mário Covas (1930-2001), senador e ex-governador de São Paulo. Foi líder da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988), e fundador do PSDB.

formas capitalistas de estruturação e dominação sociais (aliás, atípicas e incipientes), mas que foi incapaz, constringida pelo seu baixo padrão de produção e reprodução materiais da vida, de ascender à *revolução social* propriamente dita, e através desta efetivar a arquitetônica de uma sociedade articulada para além da lógica do capital. (2000f, p. 185)

Se tal subsistema não se constituiu em alternativa à ordem do capital, sua crise tem efeitos inegáveis para aqueles que buscam sua superação. De fato, Chasin afirmará, polemicamente, que assistia-se em 1989 à *morte da esquerda* – fechamento trágico, assim, de todo o ciclo histórico de lutas que se abriu em 1848, tivera seu ápice com a Revolução de Outubro de 1917 e que, após longo declínio, encontrava seu marco final com a derrota da experiência histórica do chamado “socialismo real”. Constatar esta derrota global – e este epíteto tem de ser ressaltado, pois se trata, efetivamente, na perspectiva chasiniana, de uma derrota qualitativa – não se configura, afirma o marxista paulista, enquanto expressão de pessimismo, mas sim de um realismo necessário para a retomada do *verdadeiro* projeto marxiano.

É urgente compreender que as derrotas de hoje são de natureza totalmente diversa daquelas sofridas no século passado e em princípios deste. Enquanto nas mais antigas, mesmo episodicamente vencida, a lógica onímoda do trabalho se afirmou e rasgou perspectivas, nas mais recentes é o esgotamento de todo um itinerário que se manifesta, envolvendo caminhos e instrumentos. Muito em especial, rotas e concepções clássicas, mas que, na forma aberrante em que se impuseram e difundiram, acabaram por se converter, em sua espúria identidade, em motivos fundamentais da própria liquidação da esquerda, enquanto posição e organização política matrizada pela perspectiva da sociabilidade virtual do trabalho. [...]
Vencida até aqui, o que derrota a humanidade para muito além do estreito universo da política, no entanto, a potência onímoda da lógica do trabalho não foi nem pode ser extinta, de modo que um futuro renascimento da esquerda, reassentada sobre a autêntica legalidade humano-societária do trabalho, compreenderá uma diversidade cabal na ordem da organização e efetuação políticas, bem como na prática das lutas sociais e sindicais, redefinidas em contraste com as “matizes” do século XX, o que não implica a ruptura com heranças e princípios legítimos, que as revoluções do século foram incapazes de respeitar e sustentar. (id., p. 201)

Esta retomada do projeto marxiano, que deixa para trás os equívocos que caracterizaram tal projeto durante o ciclo que se encerra com a queda do Muro de Berlim, parte, para Chasin, de uma apreensão do pensamento de Marx que, também, supere as vulgarizações propagadas em seu nome desde o advento da II Internacional⁹⁹. Aqui, chega-se ao ponto no qual talvez o pensamento de Chasin seja mais polêmico – e que, por não estar diretamente conectado às preocupações desta dissertação, será aqui apenas enunciado. É que Chasin afirma existir, em Marx, uma *concepção onto-negativa da política*. Cumulação da

⁹⁹ Para uma história crítica da prática e das concepções marxistas elaboradas pela II Internacional (1889-1916), v. VRANICKI, 1973; também HOBSBAWM (org.), 1982.

crítica do politicismo que permeara suas formulações anteriores, o filósofo paulista se ampara em uma peculiar leitura da obra madura de Marx para afirmar que o alemão – após a *crítica madura* do Capital – superara suas concepções iniciais e renegara qualquer projeção positiva sobre a política¹⁰⁰.

O autor afirma que, no Marx maduro, está enunciada a necessidade de extinção da política em conjunto com a extinção da propriedade privada. Isso porque a *existência do Estado* estaria posta pela ordem do capital – de fato, Chasin afirma que a existência do Estado propriamente dito só existe quando da emersão do sistema do capital. Desta forma, a revolução social – aquela que seria capaz de construir uma nova ordem social fundada no trabalho – não poderia ser outra senão uma revolução *contra o Estado*. Chasin afirma mesmo que “a *ideia de um Estado proletário é um absurdo do ponto de vista marxista*”; haveria, assim, a necessidade de destruição imediata de um Estado centralizado, sem mediações ou momentos transitórios no qual se instaurasse uma nova sociabilidade que possibilitasse tal processo de extinção.

Compreende-se, assim, por inteiro sua crítica às experiências do chamado “socialismo real”: desprovidas da base material adequada, tais experiências ao invés de destruírem o Estado centralizado dedicaram-se ao seu *fortalecimento* – o que levou a reprodução da iliberdade do trabalho, em uma situação paradoxal, quando, privados da dominação do mercado, porém ainda submetidos à ordem do capital, os trabalhadores passaram não a uma situação de superação da alienação do trabalho, mas sim a uma situação de *anomia social*. Esta conjunção, assim, de trabalho irresponsável e ausência de mercado levaram a uma situação de *atrofia do capital* nestas sociedades, pelo qual as tentativas tardias de reforma do sistema deveriam ser entendidas como tentativas de repor os mecanismos de mercado e sua conexão com o circuito mundial do capital superando, assim, sua estagnação: em outras palavras, *repor o capitalismo nestas sociedades*.

Sendo o Estado, portanto, um fenômeno cuja existência está ligada a manutenção da ordem do capital – e cuja existência deverá ser liquidada *pari passu* à extinção desta ordem social – *não pode assim a política constituir-se em dimensão fundamental da dimensão humana*. Tratar-se-ia, portanto, de *libertar-se da política* – pelo que, já se pode apontar, não

¹⁰⁰ Para uma exposição breve das ideias então sustentadas por Chasin, nos termos do próprio autor, vide sua intervenção no Seminário “Crise contemporânea e socialismo necessário”, realizado na Faculdade de Educação da UFMG, no início dos anos 1990, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XEV0OR4eeD4>. Acesso em: 10/Fev/2018.

cabe qualquer discussão sobre a expansão ou mesmo qualquer relação entre democracia e socialismo¹⁰¹.

Realiza-se este excuro, porque, acredita-se que a afirmação da “morte da esquerda” propalada por Chasin só pode ser compreendida à luz de sua teoria da onto-negatividade da política. Porém, agora cabe retornar ao ponto conclusivo da interpelação feita sobre a sua obra, a saber: o *fim da via colonial*. Retorna-se, aqui, à conjuntura de 1989 quando – em meio ao que designara como a crise dos dois subsistemas do capital – deu-se no Brasil o ato final da transição do bonapartismo à autocracia sob formas democráticas: a sucessão presidencial. Já foram mencionadas, brevemente, as críticas e opções realizadas por Chasin neste processo. Porém, cabe agora estabelecer com clareza porque este revestia-se de centralidade na ótica do filósofo paulista – tratava-se da *última oportunidade*, a seu ver, de reversão da via colonial, através da vitória de um programa política que se propusesse a estabelecer em novas bases a organização da produção nacional. O autor, porém, é pessimista e já antevê a derrota, identificando na candidatura de Collor de Mello¹⁰² o acabamento daquele processo.

Reiteradas, assim, as opções fundamentais da via colonial de objetivação do capitalismo, liquidar-se-ia definitivamente qualquer veleidade autônoma de nossa burguesia, que se reafirma plenamente em sua subordinação. Ocorre, porém, que as transformações suscitadas pelo processo de mundialização do capital põe, na ordem do dia, um novo complexo de problemas para a análise da realidade. O capitalismo em sua “fase industrial” – o “verdadeiro capitalismo” – encontra-se já plenamente objetivado no Brasil; a via colonial encerra-se não pela ruptura de suas determinações, mas sim pela reafirmação das mesmas. E a nova etapa da ordem do capital não mais viabiliza soluções nacionais – antes investe contra as

¹⁰¹ Ora, fica claro, então, que, na visão de Chasin, a apreensão *positiva* da política constituiu-se no grande erro da história do movimento operário organizado. Equivocaram-se nesta compreensão Lenin, Trotsky, Gramsci, Lukács... todos aqueles, enfim, que não haveriam apreendido esta “determinação essencial” do pensamento marxiano – e, neste sentido, resgata-se enviesadamente a diferenciação entre “marxistas” e “marxianos”. Como já foi afirmado anteriormente, aqui não há espaço necessário para a crítica desta compreensão chasiana – porém não se pode deixar de observar nossa *recusa* de tal teoria. *Não parece haver, em Marx, qualquer ponto de apoio para afirmar tal visão negativa da política* – e, ao se afirmar isso, não apenas acredita-se estar fazendo justiça à elaboração teórica e à prática política de mais de um século do movimento operário, mas também evitando a reprodução do que indica ser um *erro fundamental*. Justiça seja feita: em que pese negar tal associação, este traço da teoria chasiniana abre margem para sua aproximação a uma concepção anarquista do processo revolucionário, distante da formulação de Marx. O que certamente contribui para a problemática recepção de sua obra para além dos círculos de seus discípulos.

¹⁰² Fernando Collor de Mello, primeiro presidente civil eleito pelo voto direto após a redemocratização. Teve seu governo marcado por um programa claramente nos marcos do neoliberalismo e baseado na implantação de um draconiano “ajuste” econômico, cuja medida mais recordada foi o “confisco” das cadernetas de poupança. Foi afastado da Presidência da República, após sofrer um processo de *impeachment*, em 1992. Atualmente, é senador pelo estado de Alagoas.

antigas fronteiras, relegando a ideologia nacionalista enquanto uma manifestação retrógrada da História. Esta nova realidade é, assim, enunciada por Chasin, em ensaio de 1996:

O sistema produtivo nacional, desde sempre, encarnou seus perfis e o teor de suas modernizações subordinado aos empuxos dos pólos hegemônicos mundiais. Não é diverso o que se passa agora, diante da mais radical das revoluções tecnológicas, combinada ao quadro da globalização econômica. Todavia, dada a qualidade e a envergadura destas e o próprio grau de desenvolvimento material alcançado no país, as margens de manobra nos ajustes e seus efeitos possíveis também se diferenciaram, ao mudarem de natureza. Para o bem e para o mal, aqui se fecha e fica para trás um longo ciclo, cujas características dominaram a maior parte do cenário brasileiro neste século. Traços que, reduzidos ao essencial, conferiram ao país o semblante de uma entificação nacional que pelejava para completar sua formação capitalista, mas que reproduzia sempre, apesar da multiplicação das formas de crescimento e diversificação econômicas, a *incompletude de seu capital* e, por consequência, suas peculiares mazelas sociais e políticas. Toda essa problemática perdeu suas âncoras e se transfigurou, no bojo dos novos parâmetros internacionais do sistema de produção e circulação de mercadorias. [...]

Em outros termos, considerado o processo formativo do capitalismo no Brasil, todo subsumido a regências metropolitanas, o momento atual é o desfecho imanente que perfaz seu pleno acabamento. (CHASIN, 2000g, p. 303)

Num contexto em que à subordinação imperialista sucedem-se as disputas do capital apátrida, são outras, portanto, as contradições a serem analisadas. A ordem do capital se mantém, porém há de se estudar novamente suas determinações. Não é casual que, no fim de sua vida, Chasin dedicou-se a fomentar projetos de pesquisa que pudessem contribuir para esta demanda teórica, posta pela nova conformação do capitalismo, a partir de novas leituras e da compreensão correta dos delineamentos marxianos. Pôr em causa a justeza destes delineamentos, tal como foram compreendidos por Chasin – e mesmo sua teoria da *via colonial* que, note-se, foi ela própria mal apropriada por alguns estudiosos; e cotejar sua compreensão com as problemáticas, tal como postas por Coutinho são, assim, as questões que serão interpeladas no capítulo final.

5 POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS OU ERROS TEÓRICOS? AS DIFERENTES COMPREENSÕES DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL

No capítulo conclusivo, buscar-se-á traçar uma síntese crítica do emprego da categoria de *via prussiana* por parte dos autores estudados, retomando os fundamentos das diferenças na compreensão do conceito, por parte dos mesmos. Buscar-se-á, também, relacionar estas apreensões diferenciadas com as formulações originais, estabelecidas no primeiro capítulo. Deste modo, poder-se-á formular alguns juízos a respeito da justeza, em termos de fidelidade conceitual, no emprego da categoria – se há diversas formas de interpretação ou se for possível, efetivamente, apontar alguma apreensão equivocada a partir da crítica dos fundamentos. Cabe notar que o propósito aqui não é o de estabelecer uma valoração entre as categorias, ou de apontar uma apreensão “correta” e uma “equivocada”, mas sim realizar uma síntese teórico-conceitual de rigor político-filosófico, o que não descarta a possibilidade de uma eventual tomada de posição quanto a algumas das polêmicas apresentadas. Finalmente, poder-se-á, também, por a prova a hipótese apontada durante o desenvolvimento do projeto como uma possível chave heurística para as diferenças de apreensão conceitual entre os dois autores, bem como apontar as consequências das eventuais teorias quanto ao desenvolvimento capitalista de nossa Formação Social para as conclusões de cada um dos autores.

5.1 VIA PRUSSIANA X VIA COLONIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Postos nos capítulos anteriores a compreensão por Carlos Nelson Coutinho e por José Chasin do conceito de *via prussiana*, bem como o modo pelo qual os dois autores mobilizaram esta categoria, acredita-se que a primeira questão que deve ser colocada é a seguinte: afinal, é justo o emprego desta categoria, tomando em conta sua formulação original no pensamento marxista?

Para deixar claras as conclusões aqui apresentadas, acredita-se ter chegado o momento da síntese das formulações anteriormente expostas. Em primeiro lugar, parece ser possível afirmar que nem Carlos Nelson Coutinho, nem José Chasin – em que pese as significativas diferenças em sua apreensão do “caminho prussiano” – empregam a categoria de modo esquemático; ou seja, se pode ver como na obra dos dois autores, a ideia de *via prussiana* é empregada a partir de uma aproximação fundada nos estudos da realidade nacional desenvolvidos pelos mesmos. Acredita-se que é importante acentuar esta conclusão para,

desde já, *limpar o terreno* das acusações daqueles que pretenderam ver no emprego da conceituação de *via prussiana* uma reiteração do método equivocado de certo marxismo vulgar, que buscava interpretar a realidade nacional a partir do seu simples enquadramento em esquemas teóricos “estabelecidos” pelos clássicos. Se esta afirmação é correta, parece, assim, ficar indicada a *viabilidade* do emprego da categoria de *via prussiana* enquanto potencial fonte de sugestões para a compreensão da realidade brasileira, ou seja, enquanto chave heurística possível para a aproximação às particularidades do processo histórico da nossa Formação Nacional.

Retome-se, portanto, alguns pontos centrais: Carlos Nelson Coutinho buscou apreender o paradigma “prussiano” como fonte de sugestões para a compreensão dos processos de “revolução pelo alto” que caracterizaram o movimento das transformações sócio-econômicas no Brasil. Este é o significado fundamental da apreensão coutiniana do conceito de *via prussiana*. Isso leva a problematizar sua anunciada filiação a Lenin¹⁰³ – como já visto, a apreensão de Coutinho está muito mais próxima à formulação lukacsiana do conceito; e, de fato, Coutinho, também reconhece implicitamente sua incorporação conceitual *para além de Lenin* quando passa a utilizar-se amplamente do categorial gramsciano para enriquecer sua compreensão do processo. Fato é que, para Coutinho, as significações essenciais da *via prussiana* se transladam ao *campo da superestrutura*. Ato contínuo, tal incorporação significou emprestar dimensão privilegiada à dimensão da *política* – o que pode ser apreendido a partir de sua compreensão de Estado ampliado, amparada em Gramsci.

Ora, também se menciona, aqui, como Coutinho incorporou a leitura de Barrington Moore – e que alguns autores problematizaram tal incorporação como fonte de abstrações na leitura coutiniana, e mesmo uma porta aberta a partir da qual Coutinho apreende conceitos liberais em sua leitura. Acredita-se que tal apreensão explica-se, em verdade, a partir da influência da *leitura gramsciana* em sua versão mais próxima ao “eurocomunismo” que marcou o pensamento do marxista baiano. Não se dispõe, aqui, do tempo e espaço necessários para realizar uma interpelação crítica de tal caminhada teórica – crítica, ademais, que já foi realizada por diversos autores¹⁰⁴. Cabe ressaltar, no entanto, que a aproximação dos estudos de Moore com a ideia de *via prussiana*, também, foi realizada por outros autores – inclusive, num marco diferenciado, por José Chasin.

¹⁰³ Talvez aquele autor nacional que tenha empregado de modo mais consistente a ideia de “*via prussiana*” em sua apreensão puramente lenineana – ou seja, voltada a problemática da resolução do problema agrário – tenha sido Ivan Ribeiro. Sobre esse emprego e suas implicações, v. RIBEIRO, 1988 e também, FRANCO, 2017.

¹⁰⁴ v. NEVES, 2016; também FONTES, 2012; SILVA, 2012; entre outros.

Quanto a este, pode-se perceber que sua compreensão de via prussiana é bastante diferenciada – é uma *compreensão restrita*. Isso não significa que não se possam encontrar pontos de contato com a interpelação coutiniana: nos dois autores se pode localizar a ideia das “transformações pelo alto” como nuclear a estes processos. O filósofo paulista, porém, buscou em sua obra saturar de determinações a apreensão da Formação Social Brasileira – e, neste processo, diferenciou a via prussiana, que seria um fenômeno típico dos países que entraram tardiamente no circuito imperialista, daquilo que chamou de *via colonial*, processo que – se, também, reproduz o padrão de transformações pelo alto - coloca-se em uma fase diferente do desenvolvimento capitalista, não podendo, portanto ser emparentado com àquele processo. É por isso que a *via prussiana* é empregada por Chasin como caso “modelar” para aproximar-se das determinações da realidade brasileira – não cabendo, a seu ver, empregar esta mesma conceituação para caracterizar nosso processo.

Cabe notar, aqui, que a leitura de Chasin aponta para dois referenciais centrais: a compreensão lukacsiana do conceito, em especial na medida em que esta preocupa-se com a saturação das determinações de um *caso particular*, o caso alemão; e a referência à Marx, em sua discussão a propósito da miséria alemã – discussão esta que, como foi demonstrado no primeiro capítulo, também é ponto de referência para a leitura de Lukács. Neste sentido, Chasin, também, aponta a convergência da compreensão de “via prussiana” com a teoria gramsciana da “revolução passiva” e mesmo com a “modernização conservadora” de Barrington Moore, porém de modo particular: enquanto Coutinho aproxima os três conceitos, reduzindo-os às suas determinações essenciais e, assim, emparentando-os, Chasin vê em cada um destes a expressão das *particularidades* do caso analisado – a “via prussiana” no caso alemão; a “revolução passiva” no caso italiano; e a “modernização conservadora” por ele vista como referida ao caso do Japão Meiji.

É deste modo que se pode compreender porque o filósofo paulista decidiu-se pelo uso de uma categoria distinta para designar o resultado de seus estudos: enquanto Coutinho, *sob o nome de via prussiana*, incorpora problemas presentes nas três obras, Chasin dedica-se a estabelecer um caso particular que responda às determinações da Formação Histórica Brasileira – daí o nascimento da categoria de *via colonial*. Note-se, ainda que, em Chasin, a particularidades exaradas de cada categoria referem-se a compreensão da totalidade das determinações presentes em cada caso; descarta-se aqui, portanto, aquela tentativa de segregação conceitual realizada por Coutinho que identificava “via prussiana” como referente ao debate da infraestrutura e a “revolução passiva” como referente ao debate da

“superestrutura” – segregação esta que, como pode ser demonstrado, tampouco é observada rigorosamente pelo próprio Coutinho.

Para Chasin, ainda, a *via colonial* confunde-se com a própria emergência da ordem do capital, sendo um processo *finito* – a completude da objetivação do “verdadeiro capitalismo”, o capitalismo industrial, em nossa Formação Social, portanto, teria levado a *via colonial* a seu termo. Note-se, aqui, como a compreensão chasiniana diferencia-se do emprego em Coutinho: enquanto a via colonial é compreendida como um processo de determinação da sociabilidade capitalista no Brasil, tendo, portanto, marcos cronológicos de início e finitude, a *via prussiana* de Coutinho é um traço característico de nossa Formação Social, posto por sua origem histórica e reiterado a partir da não-ruptura de suas premissas. É, assim, que se pode compreender porque o marxista baiano passou a utilizar-se amplamente, em seus textos e entrevistas mais tardios, da ideia de “prussianismo” – ou seja, se o processo de transição ao capitalismo e, mesmo, aos estágios mais avançados deste modo de produção, podem ser sintetizados na categoria de *via prussiana*, o encerramento de tais processos não implicou no fim da reiteração deste método de resolução das transformações sociais no Brasil, ou seja, na reiteração do *prussianismo*.

Cabe, ainda, notar ser possível apontar um novo ponto de convergência nas análises de Coutinho e de Chasin – ao qual retornar-se-á adiante. Afinal, nos dois autores pode-se ver como a *via prussiana* ou a *via colonial* trouxeram como consequência a emergência de um Estado hipertrofiado, cuja intervenção no campo econômico responde às necessidades postas por uma economia subordinada ao capital estrangeiro. Como se dá tal subordinação e as consequências desta para a História de nossa Formação Social; assim como as implicações da noção de hipertrofia do Estado, haja vista a divergência, já apontada anteriormente, na compreensão da política pelos dois autores; serão objeto de breves considerações, ainda neste capítulo. Acredita-se, porém, que, para tecer tais observações, aqui é necessário abrir um parêntese que permite responder àquela hipótese inicial de trabalho – a saber, em que medida a compreensão diferenciada do caráter sócio-econômico da Formação Social Brasileira responde às diferenças apostas entre *via prussiana* e *via colonial*?

5.2 O PROBLEMA DO CARÁTER DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Durante muitos anos, uma das discussões que mais motivou o trabalho dos historiadores – de ofício ou de ocasião – foi o debate em torno do caráter da Formação Social Brasileira, durante o período colonial. Esta era uma discussão de suma importância, em

especial, para aqueles pesquisadores que se orientavam ou que tinham proximidade com o referencial marxista – afinal de contas, para aqueles que se filiam a esta vertente, a compreensão das estruturas econômico-sociais de uma dada formação social é a pedra angular a partir da qual se pode construir a compreensão da dinâmica que movimenta esta sociedade. O debate, porém, extrapolou os muros desta orientação, sendo um problema que mobilizou os mais variados recursos da pesquisa histórica, visando colaborar para uma *teoria geral explicativa* do processo de construção da Formação Social Brasileira.

Com o advento do século XXI, entretanto, este debate perdeu o destaque que tivera durante os anos anteriores. Pode-se debitar esta perda tanto a fatores conjunturais quanto às mudanças ocorridas no campo da pesquisa histórica, sem perder de vista que estas tendências estão intimamente ligadas. Ora, a ofensiva neoconservadora que se abriu nos anos 1990¹⁰⁵ – e que parece ter seu fôlego renovado nesta segunda década do século XXI –, buscou descartar todas aquelas elaborações teóricas que dialogavam com a abordagem marxista enquanto abordagens *esquemáticas* e *mecanicistas*. Se for certo que parte das elaborações daqui derivadas efetivamente padeceram de tais equívocos, não parece que esta crítica possa ser aplicada de modo absoluto; tampouco acredita-se que a crítica necessária deva ser feita a partir do descarte puro e simples, já que, reconhecidas suas limitações, há de se reconhecer os avanços na pesquisa histórica vinculadas a esta vertente teórico-política. Por outro lado, os últimos trinta anos, também observaram o desenvolvimento de novas abordagens, novos problemas e novas leituras no campo do ofício da História, que buscaram uma compreensão mais ampla que aquela gerada pelos grandes esquemas teóricos fundados sobre as “estruturas econômicas”. Neste sentido, se vê as pesquisas fundadas sobre o método da micro-história e as discussões no campo da história cultural, enquanto desenvolvimentos relevantes, que deveriam contribuir não para infirmar o trabalho de gerações anteriores, mas para criticá-lo e problematizá-lo. Note-se, ainda, que, tais contribuições não foram capazes de invalidar o *método marxista* enquanto instrumental teórico para interpelação de nossa Formação Social, constituindo-se este, ainda, o instrumental básico a partir do qual pode-se estabelecer as determinações operantes em nossa realidade.

Ora, já em outras oportunidades foi afirmado que não se pode ater a repetição dogmática de soluções oferecidas no passado para este problema. Neste sentido, parece importante *recuperar*, de modo crítico, leituras fundamentais em torno deste debate, para que

¹⁰⁵ v. NETTO, 1993.

se possa, a partir desta problematização, apontar os caminhos que permitam elaborar novas respostas para a compreensão desta problemática de estudos chamada “Brasil”.

Tal digressão é importante, também, para que se localize a compreensão deste processo por parte dos autores. Ora, como parte da sua construção teórica que os levou a empregar ou problematizar o conceito de *via prussiana*, os autores tiveram que tomar posição diante deste debate. Contextualizar, assim, as posições que se puseram nesta questão, localizar os autores e, finalmente, tecer considerações – enriquecidas a partir da pesquisa desenvolvida – parece, assim, passo estrutural para a conclusão deste trabalho.

Cabe notar, finalmente, que já foi elencada tal compreensão enquanto possível chave para compreender as diferenças em sua análise. A partir deste questionamento, acredita-se poder, desde já, afirmar dois pontos – que se buscará desdobrar na presente elaboração. Em primeiro lugar, Carlos Nelson Coutinho e José Chasin efetivamente divergem quanto ao caráter original de nossa Formação Social – como se pode ver, enquanto Coutinho sustenta que a colonização operou a partir de um modo de produção *escravista*, Chasin compreende-a como estando desde suas origens subordinada a dinâmica do capital em expansão na Europa ocidental. Esta compreensão ficará mais clara ao fim da atual exposição. Cabe afirmar, ainda, que – como se pode notar, a partir do estudo da obra dos autores pesquisados nos capítulos 2 e 3 – esta hipótese é *insuficiente* para a compreensão das diferenças entre Coutinho e Chasin: de fato, como poder-se-á observar mais adiante, suas divergências parecem ter fundamentos mais amplos do que a polêmica historiográfica.

Nesta proposta, não há espaço para uma exposição exaustiva das formulações apresentadas neste debate – estudo este que extrapolaria, e muito, os objetivos desta dissertação. Busca-se, assim, recuperar alguns extratos que permitissem representar as diversas posições apresentadas no escopo do debate. Estes foram selecionados seja pela relevância do autor/texto no debate proposto; seja por representar uma síntese das ideias que fundamentaram uma determinada posição.

5.2.1 A “teoria consagrada”: superando incompreensões e preconceitos

Talvez a posição mais atacada neste debate seja aquela cujo expoente máximo foi Nelson Werneck Sodré – aquela que buscou apreender na História de nossa Formação Social a presença de *traços feudais*. Tal teoria foi hegemônica no período pré-1964, tendo sido, por isto, entronizada enquanto a compreensão clássica do marxismo a propósito da nossa Formação Histórica. Isto não significou que sua compreensão tenha sido idêntica por parte

dos diversos autores que com ela operaram – de fato, se pode observar diversos matizes quando se olha para autores como o próprio Werneck Sodré (que, como será visto, jamais defendeu a existência de um feudalismo *tout court* no Brasil) ou Alberto Passos Guimarães, matizes estes que estão longe de uma compreensão esquemática da nossa Forma o Social. De fato, se acredita que denunciar o atual *desconhecimento* desta vertente – desconhecimento interessado, que reduz toda esta elabora o ao exercício da reprodu o de dogmas de uma leitura manual tica do “marxismo-leninismo”; e, sem maiores preocupa es, atira-a   lata de lixo da História.   preciso salientar que, assim. Vicejaram ataques injustos e rasteiros por parte de autores que não se dedicaram ao estudo destas obras para empreender sua crítica.

Este fenômeno pode ser observado claramente quando se fala de Werneck Sodré – autor sem o qual não se pode compreender a forma o do pensamento de Carlos Nelson Coutinho. Mais do que isso, pesaram sobre Sodré dois preconceitos de origem: sua condi o profissional e sua filia o política. Militar de carreira, Sodré foi por muitas vezes estigmatizado por aqueles que acreditam ser a forma o acadêmica condi o prévia para o desenvolvimento de uma reflexão relevante. Não   casual, neste sentido, que o general seja um ilustre esquecido nos salões da “Academia”, algo que não faz jus a densidade de sua contribui o para a reflexão no campo da pesquisa histórica e da crítica literária. Pesa ainda sobre sua obra a hipoteca da derrota de 1964: suas teses foram utilizadas recorrentemente como fundamento teórico sobre o qual se erigiu o pensamento estratégico da esquerda que apostou no projeto de Goulart – nomeadamente, na possibilidade de se construir uma alternativa de desenvolvimento capitalista autônomo – e que se viu batida inapelavelmente com o Golpe de abril. E   esta derrota política que serviu reiteradamente para afirmar a incorre o teórica das ideias por ele defendidas – ainda que, um estudo mais detalhado venha a demonstrar a inexistência dessa conexão mecânica entre as teorias de Sodré e os equívocos políticos da esquerda pr -1964, em especial aqueles do PCB.

Como já apontado anteriormente, não cabe aqui uma análise exaustiva da obra de Sodré – ainda que se acredite que uma justa reavalia o de sua obra   tarefa *premente* para que se possa avançar na compreensão histórica da Forma o Social Brasileira. De modo que busca-se uma contribui o na qual o autor, para além de uma apresenta o do núcleo de suas ideias, buscasse, também, responder às respostas de seus críticos.  , assim, que se chega a *Capitalismo e revolu o burguesa no Brasil*, texto de 1990.

Como o próprio Sodré não cansa de reiterar, de modo algum havia em sua leitura a ideia de que no Brasil houvesse a reprodu o do esquema clássico observado no medievo euro-ocidental – e, assim, não se pode acusar o autor de encaixar mecanicamente a sociedade

nacional no clássico “esquema” histórico dos modos de produção elaborado pelos teóricos da Internacional Comunista. Enfatiza-se, portanto, as *particularidades* presentes em nosso processo histórico. E, aqui, é dever de ofício reconhecer a rigorosidade do método marxista empregado por Sodré, que excluiu, em suas próprias palavras, o uso de paradigmas (SODRÉ, 1990).

O autor alerta para as condições desiguais que permeiam o desenvolvimento da Colônia Portuguesa nas Américas – não se pode entender toda a Colônia como uma Formação Social única. A conformação desta unidade levará séculos, e, mesmo assim, a imensidão geográfica leva a existência de condições diferenciadas em diversas regiões. A falta desta unidade seria realçada pela inexistência, aqui, de um processo de evolução das sociedades pré-existentes, primitivas, mas sim a transplantação de elementos humanos e de relações econômicas e sociais inexistentes em nosso solo – do que seria o exemplo mais relevante a escravidão.

Aqui, nota-se que esta posição parece *inteiramente de acordo com a elaboração coutiniana*. Veja-se:

Trata-se, portanto, e fundamentalmente, de uma sociedade transplantada: uns chegam para serem escravos; outros, para serem senhores, ou encontrarem condições para tal. [...]

A sociedade colonial começa, pois, com os traços que definiam a sociedade metropolitana, mais o escravismo, que era vigente ali apenas no Sul e nas ilhas. Os que viviam em escravismo eram outros, na maioria dos casos; não existe passagem de um modo a outro, de uma formação a outra. É nova particularidade do caso brasileiro. Não é aqui o lugar e a oportunidade para descrever e caracterizar a comunidade primitiva indígena; historicamente, na sociedade brasileira, fundada em africanos e europeus, ela é secundária. Não é o caso, também, de estudar as condições vigentes na África, porque tais condições não foram transferidas ao Brasil. (id., p. 12)

Sodré, também, recupera o tempo histórico em que a Colônia vai se constituindo e seu significado para as sociedades colonizadoras: é o contexto de declínio do sistema feudal na Europa, o que terá influência decisiva quanto as estruturas econômico-sociais que servirão de alicerce ao edifício colonial. E, aqui, cabe uma observação que parece relevante – e que consiste na crítica mais simples, porém talvez a mais dura, dirigida por aqueles que se opõe a influência das teses caiopradianas, que será detalhado abaixo: como poderia uma Europa feudal implantar em sua Colônia um sistema *capitalista*? Em outras palavras, se o capitalismo ainda está em formação na Europa Ocidental nos séculos XVI e XVII, como poderia este já se fazer presente nas Américas – algo que conferiria à Colônia um papel de ponta no desenvolvimento das relações econômico-sociais? Esta crítica esteve atravessada por uma

clássica polêmica a respeito da interpretação sobre a própria gênese do modo de produção capitalista – aquela em torno do chamado “circulacionismo”, ou seja, a identificação entre existência de atividade mercantil e a existência de um modo de produção capitalista. Cabe notar que, esta é uma polêmica ainda em aberto – e que, por fugir ao escopo desta dissertação, não será abordada em detalhe.

Se até aqui a elaboração de Nelson Werneck Sodré está próxima às ideias defendidas por Carlos Nelson Coutinho, chega-se, aqui, a um ponto central de suas teses – e que o marxista baiano inicialmente tratará com reservas e posteriormente infirmará, tal como se demonstra durante o capítulo dedicado a seu pensamento. A referência é sobre a ideia da “regressão feudal”. Ora, por que “regressão”? Porque, aqui, a passagem de relações escravistas a relações feudais – normalmente um avanço – dá-se num contexto de declínio econômico, contribuindo não como um impulso ao desenvolvimento das forças produtivas, mas sim, para sua estagnação. É deste modo que Sodré se defende das acusações de esquematismo – claro está que uma leitura atenta de sua tese aponta para a divergência existente entre esta e a ideia de “estágios evolutivos obrigatórios” das formações econômico-sociais¹⁰⁶. Mais, Sodré quer demonstrar que este esquematismo está presente sim naqueles que o acusam, já que não conseguem perceber as *variadas formas* que as relações feudais podem apresentar-se¹⁰⁷. Seu núcleo estaria na presença de relações não só de renda, mas no laço de dependência social – laços estes que o autor encontra em diversas formas de exploração presentes no campo brasileiro pós-1888, como, por exemplo, o “cambão”.

As implicações políticas das teses de Sodré não passam despercebidas pelo autor – e é na controvérsia política que ele encontra a raiz para as críticas que lhe foram dirigidas. Ao negar a existência de relações feudais ou semif feudais e admitir, pura e simplesmente, que o

¹⁰⁶ Sodré vai mais adiante: ao apontar a inexistência do suposto “esquema obrigatório” de evolução das formações sociais, afirma que mesmo a acusação – reiterada pelos mais diferentes críticos do “marxismo-leninismo oficial” – de que tal esquema estaria presente na obra de Stalin é *falsa*. Veja-se: “Claro está que não se nega, de plano, a possibilidade de passagem de um modo a outro de produção sem intermediação da sequência clássica. É uma falsa acusação a Stalin atirar-lhe as culpas da negação desse caso. Numa exposição meramente didática, destinada a principiantes, o antigo chefe do governo soviético – cujo nome batiza, hoje, tudo o que se aprecia como erro ou heresia – apresentou os modos de produção na sequência natural, isto é, aquela ocorrida, concretamente, no Ocidente europeu, que foi, em suma, aquela que ficou estabelecida no nível conceitual. Stalin já é, realmente, responsável por muitas coisas, e não há como fazê-lo responsável pelo que não disse” (1990, p. 25).

¹⁰⁷ Num marco diferenciado do de Sodré – já que descarta a elaboração da *regressão feudal* – Manoel Maurício de Albuquerque (1981) não deixou porém de notar a existência de relações feudais na Colônia. Em sua obra, porém, coloca-as como estando subordinadas à dinâmica do escravismo – e sendo abolidas após o advento do estágio capitalista, marcado pela abolição e ascensão da ordem republicana. Não se tem aqui a oportunidade de um estudo mais detido de suas formulações – porém, acredita-se que tal menção demonstra como o simples descarte da ideia de traços feudais como expressão de esquematismo é uma resposta insuficiente aos problemas postos pelo estudo da Formação Social Brasileira.

Brasil fora capitalista desde sua origem, resolvia-se de modo grosseiro a problemática estratégica do processo revolucionário brasileiro – não haveria espaço para etapas ou alianças táticas, tratar-se de por em marcha a revolução socialista à base da aliança operário-camponesa. Para Sodré, porém, a realidade não é tão simples – a sociedade brasileira é complexa e diferenciada, aqui tampouco existindo um momento de *ruptura* clássica ao estilo das revoluções burguesas da Europa Ocidental.

Talvez seja esta a grande originalidade da obra do autor, que por diversas vezes passou despercebida ou foi mal-compreendida: para Sodré, não haveria, aqui, uma prevalência de relações feudais a serem derrubadas por uma revolução burguesa, mas sim de que estaríamos *vivendo o próprio processo desta revolução*. Uma revolução *sui generis*, de longo prazo, e que se defrontou com a mudança das conjunturas históricas – nomeadamente, a ascensão do capitalismo monopolista – o que acabou por gerar um processo histórico de rupturas processuais, que conciliam o atraso e o moderno em uma Formação Social que não consegue livrar-se de um processo de dependência frente aos centros do capitalismo mundial. Talvez seja aqui que a releitura de Sodré se provou mais interessante e fecunda, pois seu constructo histórico fundado sobre a hipótese *prussiana* – colocada expressamente em seu texto de 1990 – pode permitir uma reavaliação e resgate de suas ideias, fazendo jus, assim, ao trabalho do autor.

O capitalismo brasileiro avança devagar, aproveita as brechas para avanços mais rápidos, transige sempre com as relações políticas mais atrasadas e as econômicas que as asseguram, manobra, recua, compõem-se. Gera uma burguesia tímida, que prefere transigir a lutar, débil e por isso tímida, que não ousa apoiar-se nas forças populares senão episodicamente, que sente a pressão do imperialismo mas receia enfrentá-la, pois teme mais a pressão proletária. [...] o Brasil arcaico nos cerca por todos os lados; o latifúndio persiste, resiste, abalado mas sobrevivendo a tudo. As alterações agrárias processam-se pela duríssima via prussiana [...] É uma revolução burguesa peculiar a nação de passado colonial recente e de economia dependente. [...] Os recuos a formas ditatoriais e a regimes de tipo fascista são os recursos de que se vale a burguesia, pressionada pelo imperialismo, para assegurar a via prussiana e a exploração cômoda e pacífica da força de trabalho: o Estado Novo, como a “redentora”, são exemplos dessa acomodação com o atraso. Isso não representa fatalidades, porém, mas resulta da correlação de forças. (id. p. 30-31)

Na busca pela atualização da visão apresentada por Sodré, uma interessante contribuição é aquela apresentada pelo professor Marcos Del Roio, em seu ensaio “Sodré e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualização do problema” (2011). Neste texto, Del Roio se propõe a revisitar as teses apresentadas nos trabalhos do general, buscando apreciar suas potencialidades e criticar aquelas teses que o tempo, a seu ver, acabaram por infirmar. É neste sentido, por exemplo, que o autor recupera a problematização operada por Sodré quanto

ao caráter do feudalismo ibérico e a influência deste na transposição de relações sociais para as colônias. Sodré é comparado com outros autores marxistas que problematizaram a ideia de que o Estado absolutista representasse já uma expressão do capitalismo em ascensão, sendo assim, uma formatação tardia da ordem feudal. Alerta-se, aqui, para a força deste debate no campo da historiografia europeia – Perry Anderson é um dos que defendem esta concepção – bem como a relação desta com outros marxistas latino-americanos que buscaram uma interpretação original de suas formações sociais.

Note-se, aqui, inclusive, uma pitada de ironia quanto aos críticos de Sodré – se estes o atacam como um esquemático que reproduz modelos europeus, muitas vezes louvam um autor como Mariátegui¹⁰⁸, sem perceber que este defende, exatamente, a existência de uma *forma feudal tardia* em seus estudos sobre a realidade peruana. Del Roio não se exime de realizar uma tomada de posição: nega, mais uma vez, a interpretação dita “circulacionista”, ou seja, a escola caiopradiana. Para tanto, Del Roio aponta para uma releitura mesmo das indicações presentes na obra de Alberto Passos Guimarães, que será retomado adiante.

Passa-se, então, a uma exposição da lógica que leva Sodré a defender a existência de relações feudais no Brasil, na qual se vê reconstruída a lógica que já foi retomada acima, ao abordar o texto do próprio Sodré. Retomando a ideia das particularidades da Formação Social Brasileira, Del Roio apresenta aqueles traços que merecem ainda um melhor trato por parte da pesquisa histórica. Neste sentido, há uma coincidência com as indicações aqui apontadas na leitura de *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil* (SODRÉ, 1990). Vale citar a conclusão do Del Roio – que parece poder ser já endossada:

“Seja como for, com ambiguidades e limites próprios de seu tempo, o fato é que Nelson Werneck Sodré oferece pistas ainda não devidamente exploradas para o conhecimento e a transformação da sociedade brasileira, algumas de incrível atualidade e de acordo com certas tendências atuais da historiografia marxista”. (2011, p. 193).

Se Sodré é talvez o autor mais lembrado entre os que advogam o que poder-se-ia chamar, grosso modo, de *hipótese feudal*, limitar o estudo desta hipótese à sua obra seria não só um reducionismo, como, também, uma imperdoável ignorância frente a obra de outro dos estudiosos do Brasil relegados a segundo plano pela “Academia”: fala-se, aqui, de Alberto Passos Guimarães. Também afetado pelos preconceitos derivados de sua formação intelectual

¹⁰⁸ José Carlos Mariátegui (1894-1930), marxista peruano e secretário-geral do Partido Socialista Peruano (PSP), depois, Partido Comunista Peruano. Intelectual de fino calibre, Mariátegui é considerado uma das referências no pensamento marxista latino-americano, dada sua interpelação criativa de sua realidade nacional. Sua obra mais conhecida é *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* (2008).

e política – Guimarães não era historiador ou acadêmico, e esteve sempre vinculado ao PCB – Alberto Passos contribuiu de modo significativo no campo teórico para a formulação da estratégia de alianças do Partido com a burguesia nacional. Sua defesa da ideia de relações feudais no Brasil difere em alguns aspectos das teses de Sodré, aqui julgadas como de valia, quando se defronta com seu "O regime econômico colonial: feudalismo ou capitalismo?", parte de seu clássico *Quatro séculos de latifúndio* (GUIMARÃES, 1981).

Talvez a maneira mais simples de se expor a concepção de Guimarães seja exatamente localizar em que ele se difere da análise de Sodré. Não há, aqui, a ideia de “regressão feudal” – Guimarães irá defender a existência, aqui, de um modo de produção feudal, cujas especificidades respondem à sua condição colonial. Note-se, porém, que apesar das diferenças entre as formulações dos dois autores, seus estudos acabaram por influenciar-se mutuamente, diálogo resultante do compartilhamento de posições teóricas e sua identidade política com o PCB.

Desde já, note-se que ao impor aquela especificação, Alberto Passos Guimarães diferencia o fenômeno aqui observado do modelo feudal clássico da Europa Ocidental. Mas há, aqui, uma afirmação mais forte da ideia de um sistema de produção feudal – decorrência direta da existência deste no Portugal Continental. Aparece, aqui, o argumento já referido, é que é usado pelo autor para contestar aqueles que falam em capitalismo na Colônia – como poderia uma sociedade feudal “exportar” uma sociedade capitalista? O modo de produção transplantado seria o mesmo da Metrópole, invariavelmente. Este, porém, teria de se adaptar as condições peculiares apresentadas pela Colônia, o que configuraria a especificidade do latifúndio colonial – impossibilitado de contar com a servidão de gleba, teria recorrido ao trabalho escravo; e desenvolvido uma conexão com o mercado mundial; tudo isso sem perder seu caráter fundamentalmente feudal. Isso não invalida a presença de relações mercantis, porém estas não configuram um sistema capitalista próprio. Neste sentido, Alberto Passos Guimarães afirmará que é exatamente o sistema de *plantation*, considerado por muitos como símbolo da empresa capitalista na Colônia, é, ao contrário, a forma mais acabada de latifúndio colonial de caráter feudal.

Aqui, o texto de Guimarães torna-se mais político. Tal como Sodré, em 1990, não escapa ao autor as implicações políticas de suas teses, e ele se dedica a desconstruir a ideia de *capitalismo colonial* na medida em que esta serviria de base a uma defesa reacionária (GUIMARÃES, 1981). Ora, se o desenvolvimento histórico brasileiro sempre fora capitalista, com um processo evolucionista que levava a mudanças e a “modernização” deste sistema, *não haveria porque* realizar-se um embate revolucionário contra o grande latifúndio. A reforma

agrária, principal bandeira de luta dos comunistas àquela altura, perdia, assim, seu caráter revolucionário, sendo mesmo inoportuna dada a evolução inevitável do latifúndio em direção à moderna empresa capitalista.

Esta acusação de Guimarães tem endereço certo – cabe lembrar a polêmica que o envolveu com Caio Prado Jr no contexto do debate interno do PCB quanto a política agrária. Enquanto Guimarães, em acordo com a linha programática do Partido e com sua concepção do estágio sócio-histórico brasileiro, colocava como bandeira principal de luta uma reforma agrária que democratizasse a propriedade da terra, Prado Jr defendeu que a luta no campo deveria ser centrada na sindicalização e conquista de direitos para os trabalhadores rurais – a reforma agrária de caráter distributivista, fundamental para o pleno desenvolvimento da ordem burguesa, estaria aqui ultrapassada pela História. E, é por isso, que o autor se dedica, então, a demonstrar a necessidade histórica de uma reforma agrária democrática, pauta que mobiliza boa parte de sua obra e intervenção política.

Se a análise de autores clássicos que desenvolveram a “teoria consagrada” se revelou fecunda, interessa incluir uma contribuição que, ainda que dialogando com esta hipótese, pudesse trazer novas determinações. É, assim, se traz para o debate o texto de Kossok¹⁰⁹, “Feudalismo y capitalismo en la historia colonial de América” (1989). Mas afinal, o que a leitura de Kossok pode oferecer? Primeiramente, um mergulho no debate antes mencionado, a respeito do “circulacionismo”; e observações metodológicas que julga-se relevantes de serem tomadas em conta. Ora, para Kossok, trata-se de um despropósito a concepção de que os países ibéricos já se encontrassem em uma etapa de transição entre feudalismo e capitalismo quando da empreitada colonial – o que não nega a existência de elementos claramente capitalistas nestas sociedades, como diversos estudiosos o demonstraram. Mais importante, o autor aponta para o fato de que algumas sociedades nas quais o comércio é claramente a atividade econômica dominante – como, por exemplo, as cidades italianas – já apresentariam formas capitalistas, porém incipientes (*Frühkapitalismus*), por não penetrarem nas relações agrárias ou consolidarem um setor manufatureiro importante (KOSSOK, 1989). Problematiza-se, assim, a imagem de uma colônia “capitalista”, sem que isso infirme seu papel no processo da acumulação primitiva.

Quanto à concepção de um modo de produção feudal-colonial, enquanto tendo um papel dominante, porém não exclusivo, Kossok firma posição quanto a existência simultânea

¹⁰⁹ Manfred Kossok (1930-1993), historiador latino-americanista proveniente da República Democrática Alemã, (RDA) tornou-se reconhecido por sua capacidade de desenvolver abordagens inovadoras nos estudos históricos sem deixar de lado o instrumental marxista-leninista. Isso fez com que seus estudos ganhassem popularidade, por exemplo, entre os historiadores cubanos – mas contribuiu também para sua pouca circulação em nosso País.

de diversas formas de produção. Assim, foge do esquematismo ao afirmar uma economia plurissetorial, sem que isso implique em equilíbrio ou igualdade de importância. Seriam estes setores básicos: a economia natural camponesa (indígena); a produção mercantil simples, de importância local; a escravidão; a produção agrária feudal ou semifeudal, vinculada ao mercado externo; e núcleos de produção capitalista de forma embrionária, porém já deformados e dependentes. Nesta exposição, Kossok faz um interessante contraponto com Ciro Flamarion Cardoso, cujo conceito de “modo de produção colonial” – sobre o qual serão tecidos comentários adiante – isolaria artificialmente o processo histórico latino-americano do contexto universal de desenvolvimento das relações e modos de produção; o que deve-se apontar sim é a existência de *condições especificamente coloniais* para o desenvolvimento das formas escravistas, feudais ou capitalistas nas Américas. Neste sentido, alerta quanto aos abusos cometidos a partir da elaboração marxiana de “modo de produção asiático” como modelo para formulações “originais” nos países da periferia do capitalismo – crítica esta que pode-se estender, também, a outros autores que trabalharam com a concepção de um *modo de produção específico* nas colônias americanas, tal como Jacob Gorender (1978).

Através de embates contra formulações de autores referenciados – o que demonstra, ademais, o compromisso de sua análise e a densidade de seus estudos –, Kossok, também, toca em outras polêmicas, das quais vale a pena recuperar a questão da existência ou não de formas feudais. Em linha com a defesa de Sodré anteriormente apresentada, Kossok defende que a essência do feudalismo é sua base agrária, o papel da terra como meio mais importante de produção e o caráter específico das condições de dependência e subordinação entre senhores feudais e camponeses. Contesta, assim, aqueles que vão usar a inexistência de relações jurídico-institucionais idênticas as presentes na Europa Ocidental como argumento para negar a existência do próprio feudalismo. Finalmente, elenca os traços que o levam a definir – próximo as teses de Guimarães – o sistema como um *feudalismo* colonial, a saber: a base agrária; a existência de formas de dependência e exploração forçadas de essência feudal (excluída, aqui, a escravidão); a decadência geral do sistema feudal; a função objetiva da colônia no mercado mundial em formação; o desenvolvimento das relações monetário-mercantis com uma incongruência estrutural entre mercado interno e externo; o predomínio do Estado feudal absolutista na configuração do Sistema Colonial; e, finalmente, o papel chave da compulsão extra-econômica no sistema de relações sociais.

No restante de seu texto, Kossok se dedica ao debate com autores que abordaram a América Hispânica como objeto de discussão. Isto traz algumas diferenciações importantes com relação aos problemas postos na América portuguesa, que o autor mesmo faz questão de

pontuar. O importante agora, porém, é que Kossok traz diversas questões que podem servir para problematizar algumas visões arraigadas a respeito da base estrutural socioeconômica que fundamenta a colonização das Américas.

Concluída esta digressão a propósito da “teoria consagrada” dos traços feudais na colonização – digressão esta que, se reconhece, tem caráter limitado – acredita-se ter apontado a necessidade de um maior acúmulo crítico neste debate. Não é casual, neste sentido, que Coutinho – como visto anteriormente – tenha deixado uma janela à possibilidade de confirmação desta suposição teórica. De fato, apontam-se as conexões de seu pensamento com a inspiração desta tese – ainda que, ressalta-se, seu constructo teórico passe pela *infirmiação da existência de resquícios feudais*. Este ponto será retomado quando for abordada a *hipótese escravista*, em suas duas vertentes. Por hora, entretanto, é necessário passar à recuperação – também limitada – daquela que foi a principal oposição a tese do feudalismo durante os embates dos anos 1960. A ideia, aqui, é uma referência – cuja crítica já apareceu em trechos de nossa apresentação – sobre a *colonização enquanto empreendimento capitalista*.

5.2.2 A hipótese capitalista: em luta contra o esquematismo

Certamente é Caio Prado Júnior o principal referente da teoria que busca ver na instalação do Sistema Colonial uma expressão de *capitalismo* – ainda que, é importante assinalar, o historiador paulista não a tenha formulado de modo tão direto. Contrariamente à lógica desenvolvida por parte daqueles que abordam o debate a respeito da transição, a posição caiopradiana – que vê nas relações estabelecidas entre a Colônia Brasileira e a Metrópole Lusitana um caráter *capitalista* – não surge como uma crítica da ideia de relações feudais, mas sim como uma interpretação original da Formação Econômico-Social Brasileira. Ora, e quais são os argumentos apresentados por Prado Jr. para tal defesa? É em busca destes que se estuda *A revolução brasileira*, obra clássica de 1966. Se não é neste que sua elaboração aparecerá pela primeira vez, essa é certamente uma de suas versões mais correntes, dado o momento de sua vinda ao público: dois anos após o Golpe de abril de 1964, *A revolução brasileira* foi tomada não só como uma obra de debate historiográfico, mas principalmente como uma resposta aos erros da esquerda brasileira pré-1964 que teriam levado à sua derrota, erros estes que teriam sua origem numa compreensão equivocada de nossa Formação Social.

Prado Jr será ácido nas críticas. Para ele, como já dito, os erros políticos da esquerda estão indissolúvelmente ligados a seus erros teóricos, erros estes que Caio Prado não busca

apaziguar, afirmando tratar-se de uma compreensão errada das teorias marxistas e uma tentativa de “aplicação” mecânica de conceitos inadequados para nossa realidade nacional – nomeadamente, a tentativa de reproduzir a estratégia leninista da Revolução Russa de 1905. Isso teria levado os marxistas brasileiros a verem aqui a existência dos *mesmos elementos presentes* naquela Rússia e que estão na base da ideia da revolução democrático-burguesa: traços feudais, campesinato, burguesia nacional...

Qual é, portanto, a hipótese histórica apresentada por Prado Jr? Retomando ideias já formuladas anteriormente, o autor apresenta a ocupação e colonização do Brasil como produto lógico das necessidades de expansão da burguesia mercantil lusitana. Numa perspectiva que se pretende totalizante, afirma-se que a sociedade e a economia brasileiras *organizaram-se para fora*, como fornecedora de mercadorias para o comércio europeu. E é aqui que se chega ao ponto central das teorias de Caio Prado, quando este afirma o "sentido da colonização" do Brasil - integrado à expansão mercantil europeia e exportando produtos primários, produzidos em latifúndios escravistas, o Brasil já nasceria capitalista (PRADO JR, 1966).

Neste sentido, a economia colonial seria uma grande exploração comercial, gerada pelo capitalismo mercantil europeu e voltada para o mercado externo. Capitalistas, portanto, são as relações no campo, e não feudais – não por acaso, Caio Prado negará importância à luta por uma reforma agrária distributivista, afirmando a prioridade da luta por direitos em um campo onde a maioria da população seria não camponesa, mas sim proletariado rural. Subordinada desde sempre, tampouco haveria interesse de uma suposta burguesia nacional na efetivação de um projeto autônomo. Não haveria assim, intermediações ou etapas “anti-imperialistas”. Para Caio Prado, o Brasil é plenamente capitalista com todas as suas implicações.

Se for certo que Caio Prado Júnior cumpre um importante papel no combate ao mecanicismo, aqui, parece ser necessária reafirmar a crítica a suas teses. Tal como outros autores – inclusive aqueles que discordam com o ponto central de suas teses, como visto anteriormente – o historiador paulista apontou corretamente a *subordinação estrutural* da economia brasileira ao circuito metropolitano. Porém – retomando aqui o debate já referenciado a propósito do “circulacionismo”, que não se poderá estender aqui – não parece correta sua compreensão do vínculo entre a existência do capital mercantil e a existência de relações capitalistas. Na verdade, Caio Prado, aqui, parece realizar uma confusão entre a *existência do mercado* e a existência do *modo de produção capitalista* – afinal, as relações mercantis precedem, em muito, a emergência da ordem do capital. A própria noção de

“capitalismo mercantil” foi alvo de polêmicas entre os historiadores – haja vista, a reiteração da confusão entre as esferas da *produção* e da *circulação*.

Claro está que, aqui, se toma um distanciamento crítico das teses de Caio Prado Júnior. Tal como na abordagem de Werneck Sodré, porém, acredita-se, ainda, ser necessário efetivar um “ajuste de contas” com esta herança teórica, a partir de um amplo debate de suas teses e uma reavaliação de sua obra. Este trabalho, qual já se dedicaram e se dedicam historiadores de filiação marxista, parece, assim, ainda guardar um potencial de pesquisas e discussões que deve ser devidamente explorado.

A partir da interpretação clássica de Caio Prado Júnior, toda uma escola de pensadores se dedicou a desenvolver a tese do “caráter capitalista” da colonização. A partir de uma incorporação diferenciada do instrumental marxista, parece ser esta a posição de José Chasin – conforme busca-se estabelecer durante a análise de sua obra. Para além do filósofo paulista, outros autores também buscaram densificar tal perspectiva – neste sentido, é importante mencionar a obra de Antonio Carlos Mazzeo.

Como já se pode abordar anteriormente, Chasin tem uma compreensão diferenciada quanto ao processo de evolução histórica do Brasil. Sua ideia de *via colonial* parte da noção lukacsiana de *via prussiana* – porém incorpora o que o autor julga serem as determinações específicas que levam a conformação de um capitalismo hipertardio, diferente do capitalismo tardio que se manifesta na Alemanha, na Itália e no Japão. Levando-se em conta a condicionante da subordinação econômica, a “via colonial” de desenvolvimento põe-se, assim, como via de desenvolvimento capitalista específica da História Brasileira – ainda que, não se possa negar o possível emprego de seus parâmetros na compreensão de outras formações sociais nas Américas, como a argentina ou a mexicana. Note-se, porém, que apesar de se utilizar da ideia de *via colonial*, Chasin reitera a hipótese caiopradiana da Colônia enquanto empreendimento capitalista – haja vista estar posta pela dinâmica do capital mercantil metropolitano. Assim, em que pese sua noção da via colonial como um processo de *objetivação* do capitalismo, este processo não parte da transformação de uma base diferenciada anterior.

Partindo da incorporação da categoria de via prussiana e do diálogo com a elaboração de Chasin, Antonio Carlos Mazzeo elabora sua compreensão madura das origens do processo histórico da Formação Social Brasileira em sua obra “Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa”. Neste texto – que, aqui, não será analisado com a exaustividade a que faria jus – Mazzeo estabelece uma conceituação própria, ao afirmar, aqui, a existência de uma via “prussiano-colonial” (MAZZEO, 1989). Não se trata, porém, de mero jogo de palavras:

reflete-se, aqui, a maior preocupação do autor paulista em saturar de determinações históricas a hipótese por si defendida. É por isso que Mazzeo se dedica a enfrentar as posições já estabelecidas, polemizando tanto com os autores que buscaram demonstrar a existência do feudalismo como com os autores que buscaram ver na Colônia Americana a existência de um modo de produção específico. Retomar-se-á esta crítica mais adiante. Por hora, cabe apenas diferenciar os dois níveis de crítica realizada por Mazzeo: no caso da negação do feudalismo, o autor se agarra a ideia de capitalismo mercantil, buscando localizar em Marx e Engels fundamentos que permitam *infirmar* a hipótese histórica da qual são expoentes Anderson e Takahashi, ou seja, aquela que afirma, grosso modo, ser o Estado absolutista um Estado feudal, e não a expressão de um processo de transição ao capitalismo. Assim, Mazzeo *se recusará a ver em Portugal a expressão de uma sociedade plenamente feudal*, mas apenas a ocorrência de elementos feudais numa sociedade *predominantemente mercantil*.

Já no que diz respeito à especificidade da Colônia, Mazzeo verá exatamente no latifúndio escravista – peça-chave da teoria do escravismo colonial – o elemento que confere caráter capitalista às colônias americanas. Para tanto, fundamenta sua opinião numa assimilação com as colônias do sul dos EUA e sua vinculação com o mercado mundial. Ao ter sua produção plenamente orientada para o mercado, o latifúndio escravista – que, aqui, ganha o epíteto de “moderno” – expressaria a predominância das relações capitalistas. As sesmarias são entendidas, aqui, não como uma concessão feudal, mas como uma empresa capitalista. E é isto que levará a conformação da sociedade brasileira sob a égide do capitalismo – ainda que um capitalismo subordinado e conciliador, o que trará efeitos perversos para a evolução de nossa Formação Social e cujo produto acabado será uma burguesia estruturalmente débil, incapaz, assim, de cumprir as tarefas históricas desempenhadas pelas burguesias nacionais européias.

Porque, então, a categoria de “via prussiana-colonial”? Mazzeo justifica-se ao apontar a necessidade de um conceito que, incorporando as aproximações essenciais do problema da via prussiana, não deixasse de lado a determinações específicas de sua manifestação em nossa Formação Social. Veja-se:

Na Alemanha a unidade nacional é imposta de cima para baixo; no Brasil, essa unidade também o é. A nobreza *junker* constitui-se, na verdade, numa burguesia com título de nobreza e algo similar temos com a “nobreza” brasileira que herda o aspecto da fidalguia portuguesa. O processo de construção do Estado nacional é excludente para as massas, tanto na Alemanha como no Brasil. No entanto, essas semelhanças formais guardam diferenças de cunho estrutural e, aí, a dimensão colonial se coloca com toda a legitimidade e legalidade que a história lhe confere. [...] O aspecto “prussiano” parece, assim, no sentido de caracterização de um

processo tardio de acumulação de capital, consagrado na análise leniniana como uma *forma de desenvolvimento burguês, que se enquadra nas grandes tendências gerais de análise da entificação do capitalismo*. Pensamos então que, para melhor conceituar o processo brasileiro, a noção de “*via prussiano-colonial*” é a que mais expressa sua geneticidade, porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia (ou “hipertardia” como quer Chasin) e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil. (1989, p. 118-119)

Para além destes teóricos qualificados, cabe notar, também, que, como já afirmado anteriormente, Caio Prado Jr. foi recuperado no imediato pós-1964 como a resposta aos supostos equívocos da esquerda que teriam levado ao Golpe e a derrota. Suas teses, recicladas e refuncionalizadas, passam a oferecer o suporte teórico àqueles que defendiam a necessidade de uma luta imediata pela revolução socialista. Trata-se de uma releitura à esquerda, na qual – ao troco de um maior rigor teórico-histórico – se reitera a crítica política as teses pecebistas quanto às possibilidades de desenvolvimento de um capitalismo nacional e, subsequentemente, às formulações teóricas que ofereceram suporte a esta visão. Chasin e Mazzeo, porém, devem ser entendidos de modo diferenciado – apesar de partirem da elaboração caiopradiana, sua construção teórica tem um rigor e originalidade diferenciados, em oposição, assim, à vulgarização das teses do historiador paulista.

5.2.3 A hipótese escravista: um modo de produção singular?

Se a polêmica histórica durante os anos 1960 foi – até mesmo pelas demandas postas pela conjuntura – centrada no debate entre feudalismo e capitalismo, cabe notar que a moderna pesquisa histórica retomou com força uma elaboração aparentemente óbvia: a concepção de uma origem *escravista* da Formação Social Brasileira. Aqui, há de se ter cuidado com as palavras para que se possa estabelecer com justiça a posição dos autores referenciados. Afinal, nenhum historiador havia defendido a ausência do trabalho escravo enquanto dado medular da economia colonial. Há, no entanto, compreensões diferenciadas quanto ao significado desta relação de trabalho. Ora, aqueles historiadores que defendem a tese do caráter capitalista da colonização alegam que o caráter da relação de trabalho do escravo *não é determinante* para o estabelecimento do caráter geral da Formação Social da Colônia. Como visto, estes alegam que tal determinação estruturante é a sua subordinação ao capital mercantil metropolitano – trata-se, portanto, de uma relação capitalista ao qual o trabalho escravo está subordinado (não casualmente, estes historiadores preocuparam-se em estabelecer o caráter moderno do latifúndio a partir desta determinação).

Já houve uma remessa anterior à crítica que é realizada à escola caiopradiana. Porém também Guimarães, ao conceituar sua compreensão do feudalismo colonial, afirmará o predicado do arcabouço de *relações feudais* que, em uma situação de ausência da mão de obra servil, teve de apoiar-se na transplantação da mão de obra escrava. Poder-se-ia, assim, dizer que, se na hipótese capitalista o trabalho escravo aparece subordinado às relações mercantis, aqui, o trabalho escravo aparece subordinado às *relações feudais*.

Trata-se, finalmente, de um caso diferenciado sobre os autores que afirmarão a existência de um *modo de produção escravista*. Sodré – a quem foi feita menção quando tratada a “teoria consagrada” – afirma a existência do *escravismo na sociedade colonial*. Porque, então, está identificado com a hipótese feudal? É que na obra do general, o *escravismo* não se estabeleceu em todo o território nacional, estando presente junto com outras *regimes de produção* – dentre os quais as relações feudais. Ato contínuo, é no processo de transição ao capitalismo – processo este, assinala Sodré, que não pode ser entendido de modo linear – que se produz o fenômeno da *regressão feudal*. Cabe notar, aqui, como a interpretação de Sodré foi diversas vezes distorcida – sua compreensão do processo é muito mais complexa, independente se for aceita ou não a fórmula da “regressão”.

Carlos Nelson Coutinho, também, afirmará a conformação de uma sociedade escravista – tal como se pode estabelecer no capítulo dedicado ao estudo de sua obra. Coutinho, como já visto, defenderá que a transição do *escravismo* ao capitalismo deu-se sem mediações – rejeitando, assim, a ideia da *regressão feudal*. Porém, também, descartou aqueles que buscaram ver no *escravismo* que surge na Colônia – a partir de uma leitura específica das observações de Marx a propósito do modo de produção asiático – a manifestação de um *modo de produção específico*: o *modo de produção colonial* ou *escravismo colonial*. Já foi observado, no momento adequado, as implicações problemáticas de tal posição – haja vista que não fica clara qual a legalidade referencial do modo de produção escravista que serve para amparar a leitura coutiniana, abrindo espaço para uma aproximação desta leitura à transplantação da legalidade do *escravismo antigo*. Cabe agora, porém, mencionar aqueles autores que defenderam a concepção de um *modo de produção específico* nas Américas.

Alguns destes autores já foram aqui mencionados nas críticas que receberam. Nem todos realizam uma mesma defesa e, neste sentido, a proposta é selecionar alguns autores de maior circulação na historiografia como representantes de um campo de pensamento que se coloca como um “*tertium datur*” frente ao embate entre a hipótese capitalista e a hipótese

feudal. Assim, é importante recuperar os traços fundamentais da leitura de Jacob Gorender¹¹⁰, Ciro Flamarion Cardoso¹¹¹ e Décio Saes¹¹², a serem referidas de agora em diante.

Nos três trabalhos, se vê uma oposição a ideia de *capitalismo* na Formação Social Brasileira. Tal como Saes defende em seu texto, aqueles que defendem a ideia de capitalismo incorrem no erro de autonomizar o processo de circulação, ignorando as particularidades deste no devir histórico e abrindo margem a possibilidade de universalizar as relações capitalistas de produção para o conjunto da História (1982). Tratar-se-ia, portanto, aqui, da emersão de um modo de produção escravista – relação de trabalho principal – porém não idêntica ao escravismo clássico – daí sua designação enquanto colonial. Este novo modo de produção seria uma decorrência direta do processo de expansão mercantil do capital, cabendo, assim, aos historiadores identificar suas determinações e as leis de seu movimento (GORENDER, 1980). Quanto aos ataques da ortodoxia, aparece, aqui, o recurso ao exemplo do “modo de produção asiático” enquanto demonstração da possibilidade/necessidade de se presumir a existência de modos de produção diferenciados daqueles vistos como clássicos a partir do estudo da História Europeia.

Pois bem: tal como afirmado anteriormente, os três autores não tem uma única posição. Saes se diferencia dos conceitos defendidos por Gorender e Cardoso ao elaborar uma concepção diferenciada quanto a ideia de *modo de produção*. Por sua vez, Gorender e Cardoso se diferenciam no que tange a aceitação de modelos, ou seja, leis gerais que regem um modo de produção (CARDOSO, 1975). Incidem, aqui, não só as condições de desenvolvimento da pesquisa dos autores, como, também, a própria formação dos mesmos: Saes é um cientista social, cuja obra se destaca pelo rigor teórico combinado a um alto nível de abstração; Cardoso é um historiador de ofício, no qual o referencial marxista é combinado com sua formação a partir de autores da *Escola dos Annales*; ao passo que Gorender é um militante político autodidata, sem que isso traga prejuízos a sua capacidade de formulação e leituras. O que os unifica, porém, é a ênfase no escravismo enquanto elemento fundante para a compreensão da Formação Social Brasileira.

¹¹⁰ Jacob Gorender (1923-2013), historiador autodidata e militante comunista. Combateu na Itália como parte da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Dirigente do PCB, colocou-se entre os setores que buscaram uma radicalização da linha partidária no pós-1964. Derrotado no processo do VI Congresso, participou da fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e da luta armada contra a Ditadura. No processo de autocritica, no qual embarcou posteriormente, envolveu-se no debate histórico a partir da formulação da tese do *escravismo colonial* (1978).

¹¹¹ Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013), professor universitário. Dono de uma extensa obra, é renomado internacionalmente como referência dos estudos históricos – em especial, por sua contribuição no campo da metodologia e da discussão do escravismo.

¹¹² Décio Saes é doutor em Sociologia e, atualmente, professor da Universidade Metodista de São Paulo.

Infelizmente, questões de espaço impedem de realizar aqui uma crítica mais detalhada de Saes, Gorender e Cardoso. Dois elementos, no entanto, parecem relevantes de serem apontados – elementos de crítica que unificaram tanto aqueles que defendem a concepção das relações feudais quanto aqueles que falam em capitalismo colonial no embate às concepções destes autores. Em primeiro lugar, ao tentar estabelecer as especificidades do Sistema Colonial no Brasil, estes autores acabam por incorrer na perda da dimensão da *totalidade*, desvinculando nossa Formação Colonial de suas determinações externas e relegando a segundo plano suas conexões com o mercado mundial. Mazzeo identifica aqui o erro central destes autores – o recurso a construções tipificadas do real, que despreza “o aspecto da interação dialeticamente indissolúvel do particular e do universal” (1989). Não é casual que Werneck Sodré, para além de recuperar algumas indica es de Rosa Luxemburgo quanto as correla es estabelecidas entre o sistema capitalista mundial e as forma es pré-capitalista – fazendo, assim, a crítica às tentativas de isolar a Colônia Brasileira de suas articula es com o mercado mundial – não deixasse de afirmar, numa crítica mordaz e bem-humorada, que o “modo de produ a escravista colonial” não passava de um conjunto aleatório de leis de movimento e institui es presentes no Brasil Colônia. (SODRÉ, 1990)

Em segundo lugar, sua ênfase no elemento escravo, que contribuiu para realçar a importância de um estudo mais elaborado do mesmo – tal como já fazia Genovese nos EUA (1976) – e   um marco para todo o debate historiográfico moderno em torno da escravidão no Brasil, também serviu de pretexto para o deslocamento do debate principal: ao invés da discussão da forma a sócio-econ mica, todo um ramo de estudos se desenvolveu em torno do “trabalho escravo”, sua contraposi a ao “trabalho livre” e a importância de sua luta contra a domina a para as transforma es sociais no Brasil – algo que parece razoavelmente exagerado.

A partir, assim, deste excursu pelas diversas posi es presentes no debate histórico da Forma a Social Brasileira, acredita-se localizar as posi es de Carlos Nelson Coutinho e de José Chasin – bem como deixar em aberto as possibilidades de crítica de suas respectivas posi es. Tal como afirmado na abertura desta se a, não se trata aqui de exaurir todo o debate – algo que extrapolaria amplamente o escopo deste trabalho – ou mesmo de estudar a obra dos principais intérpretes de nossa Forma a. Trata-se apenas de estabelecer algumas posi es referenciais no debate, de modo a compreender a inser a e os vínculos das teorias defendidas pelos os autores que foram objeto deste estudo. Quanto às indica es que podem ser formuladas, a partir deste exercício crítico, voltar-se-  a elas na conclusão.

5.3 CARLOS NELSON COUTINHO E JOSÉ CHASIN: UM ELENCO DE DIVERGÊNCIAS A PARTIR DAS LEITURAS REALIZADAS

Se o objeto principal desta pesquisa foi o estudo da apreensão da categoria de *via prussiana* por parte dos autores pesquisados, o estudo de suas obras acabou por levantar uma série de polêmicas existentes entre os dois autores – polêmicas estas que estiveram, direta ou indiretamente, relacionadas a formulação que realizaram do processo histórico, bem como às consequências que extraíram de seus estudos. Acredita-se, assim, que cabe, neste último item deste capítulo, elencar tais polêmicas – deixando, assim, em aberto algumas questões que poderão ser objeto de pesquisas futuras que se debruçam sobre a mesma temática.

Como se pôde ver anteriormente, uma das polêmicas que envolvem os autores diz respeito, exatamente, à sua compreensão das origens da Formação Social Brasileira. Enquanto Carlos Nelson Coutinho defende a compreensão desta enquanto uma sociedade escravista, José Chasin aponta para a inserção da economia colonial de modo subordinado ao circuito do capital mercantil como a relação principal desta Formação Social. É, assim, que Chasin compreenderá a objetivação do capitalismo enquanto um processo que vai se pondo a partir da *via colonial* – diferente, portanto, da compreensão coutiniana do processo de transição ao capitalismo sob a *via prussiana*.

Se esta questão já havia sido razoavelmente estabelecida nesta dissertação, julga-se que ela tem uma implicação importante para a compreensão diferenciada de uma série de processos pelos autores investigados. É, assim, que, em Carlos Nelson Coutinho, tem-se a compreensão da emergência do capitalismo como sendo um processo relativamente balizado pelo processo da independência e a Revolução de 1930 – bem como, também, pode-se ver, no advento do Golpe de 1964, um marco fundamental para a compreensão do trânsito ao CME. Chasin, por sua vez, *descarta* a teoria do CME – a grande guinada da ordem do capital, a seu ver, dá-se com o advento da *globalização* nos anos 1990, motivo pelo qual o filósofo paulista demarca o processo de emergência do “verdadeiro capitalismo” entre os anos de 1930 a 1990. Sua demarcação central refere-se, isso sim, as diferenças entre o processo de objetivação do *capitalismo tardio* e o *capitalismo hipertardio* – demarcação ausente na projeção coutiniana.

Ainda, no marco do debate econômico, parece importante indicar a compreensão diferenciada que os autores têm do problema da superexploração do trabalho enquanto elemento medular do *modelo econômico* implantado no País, após-1964: se os dois concordam com sua presença enquanto característica daquele modelo, divergem quanto à possibilidade da reversão deste elemento. Em Coutinho, vê-se a afirmação da possibilidade de

ruptura com esta característica, como parte mesmo do processo de emergência do CME. Chasin, por sua vez, verá no modo de objetivação do capitalismo no Brasil uma imposição estrutural que inviabilizaria a sua reversão – para tal, afirmava o filósofo paulista, seria necessária uma mudança nos padrões de organização da produção; daí, como visto, a centralidade da preocupação econômica em sua intervenção.

A intervenção política dos autores estudados, também será um ponto de divergência entre ambos – e, compreender esta divergência, deve-se assinalar seu entendimento diferenciado do problema do *Estado*. Como visto anteriormente, Coutinho compreende o Estado a partir da incorporação do categorial gramsciano, afirmando a necessidade de ser compreender sua “autonomia relativa” como derivada dos processos de ocidentalização. Neste sentido, Coutinho empresta uma *dimensão positiva* à política, enquanto espaço central da ação humana e para a conformação de transformações sociais – não por acaso, assume o problema da democracia uma dimensão central em seu pensamento. Chasin, por sua vez, tem uma compreensão *negativa* da política – tal como se pode ver, ao localizar sua ideia da *ontonegatividade* desta. Neste sentido, cabe lembrar a afirmação chasiniana do Estado enquanto uma manifestação da ordem do capital – motivo pelo qual não cabe a discussão *politicista* de sua democratização, mas sim a destruição deste a partir da reversão dos elementos econômicos que levaram a conformação da organização da produção tal como se pusera historicamente.

Fica compreendida, assim, a polêmica tática entre os dois autores – a centralidade ou não da reivindicação das liberdades democráticas formais – bem como a diferença de sua projeção estratégica – de um lado, a ideia da *democratização da economia nacional*; de outro, a ideia de uma nova *organização da produção*. Ainda neste ínterim, cabe notar a compreensão diferenciada do papel da *burguesia* no processo: os dois autores estabeleceram, a partir da análise histórica, o caráter *subordinado* desta – derivado da origem colonial e crítico à noção de burguesia nacional. Porém há em Coutinho a aposta – ainda que mediatizada – na possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo, premissa e resultado daquele processo de democratização da economia. Quanto à Chasin, não há, aqui, qualquer ilusão de pretensão autonomista por parte da burguesia – sua conformação posta pelo processo colonial inviabiliza a manifestação desta em prol de um programa assentado na ruptura com os laços com o imperialismo.

Finalmente, há que se mencionar a polêmica do *fascismo*. Já foi mencionado, quando da análise da obra de Chasin, a compreensão por este elaborada do fenômeno, que incorpora as determinações históricas presentes nas formações do *capitalismo tardio*. Esta demarcação

histórica impede, assim, o emprego desta categoria para a compreensão de fenômenos fora daquela *conjunção sócio-histórica*. Ora, Coutinho não trabalha com esta compreensão restrita do fenômeno fascista; incorporando, em especial, as formulações de Gramsci e de Togliatti, Coutinho compreende o fenômeno fascista como sendo possível de emergir em todas as sociedades onde já se deu a emergência do capitalismo monopolista. Cabe lembrar, neste sentido, que Coutinho empregou mesmo – durante algum tempo – a caracterização de fascista no debate a propósito do caráter do regime instaurado no Brasil pós-1964, caracterização porém que abandona, ainda nos anos 1970.

Muitas são as questões, portanto, que opõe a compreensão coutiniana e chasiniana – questões estas que ultrapassam a polêmica entre o uso da categoria de *via prussiana* e a ideia de *via colonial*. Um estudo mais detalhado destas, a partir da crítica de seus referenciais teóricos, é tarefa que apenas iniciada neste trabalho.

6 CONCLUSÕES PRELIMINARES

Acredita-se que, na exposição anterior foram formuladas algumas assertivas que responderem aos problemas postos no início deste trabalho. Cabe aqui, portanto, ressaltar algumas conclusões preliminares quanto aos problemas abordados – direta ou indiretamente – nesta pesquisa, apontando, assim, elementos que poderão ser aproveitados e/ou problematizados em estudos posteriores.

6.1 A HIPÓTESE POSTA À PROVA

Após estabelecer algumas respostas às questões colocadas, a partir do projeto de pesquisa, o objetivo, aqui, é o de estabelecer a justeza da hipótese aventada àquela altura, a saber: a de que a incorporação diferenciada da categoria de *via prussiana* está intimamente ligada à compreensão, por parte dos autores, aqui elencados, enquanto objetos de estudo, do próprio processo histórico da Formação Social Brasileira, mais especificamente, do processo de trânsito ao modo de produção capitalista em nosso País. Foi afirmado, àquela altura que, em caso de confirmar-se tal hipótese, o debate de *via prussiana* poderia servir, também, de bilhete de ingresso para um debate muito mais amplo: aquele que gira em torno da caracterização do processo histórico de transformação da estrutura sócio-econômica nacional e seu enquadramento na problemática dos modos-de-produção da vida social.

Aqui e agora, pode se afirmar que a hipótese inicial revelou-se *parcialmente afirmativa*. Ora, tal como foi buscado demonstrar na análise dos textos dos autores, sua compreensão do processo da Formação Social influenciou para sua apreensão da categoria de *via prussiana*, porém seria equivocado reduzir tais divergências *apenas* a este elemento. De fato, como se acredita ter podido demonstrar, há diferenças *muito mais amplas* na compreensão teórica dos autores pesquisados, ainda que se utilizem de um *instrumental e de referências teóricas comuns*. Isto deve servir de alerta, desde já, há qualquer tentativa de redução dos problemas postos pela elaboração intelectual de um autor a apenas um *fragmento* de suas ideias – tal como no estudo das sociedades, a dimensão da totalidade aqui se põe como central para o avanço da pesquisa. De certa forma, tal consideração, também, contribuiu para algumas debilidades que podem ser identificadas na argumentação apresentada aqui – dado que um estudo mais exaustivo das obras dos autores interpelados ultrapassa o escopo de uma dissertação de mestrado. Acredita-se, porém, se ter dado um *primeiro passo* nesta direção.

Isto, também, se aplica para a segunda parte da hipótese – de fato, ao interpelar o debate em torno da categoria de *via prussiana*, decisivamente, se arrastou para a polêmica em torno do caráter dos estágios de nossa Formação Econômico-Social, do que o breve excursus realizado no capítulo 4 é testemunha. Note-se, porém, que tal empreendimento ainda não é suficiente para alcançar soluções definitivas – como reiterado diversas vezes no correr deste trabalho, acreditando-se ser premente um maior debruçar sobre esta querela, de modo a estabelecer posicionamentos fundamentados e evitando uma simples abordagem da História a partir de fórmulas e *pré-conceitos* amplamente difundidos.

6.2 QUESTÕES EM ABERTO

Se for possível afirmar uma resposta preliminar aos questionamentos já formulados, quando da elaboração da proposta de pesquisa, salta aos olhos a massa de *questionamentos possíveis* que foram se apresentando durante o desenrolar deste trabalho. Deste modo, acredita-se que, aqui, não serão apresentadas respostas fechadas – antes se buscou o estímulo para um maior aprofundamento no estudo e na pesquisa das características determinantes de nossa Formação Social.

Ora, sem recorrer a qualquer espécie de neutralidade frente às questões levantadas, acredita-se que se devem indicar alguns *posicionamentos* formados a partir deste estudo. Reitera-se que não se descarta a incorporação de parte das formulações, por parte de qualquer um dos autores, na medida em que estas colaborem para a compreensão das determinações operantes em nossa Formação Social. Há, porém, algumas opções que não podem deixar de ser assinaladas.

Talvez a mais polêmica seja o questionamento a propósito do caráter de nossa Formação Social, tal como indicadas acima. E, nesta polêmica, é inegável que se está mais próximo da compreensão de Coutinho do que das posições de Chasin. É que são justas as críticas que julgam ser uma compreensão anacrônica a identificação de relações capitalistas na compreensão da sociedade colonial. Já se pôde verificar esta crítica com algum cuidado durante a pesquisa. Importa, agora, porém, *revalidá-la*. Da mesma forma, acredita-se que é problemática a compreensão que vê na Formação Colonial um *modo de produção específico*. Qual é, portanto, a sua legalidade própria? Como poderia ser um modo de produção sem capacidade de reprodução autônoma? Deste modo, a indicação coutiniana de compreender a origem de nossa Formação Social sobre o prisma do escravismo, parece aquela que mais se aproxima de resultados adequados.

Isso não quer dizer que se incorpore a totalidade da interpretação de Carlos Nelson Coutinho. Como se pode observar, sua hipótese histórica demanda um tratamento mais sistemático, um estudo apurado que permita estabelecer as determinações operantes nesta sociedade. A partir das indicações ali presentes, e da crítica elaborada por outros autores, acredita-se, porém, estar no caminho de uma compreensão acertada deste problema.

Ainda, neste marco, é importante recuperar em Chasin (e, também, em outros críticos da mesma talha, como Mazzeo), a preocupação com a *determinação das particularidades*. Recuperemos aqui as preocupações de Lukács (1978) ao estabelecer os cuidados metodológicos no uso desta rica categoria:

“a concretização a que nos referimos não pode ir do abstrato ao universal (regra) ao puro e – conseqüentemente – indeterminável singular (gênio), e que, pelo contrário, nós devemos colocar como objetivo a constante concretização da particularidade, obtida com o máximo possível de mediações concretas. O materialismo histórico proporciona um tal método inclusive para a consideração teórico-estética, sobre cuja base, com a aplicação do seu método, estes problemas podem e devem ser tratados.” (1978, p. 172)

De fato, a análise coutiniana, por vezes, padece do recurso excessivo a abstrações, numa leitura que *simplifica* alguns processos que merecem melhor trato. Nesse sentido – e tendo em mente as considerações metodológicas de Lukács – localiza-se a contribuição mais efetiva da teoria da “via colonial”.

Não é preciso reiterar a validade consignada ao instrumental teórico marxista, bem como da contribuição lukacsiana. Também, parece óbvia a conclusão de que a incorporação da categoria de via prussiana serviu, sim, para uma maior aproximação das determinações presentes no processo da nossa Formação Social. De fato, esta indica uma das pedras angulares para a construção de uma compreensão acertada da realidade. Ainda, nesse sentido, é importante pontuar a existência de indicações valiosas na crítica coutiniana. Porém, estas indicações demandam um trato cuidadoso, de modo a evitar a incorporação daqueles problemas que foram apontados durante este trabalho – tal como parece ser o caso, a título exemplar, do trato por ele oferecido aos problemas da relação entre *socialismo e democracia*.

Quanto à obra de Chasin, reitera-se suas indicações críticas – porém, é importante, novamente, ressaltar a discordância quanto a sua teoria da onto-negatividade da política. Aponta-se esta divergência, porque se acredita que muitas das conclusões de Chasin acabam por ser *viciadas* por esta construção teórica que, como já apontado anteriormente, parece inteiramente falsa e despropositada no campo da teoria marxista.

Finalmente, cabe ainda mencionar a polêmica do fascismo – polêmica esta que parece repostada pelos problemas da atualidade. Acredita-se que a abordagem de Chasin tem o mérito de buscar saturar de determinações o fenômeno – impedindo, assim, a vulgarização do conceito. Em especial, há de se ressaltar sua contribuição para a análise do *fenômeno integralista* – com certeza, seu trabalho é a pesquisa mais exaustiva já produzida do fenômeno, sendo ainda, hoje, obra de referência para o seu estudo. Acredita-se, porém, que a compreensão coutiniana – que dialoga com as elaborações de Dimitrov (1982) e Togliatti (1978), a propósito do fenômeno –, dialogando criticamente com a compreensão de Poulantzas (1972; 1972b) e as contribuições de Vajda (1976) – e sem deixar de lado, centralmente, a problematização geral do fenômeno por Lukács –, pode oferecer um arcabouço teórico e um instrumental político de combate que fica ausente na projeção de Chasin.

Como se pode notar, aqui estão colocadas indicações para estudos futuros. Mais do que um problema para os historiadores, entende-se que as questões aqui elencadas são necessárias para todos aqueles que buscam entender os problemas postos pelo Brasil Contemporâneo – e, ato contínuo, formular as respostas adequadas aos desafios oferecidos pela perspectiva de transformações da ordem social. A tarefa está dada. Cabe agora dar continuidade ao trabalho do qual esta dissertação é, apenas, um modesto passo inicial.

REFERÊNCIAS

ABENDROTH, Wolfgang; HOLZ, Hans Heinz; KOFLER, Leo. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. **Pequena história da formação social brasileira**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

ANDERSON, Perry. **Las antinomias de Antonio Gramsci**: Estado y revolución em Occidente. Barcelona: Editorial Fontamara, 1981.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. Ditadura como bonapartismo: apreensões marxistas sobre o regime inaugurado em 1964. **Verinotio – Revista On-line de Educação e Ciências Humanas**, n. 17, Ano IX, abr./2013.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de; SARTORIO, Lúcia Ap. Valadares. A trajetória de J. Chasin: teoria e prática a serviço da revolução social. Entrevista com os Profs. Drs. Antonio Rago Filho e Ester Vaisman. **Verinotio – Revista On-line de Educação e Ciências Humanas**, n. 9, Ano V, nov./2008.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **Capitalismo monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**. Desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BERLINGUER, Enrico. **A questão comunista**. Lisboa: Edições 70, 1976.

_____. **Democracia, valor universal**. Seleção, tradução, introdução e notas de Marco Mondaini. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira / Contraponto, [1969-1984] 2009.

BICALHO, Luiz de Carvalho. **Karl Marx O Capital**. Resumo Literal. Condensação Literal dos Livros 1, 2 e 3. São Paulo: Novos Rumos, 1990.

BOCCARA, Paul. **Estudos sobre o capitalismo monopolista de Estado**: sua crise e solução. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BRAZ, Marcelo. (org.) **Carlos Nelson Coutinho**: e a renovação do marxismo no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____.; RODRIGUES, Mavi. Batalha das ideias: polêmicas em torno de Carlos Nelson Coutinho. **Anais do Seminário Internacional Carlos Nelson Coutinho e a Renovação do Marxismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula, 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Sobre os modos de produção coloniais da América. In: SANTIAGO, T. (org.). **América Colonial**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

CHASIN, José. Sobre o conceito de totalitarismo. **Temas**, v. I. São Paulo, Grijabo, 1977.

_____. **O integralismo de Plínio Salgado**. Forma de regressividade no capitalismo hipertardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. A “politicização” da totalidade: oposição e discurso econômico. In: **A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social**. Santo André: Ad Hominem, 2000.

_____. Conquistar a democracia pela base. In: **A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social**. Santo André: Ad Hominem, 2000b.

_____. As máquinas param, germina a democracia! In: **A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social**. Santo André: Ad Hominem, 2000c.

_____. “Hasta cuando?” – A propósito das eleições de novembro. In: **A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social**. Santo André: Ad Hominem, 2000d.

_____. A esquerda e a Nova República. In: **A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social**. Santo André: Ad Hominem, 2000e.

_____. A sucessão na crise e a crise na esquerda. In: **A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social**. Santo André: Ad Hominem, 2000f.

_____. O poder do Real. In: **A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social**. Santo André: Ad Hominem, 2000g.

CHASIN, Milney. J. Chasin e a realidade brasileira. **Revista On-line de Educação e Ciências Humanas**, n. 9, Ano V, nov./2008.

COTRIM, Livia. O capital atrofico: da via colonial à mundialização. In: CHASIN, José. **A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social**. Santo André: Ad Hominem, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Literatura e humanismo**: ensaios de crítica marxista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. O significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson et alii. **Realismo e anti-realismo na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. Cultura e democracia no Brasil. In: **A democracia como valor universal**: notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. O capitalismo monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas. In: **A democracia como valor universal**: notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980b.

_____. A democracia como valor universal. In: **A democracia como valor universal**:

notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980c.

_____. Gramsci e nós. In: **A democracia como valor universal**: notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980d.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil**. Temas de Ciências Humanas, n. 10. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. **A dualidade de poderes**: introdução à teoria marxista de Estado e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Uma via “não clássica” para o capitalismo. In: D’INCAO, Maria Angela (org.). **História e ideal**: ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: EdUNESP; Brasiliense, 1989b.

_____. *In Brasile*. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.). **Gramsci in Europa e in America**. Bari: Editori Laterza, 1995.

_____.; KONDER, Leandro. Correspondência com Georg Lukács. In: PINASSI, Maria Orlanda.; LESSA, Sérgio. (orgs.) **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Intervenções**: o marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Lukács e Gramsci: apontamentos preliminares para uma análise comparativa. In: _____. **De Rousseau a Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2011c.

_____. Gramsci e o Sul do mundo: entre Oriente e Ocidente. **Margem Esquerda**. São Paulo: Boitempo, n. 5, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

CUNHAL, Álvaro. **Rumo à vitória**: as tarefas do Partido na revolução democrática e nacional. Lisboa: Edições “A Opinião”, 1974.

DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: QUARTIM DE MORAES, João; DEL ROIO, Marcos (orgs.). **História do marxismo no Brasil**. Vol. IV. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

_____. Sodré e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualização do problema in: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

DIMITROV, Gueorgui. **Obras escolhidas**. Vol. 2 (1934-1944). Sófia: Sófia-Press, 1982.

ENGELS, Friedrich. Prefácio a “A Guerra Camponesa na Alemanha”. In: MARX, Karl; _____. **Obras escolhidas**. Vol. II. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Rubem César (org.). **Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FONTES, Virgínia. Carlos Nelson Coutinho: intérprete do Brasil. In: BRAZ, Marcelo. (org.) **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FRANCO, Aiman J. H. O primeiro “desembarque” de Gramsci no Brasil: o homem certo na hora errada? In: REBUÁ, Eduardo (org.). **Gramsci nos trópicos: estudos gramscianos a partir de olhares latino-americanos**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

_____. Ivan Ribeiro e a “via prussiana” no mundo rural brasileiro. In: **XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**. Brasília-DF, Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017.

GARAUDY, Roger. **Karl Marx**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

GENOVESE, Eugene. **A economia política da escravidão**. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

_____. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, Alberto Passos. O regime econômico colonial: feudalismo ou capitalismo? In: **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. As três frentes da luta de classes no campo brasileiro. In: SANTOS, Raimundo (org.) **Questão agrária e política: autores pecebistas**. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.

HEGEDÜS, András. A questão agrária. In: HOBBSAWM, E. (org.). **História do marxismo**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HILL, Christopher. **Lenin and the Russian Revolution**. Harmondsworth: Penguin Books, 1987.

HOBBSAWM, Eric J (org.). **História do marxismo**. Vol. 2: O marxismo na época da Segunda Internacional. Tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez/CELATS, 1982.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

INGRAO, Pietro. **As massas e o poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. **Lukács**. Porto Alegre: L&PM, 1980b.

KOSSOK, Manfred. Feudalismo y capitalismo en la historia colonial de América. In: **La Revolución en la Historia de America Latina**: estudios comparativos. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1989.

LEÃO REGO, Walquiria Gertrudes Domingues. Questões sobre a noção de via prussiana. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Lukács – um Galileu no século XX**. São Paulo: Boitempo, 1996.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. Duas táticas da social-democracia na revolução democrática. In: LENIN, V. I. **Obras escolhidas**. 3 tomos. São Paulo: Alfa Omega, 1982b.

_____. **El programa agrario de la socialdemocracia en la primera Revolución Rusa 1905-1907**. Moscou: Editorial Progreso, s/d.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (orgs.) **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Ricardo Rodrigues Alves de. **Via prussiana, revolução passiva e revolução pelo alto**: Estudo de uma hipótese marxista sobre a particularidade do caminho brasileiro ao capitalismo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais): Unesp – Marília, 2003.

LÖWY, Michael. Testemunho. In: BRAZ, Marcelo. (org.) **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUKÁCS, György. **El asalto a la razón**. México: Grijalbo, 1968.

_____. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Pensamento vivido**. Autobiografia em diálogo. Santo André/Viçosa: Editora UFV/Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

_____. O que é marxismo ortodoxo? In: _____. **História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

_____. Marx e o problema da decadência ideológica. In: **Marxismo e teoria da literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MAGRI, Lucio. **O alfaiate de Ulm**: uma possível história do Partido Comunista Italiano. São Paulo: Boitempo, 2014.

MANDEL, Ernst. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARCUSE, Herbert. **Marxismo soviético**: uma análise crítica. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular: 2008.

MARX, Karl. A burguesia e a contra-revolução. In: ____; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Vol. I. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1956.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do Partido Comunista. In: ____; _____. **Obras escolhidas**. Vol. I. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1956b.

_____. Crítica ao Programa de Gotha. In: ____; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Vol. II. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.

_____. **Il Capitale**. Roma: Editori Riuniti, 1973.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel. In: _____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

MAZZEO, Antonio Carlos. O Partido Comunista na raiz da teoria da *Via Colonial* do

desenvolvimento do capitalismo. in: _____; LAGOA, Maria Izabel (org.). **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.

MICHELLI Jr, Odair. A questão agrária na Europa Oriental na obra de Karl Marx. **Acta Scientiarum**, Maringá: v. 24, n. 1, p. 233-242, 2002.

MOORE Jr, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil. 1964-1984**. Petrópolis: Vozes, 1987.

NETTO, José Paulo. **Lukács e a crítica da filosofia burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

_____. **Georg Lukács: o guerreiro sem repouso**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Ditadura e serviço social**. Uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1993b.

_____. G. Lukács: um exílio na pós-modernidade. In: _____. **Marxismo impenitente**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Introdução o estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Breve nota sobre um marxista convicto e confesso. In: BRAZ, Marcelo. (org.) **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NEVES, Victor. **Democracia e revolução: um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho**. Tese (Doutorado em Serviço Social): UFRJ, 2016.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PADILHA, Tânia Mara de Almeida. **Entre o semear e a próxima colheita: uma análise dos escritos de Lenin sobre a questão agrário-camponesa**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais): UNESP/Marília, 2009.

PCB. Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro. In: _____. **PCB: vinte anos de política 1958-1979** (documentos). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. **Uma alternativa democrática para a crise brasileira**. São Paulo: Novos Rumos, 1984.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura**. Vol. I. Porto: Portucalense, 1972.

_____. **Fascismo e ditadura**. Vol. II. Porto: Portucalense, 1972b.

_____. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PRADO Jr, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RAGO FILHO, Antonio. O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia buguesa. **Projeto História**, São Paulo: (29) tomo 1, p. 139-167, dez./2004.

_____. A teoria da Via Colonial de objetivação do capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico. **Verinotio – Revista On-line de Educação e Ciências Humanas**, n. 11, Ano VI, abr./2010.

REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RIBEIRO, Ivan de Otero. **Agricultura, democracia e socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAES, D. Introdução. In: **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)**. Tese de livre-docência. IFCH-Unicamp, 1982.

SANTOS, Raimundo. **Agraristas políticos brasileiros**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2007.

SARTORI, Vitor Bartoletti. A via colonial para o capitalismo e o “modelo brasileiro”: a centralidade da repressão ao trabalho no golpe de 1964 e seu significado histórico para o processo de democratização no Brasil. **Verinotio – Revista On-line de Educação e Ciências Humanas**. n. 17, Ano IX, abr./2013.

SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

_____. Revolução e história. In: Gramsci e o Brasil. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=409>>. Acesso em 15 mai. 2017.

SEQUEIRA, Fernando; DUARTE, Gorjão; RIBEIRO, Sérgio. **Pequeno curso de economia**. Lisboa: Editorial Avante, 2011.

SILVA, Sabina Maura; ALVES, Antônio José Lopes. J. Chasin e a tese da “Via Colonial”. **Verinotio – Revista On-line de Educação e Ciências Humanas**, n. 9, Ano V, nov./2008.

SILVA, Vladimir Luis da. **“Via Prussiana” e “Revolução Passiva” no pensamento de Carlos Nelson Coutinho**: transposição ajustada ou decalque? Dissertação (Mestrado em História): PUC-SP, 2012.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

_____. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SPRIANO, Paolo. **Storia del Partito Comunista Italiano: La Resistenza. Togliatti e il partito nuovo**. Turim: Einaudi, 1975.

TAKAHASHI, Kohachiro. Uma contribuição para o debate. In: SWEEZY, Paul, *et al.* **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TCHERNIKOV, G.; RINDINA, M.; et alii. **A economia política do capitalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

TERTULIAN, Nicolas. **Georg Lukács: etapas de seu pensamento estético**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

TOGLIATTI, Palmiro. **Lições sobre o fascismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

VARELA, Raquel. **A história do PCP na Revolução dos Cravos**. Lisboa: Bertrand Editora, 2011.

VAJDA, Mihály. **Fascism as a mass movement**. Londres: Allison & Busby, 1976.

VRANICKI, Predrag. **Storia del marxismo: da Marx a Lenin**. Roma: Riuniti, 1973.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.